RIO

PUC

Dissertação de Mestrado

Vishnu e Lakshmi no Indo-Pacífico

Segurança Ontológica e Estratégia Marítima Indiana

Eduardo Araújo Mangueira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Vishnu e Lakshmi no Indo-Pacífico

Segurança Ontológica e Estratégia Marítima Indiana

Eduardo Araújo Mangueira

Orientação: Professor Kai Michael Kenkel

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pelo programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, no Instituto de Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Vishnu e Lakshmi no Indo-Pacífico

Segurança Ontológica e Estratégia Marítima Indiana

Eduardo Araújo Mangueira

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:

Professor Kai Michael Kenkel
Orientador
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais

Professora Maíra Siman Gomes
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais

Professora Marianna Restum Antonio de Albuquerque
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais e Defesa

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Eduardo Araújo Mangueira

Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ). Atua como pesquisador do Núcleo de Avaliação de Conjuntura, vinculado à Escola de Guerra Naval (EGN), onde enfoca o Sul da Ásia, e como pesquisador voluntário na Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP/PUC-Rio). Atuou como pesquisador voluntário do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) no Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU) de 2021 a 2024. Áreas de interesse: Segurança Internacional; Segurança Marítima; Segurança Ontológica; Índia; Indo-Pacífico.

Ficha Catalográfica

Mangueira, Eduardo Araújo

Vishnu e Lakshmi no Indo-Pacífico: segurança ontológica e estratégia marítima indiana / Eduardo Araújo Mangueira ; orientação: Kai Michael Kenkel. – 2026.
145 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2026.
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Segurança ontológica. 3. Segurança marítima. 4. Deleuze. 5. Estratégia marítima. 6. Índia. I. Kenkel, Kai Michael. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para meus pais, Estevão e Albania, que me ajudaram a atravessar esses mares agitados.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Este trabalho não poderia ser possível sem a ajuda de diversas pessoas e a paciência de outras tantas. Refletindo sobre o tempo que passou, vejo que o trabalho acadêmico, solitário que por vezes seja, nunca avança sozinho. Para cada momento que me levou a quase concordar com Sartre em *Entre Quatro Paredes*, quantos mais foram as falas e os empurrões que me permitiram perseverar.

Muito obrigado aos meus pais, que permitiram seguir com um sonho, que acreditaram em mim quando eu não conseguia. Muito obrigado por sua paciência e por seu carinho. Pai, sua sabedoria e disciplina são inspirações. Mãe, seu amor e sensatez me deram forças nas horas mais difíceis. Aos meus avós, Estevão e Eliane, agradeço pelo amor e pelo refúgio. Aos demais familiares, obrigado por sempre acreditarem em mim.

Agradeço também a meus amigos e colegas da PUC. Artur, Carol, Darcília, Juliana e Nayara, pelo companheirismo em todos os momentos desta longa caminhada. Victória Louise, a irmã que só conheci agora. A Douglas e Luis Felipe, pelas conversas esclarecedoras em momentos de dúvida. Érica, Maria Lídia, Marina, Mylena, Nycolas, Thiago, Valéria e Victor, pelos conselhos e pelo acolhimento na PUC-Rio.

Especialmente, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, Kai Kenkel, por me fornecer a capacidade de fazer minha pequena agitação dos mares, por me ajudar a vislumbrar o que eu quis fazer antes mesmo que Mandara aparecesse. Agradeço a Maíra Siman, Marianna Albuquerque e Paula Albuquerque pelo interesse e disponibilidade para a participação na banca de defesa desta dissertação. Muito obrigado a Paula Sandrin, pela matéria que me direcionou para a segurança ontológica. Muito obrigado Roberto Yamato, James Klausen e Marta Fernández, por abrirem meus olhos para um mundo muito mais

complexo e colorido do que quando entrei na PUC. Muito obrigado Lia, por ter sido talvez a maior condição de possibilidade para a fruição desse projeto. A beleza da academia, principalmente em um campo diverso como as relações internacionais, é poder ver que não existe nada realmente simples. As cores que tingem a nossa existência na terra nunca são monocromáticas. Assim, poder pesquisar é, a meu ver, como um vislumbre da aurora boreal, e eu agradeço a todos que me permitiram ter a ousadia de olhar para cima.

RESUMO

Mangueira, Eduardo Araújo; Kenkel, Kai Michael (orientador). **Vishnu e Lakshmi no Indo-Pacífico: Segurança Ontológica e Estratégia Marítima Indiana**. Rio de Janeiro, 2026. 143p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Como interpretar a crescente presença da marinha indiana no Indo-Pacífico, pautada em uma estratégia que a estabelece enquanto "provedor de segurança líquida"? Entendendo a segurança ontológica enquanto intimamente ligada com os aspectos práticos efetivos da política marítima indiana, esta pesquisa busca tratar sobre a relação entre as práticas indianas no Indo-Pacífico e sua segurança ontológica. Para tanto, a contribuição desta dissertação está na utilização de uma perspectiva de segurança ontológica ancorada no pensamento de Gilles Deleuze ao analisar três casos emblemáticos nas relações bilaterais indianas: Singapura, Sri Lanka e Emirados Árabes Unidos, escolhidos por seus diferentes níveis de proximidade e posicionamentos em pontos-chave para a estratégia marítima indiana, adicionando uma possibilidade para o estudo incipiente do impacto de práticas e da busca por segurança física na segurança ontológica. Nessa toada, a estratégia marítima é entendida como uma fonte não somente dos meios indicados para cumprir objetivos de segurança estatal, mas como uma expressão da narrativa autobiográfica indiana. Para tanto, serão analisados discursos, visitas portuárias e exercícios militares conjuntos sob uma perspectiva pós-estruturalista. Utiliza-se como recorte a iniciativa SAGAR (Security and Growth for All in the Region), de 12 de março de 2015 ao final de 2024.

Palavras-chave

Segurança Ontológica; Segurança Marítima; Deleuze; Estratégia Marítima; Índia

ABSTRACT

Mangueira, Eduardo Araújo; Kenkel, Kai Michael (Advisor). **Vishnu and Lakshmi in the Indian Ocean: Ontological Security and Indian Maritime Strategy**. Rio de Janeiro, 2026. 143p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

How can one interpret the increase in the Indian Navy's presence in the Indian Ocean, based on a strategy that establishes themselves as "net security providers" in the region? Understanding ontological security as deeply tied to effective practical aspects of Indian maritime policies, this research seeks to address the relation between Indian practices in the Indian Ocean and their ontological security. To fulfill such a task, the contribution of this dissertation is the usage of a perspective of ontological security anchored in deleuzian though in the analysis of three emblematic cases of Indian bilateral relations: Singapore, Sri Lanka and the United Arab Emirates, chosen for their different levels of proximity and positions in or near key chokepoints to Indian maritime strategy, adding a possibility to the blossoming study of the impact of practices and the search for physical security in ontological security. As such, strategy is understood as a source both of the means both desirable and available for the fulfillment of Indian security interests, but as an expression of Indian autobiographical narrative. For this reason, discursive practices, portuary visits and joint military exercises will be analysed through a post-structuralist lens. For the purposes of this research, the period of the SAGAR (Security and Growth for All in the Region), from March 12th 2015 to the end of 2024.

Keywords

Ontological Security; Maritime Security; Deleuze; Maritime Strategy; India.

SUMÁRIO

1. Introdução **14**

2. Segurança Marítima e Segurança Ontológica Deleuziana **20**

2.1. Introdução 20

2.2. Segurança Marítima 21

2.2.1. Práticas Indianas e Teoria da Prática Internacional 24

2.3. Segurança Ontológica 26

2.4. Por uma Segurança Ontológica Deleuziana 31

2.4.1. O pensamento deleuziano em um mapa 31

2.4.2. Segurança Ontológica Deleuziana: considerações iniciais 35

2.4.3. A Índia como um agenciamento ontologicamente assegurante 39

2.5. Conclusão 41

3. Estratégias Analíticas **44**

3.1. Introdução 44

3.2. Conceitos Principais 44

3.3. Agenciamento e Método 48

3.4. Agenciamento e Teoria da Prática Internacional 50

3.5. O Caso Presente 52

3.6. Conclusão 56

4. Estratégia Marítima Indiana **58**

4.1. Introdução 58

4.2. Cultura estratégica e a Índia 58

4.2.1. O oceano na mitologia hindu 60

4.2.2. Kautilya e o Arthashastra 61

4.2.3. Ahimsa e Panchsheel: algum lugar nas relações internacionais? 63

4.2.4. Hindutva e o Oceano 67

4.3. Estratégia Marítima Indiana: Histórico 68

4.4. SAGAR 72
4.5. Ensuring Secure Seas 73
4.6. Cultura Estratégica e Estratégia Marítima 78
4.7. Conclusão 79
5. Múltiplas Índias, Um Oceano 81
5.1. Introdução 81
5.2. Algumas Considerações Iniciais 82
5.3. Índia e o Indo-Pacífico 84
5.3.1. A Índia Conectando (a)o Indo-Pacífico 84
5.3.2. A Índia Provedora de Segurança 90
5.4. Conclusão 94
6. O Oceano da Índia ou a Índia dos Oceanos? 95
6.1. Introdução 95
6.2. O Mapa 96
6.3. A Narrativa em Construção 99
6.3.1. A Índia como (Re)Conexão 99
6.3.2. Provisão de Segurança 104
6.3.3. Relacionamentos e Práticas no Indo-Pacífico 110
6.3.4. A Segurança Ontológica Indiana 113
6.4.Conclusão 114
7. Conclusão 116
8. Referências 121

Lista de Figuras

Figura 1 - Primeiro-ministro Jawaharlal Nehru e Premiê Zhou Enlai e Sra. Indira Gandhi em recepção em Nova Délhi em 26 de junho de 1954.....65

Figura 2 - Mapa do *Ensuring Secure Seas*, apresentando *Choke Points* importantes na IOR 77

Figura 3 - Mapa do International Day of Yoga, 2023.……102

Lista de Abreviações

AEP - *Act East Policy*
ASEAN - *Association of Southeast Asian Nations*
ASW - *Anti-Submarine Warfare*
BJP - *Bharatiya Janata Party*
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EAU - Emirados Árabes Unidos
EIC - *East India Company*
ESS - *Ensuring Secure Seas*
I2U2 - India-Israel-United Arab Emirates-United States Group
HADR - *Humanitarian Assistance and Disaster Relief*
IDY - *International Day of Yoga*
IMEC - *India-Middle East-Europe Economic Corridor*
IPKF - *Indian Peace Keeping Force*
IUU - *Illegal, unreported and unregulated*
LEP - *Look East Policy*
LMC - Linhas Marítimas de Comunicação
LTTE - *Liberation Tigers of Tamil Eelam*
MAHASAGAR - *Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions*
MdE - Memorando de Entendimento
MRS - Marinha da República de Singapura
NFP - *Neighbourhood First Policy*
ONU - Organização das Nações Unidas
OSD - *Overseas Deployment*
ROI - Região do Oceano Índico
SIMBEX - *Singapore-India Maritime Bilateral Exercise*
SLINEX - *Sri Lanka-India Naval Exercise*
SMEE - *Subject Matter Expert Exchange*
TWP - *Think West Policy*
VOC - *Verenigde Oostindische Compagnie*

"Then came out Lakshmi, who became the consort of Hari (Vishnu). Beholding her and adoring her all the celestials regained their lost prosperity"

Vyasa, *Agni Purana*

1
Introdução

> Vendo a assembleia celeste em estado de espírito ansioso, Narayana disse para Brahma: 'Bate o Oceano com os deuses e os *asuras*. Por meio disso o *amrita* será obtido como também todos os remédios e pedras preciosas. Oh deuses, batam o Oceano, e vocês acharão *amrita*. - Mahabharata, p.181.

Samudra Manthan, a Agitação dos Oceanos, é um conto presente no *Astika Parva*, primeiro capítulo do épico de literatura sânscrita *Mahabharata*. Nele, é narrado o momento no qual os *devas*, deuses benevolentes, se uniram aos *asuras*, seus inimigos, para agitar o Oceano de Leite e assim conseguir a *amrita*, a ambrosia celestial que garante a imortalidade. Essa não foi, contudo, a única coisa a sair dessa agitação:

> Depois de algum tempo a Lua suave de mil raios emergiu do Oceano. Depois saiu Lakshmi vestida de branco, então Soma, então o Corcel Branco, e então a joia celeste Kaustubha que orna o peito de Narayana. (...) E finalmente surgiu o grande elefante, Airavata, de corpo enorme e com dois pares de presas brancas. Mas com o batimento ainda continuando o veneno *kalakuta* apareceu finalmente. Engolfando a terra ele subitamente se inflamou como fogo acompanhado por fumaça. (Mahabharata, p. 186)

Shiva, pela segurança da criação, engoliu o veneno, e o que se seguiu foi mais uma disputa entre *devas* e *asuras* pela posse tanto do *amrita* quanto de Lakshmi, deusa da riqueza e da prosperidade. A imagem de águas turbulentas e o conflito entre *vedas* e *asuras* torna o *Samudra Manthan* uma metáfora comumente utilizada para referir-se ao cenário de disputa sino-indiana no Oceano Índico, e no Indo-Pacífico de maneira mais geral (ver Mohan, 2012) — a crescente presença e influência chinesa nas águas do Índico são tidas por setores de defesa indianas como uma tentativa de cercamento, um "colar de pérolas" (Liebig, 2013) de modo a se aproveitar da dependência indiana do mar para sua segurança energética e comércio internacional.

Todavia, outra metáfora é possível. Para poder agitar os oceanos, foi necessário mover a montanha Mandara e transformá-la em um bastão, usando Vasuki, o senhor das serpentes, como uma corda. Um dos personagens mais influentes, por sua vez, é Kurma, rei das tartarugas e avatar de Vishnu, que

concordou em segurar a montanha em suas costas. Foi Kurma que estabeleceu as condições para que *Samudra Manthan* acontecesse, e trouxesse à superfície Lakshmi, que viria a se tornar a esposa de Vishnu.

Atualmente, a Índia busca o estabelecimento de sua presença no Indo-Pacífico, a partir tanto do desenvolvimento de parcerias multilaterais e o fomento de mecanismos multilaterais de diálogo, o avanço tecnológico e a produção nacional de embarcações e armamentos sob o projeto *Atmanirbhar Bharat* (Índia Autossuficiente) que busca trazer uma maior presença na região e independência de armamentos chineses. Através do desenvolvimento tecnológico militar, e do estabelecimento de parcerias assimétricas em matéria de defesa conjunta no âmbito marítimo, o país visa a criação de um quadro de segurança e policiamento, no qual se coloca como uma "parceira preferida de segurança" (Roy-Chaudhury, 2022). Este desenvolvimento é um ponto de virada com relação às políticas empregadas desde sua independência, que preocupavam-se com a defesa terrestre, entendendo suas principais ameaças como as advindas dessas fronteiras (Scott, 2006).

Este cenário é comumente entendido enquanto uma questão de segurança física, na qual a Índia teria neste engajamento com o Indo-Pacífico a forma de garantir seus interesses. É possível afirmar, contudo, que esta questão também traz consigo consequências para sua busca por segurança ontológica, a partir da qual o país é capaz de entender a si mesmo, o mundo que o cerca, seus desafios, interesses, objetivos e meios imagináveis e exequíveis para atingi-los. Nesse contexto, torna-se possível ressignificar a metáfora, e argumentar que, similarmente a Kurma, a Índia busca se posicionar enquanto a base para o ganho dos objetivos gerais da região, que seriam a obtenção de prosperidade generalizada. Isso não é dizer que a Índia busca de maneira consciente equiparar-se ao deus, mas que existe um esforço no qual, de modo a garantir sua própria segurança ontológica, a Índia busca estabelecer a si mesma enquanto condição de possibilidade para o alcance de prosperidade regional, enquanto um vetor de estabilidade e conectividade.

Estabilidade, nesse contexto, é encarada como a manutenção de abertura nas linhas marítimas de comunicação, livre comércio e segurança. Conectividade, por sua vez, refere-se à interdependência regional. Nas palavras do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, durante o diálogo Shangri-la de

segurança: “when the oceans are open, the seas are secure, countries are connected, the rule of law prevails and the region is stable, nations, small and large, prosper as sovereign countries. Free and fearless in their choices” (Modi, 2018b). Sendo assim, esta pesquisa busca entender como os engajamentos indianos no Indo-Pacífico afetam sua segurança ontológica, surgindo do incômodo com o foco exagerado de análises sobre a região sobre a dimensão de busca de poder enquanto um ‘interesse estatal’, o que ignora a forma como a dimensão ontológica pode influenciar e ser influenciada por essas interações. Surge também do reconhecimento da necessidade de acrescer à produção científica brasileira voltada para a Índia, que no presente momento não condiz com a importância do país no cenário global ou em nossas relações bilaterais.

Como melhor enxergar as possibilidades que motivam a política marítima indiana? A segurança ontológica, baseada nos escritos por Giddens e Laing, refere-se ao entendimento de segurança como a necessidade de um senso estável de ser (Kinnvall & Mitzen, 2017). Este conceito demonstra como este senso de continuidade é tido como a condição de possibilidade para a agência de atores sociais, sendo o estado de ansiedade ontológica um no qual o indivíduo incapaz de estabelecer quais são os próprios objetivos, interesses e métodos utilizáveis para atingi-los (Mitzen, 2006), o que possibilitou o alargamento dos estudos de segurança para além de concepções de busca por sobrevivência ou bem-estar físico, levando em consideração aspectos afetivos.

Neste caso, é observável que a Índia possui a idiossincrasia de não se reduzir a documentos que delineiam de forma clara sua doutrina estratégica. Mesmo assim, seria difícil afirmar que apenas a leitura de uma doutrina estratégica marítima seria suficiente para demonstrar uma busca por segurança ontológica. Não somente nos discursos, parte-se do princípio de que a segurança ontológica pode ser depreendida a partir das práticas indianas. Para tanto, esta pesquisa emprega a perspectiva da segurança ontológica deleuziana. Baseando-se na obra de Gilles Deleuze, e em especial seus escritos com Félix Guattari, que se considera o Estado indiano enquanto um agenciamento — um amálgama heterogêneo de atores, práticas e objetos (Deleuze e Guattari, 2021) — e o processo de manutenção de segurança ontológica se formando a partir de uma constante interação com um plano de consistência virtual — a narrativa biográfica indiana, que não pode ser desvinculada de seus fatores materiais e concretos —

que reterritorializa este agenciamento através de suas práticas, tanto discursivas quanto não discursivas. Essa prática não pode ser entendida fora de um contexto destas relações enquanto fruto de formulações estratégicas e, dessarte, deve-se considerar a forma como a estratégia indiana é simultaneamente formada por e formadora desta narrativa.

Como tal, esta pesquisa busca analisar o envolvimento do agenciamento 'Índia' com seu entorno marítimo, e como essas interações impactam sua própria segurança ontológica. Tendo em vista considerações de exequibilidade, foram escolhidos três países, considerando seus diferentes históricos de proximidade e sua localização próxima a pontos estratégicos para a defesa indiana (Índia, 2015): Emirados Árabes Unidos, Sri Lanka e Singapura. Além de contarem com diásporas indianas consideráveis, estes países engajam ativamente em cooperação no âmbito marítimo e naval. Esta análise, a partir da análise de conteúdo, busca entender não somente estas questões, assim como práticas não discursivas, como visitas portuárias e exercícios navais conjuntos são primordiais para a constante construção da segurança ontológica indiana. O recorte desta pesquisa se dá desde agosto de 2015, com a declaração pública por Modi de uma nova visão para a Região do Oceano Índico (ROI): a iniciativa SAGAR (*Security and Growth for All in the Region*), até o final de 2024, quando esta foi substituída por MAHASAGAR (*Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth Across Regions*).

Assim, o segundo capítulo desta dissertação traz a abordagem teórica a ser utilizada nesta pesquisa. A partir do entendimento de que as ferramentas teóricas oferecidas pelos estudos de segurança ontológica não condizem perfeitamente com a análise das idiossincrasias do caso escolhido — nomeadamente, uma menor codificação da doutrina estratégica indiana e a falta de transparência de estudar casos da marinha indiana e a necessidade de estudar práticas indianas — são utilizados entendimentos motivados pelas teorias da prática internacional para entender a possibilidade de pensar uma concepção deleuziana de segurança ontológica. Trata-se o Estado indiano enquanto um agenciamento — um amálgama heterogêneo de atores, práticas e objetos — que interage com outros agenciamentos no Indo-Pacífico, e a sua concepção de segurança ontológica é pautada por sua narrativa biográfica — termo referente ao plano de consistência deleuziano. (Deleuze e Guattari, 2021, p. 16)

Este aporte é necessário para orientar os aspectos práticos da pesquisa. Como tal, o capítulo seguinte se dá de modo a definir a metodologia indicada e o método empregado. A análise de conteúdo tem por finalidade "efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens)." (Bardin, 2016, p. 58). Para tanto, entende-se as práticas indianas enquanto produtoras de significado, conforme evidenciado pelas teorias da prática internacional (Bueger e Gadinger, 2015).

Esta pesquisa se dá, destarte, a partir da delimitação dos contornos mais relevantes da narrativa biográfica pertinente ao agenciamento Índia, principalmente no tocante a suas interações com a ROI, para assim demonstrar como esta pode ser influenciada pelas práticas indianas em seu entorno. O estabelecimento dos pontos principais da narrativa biográfica indiana se dá a partir do entendimento de que esta é produzida devido à confluência de processos históricos e idiossincrasias culturais. Tendo em vista a delimitação das práticas de interesse para a análise que se encontram nas relações indianas com o Indo-Pacífico, os elementos históricos e culturais escolhidos buscam uma perspectiva abrangente da relação indiana com o mar, tocando aspectos mitológicos, históricos e estratégicos. Estes, que formam o que se entende pela cultura estratégica indiana, são relevantes ao indicar os elementos constituintes do modo de pensar idiossincrático da relação indiana com seu entorno marítimo. A estratégia, dessa forma, é vista como entrelaçada (vide capítulo 4) por diversos fatores que a contextualizam, sendo necessário entendê-los para, em uma análise da estratégia marítima indiana, demarcar possíveis fatores de sua narrativa biográfica.

Portanto, o capítulo 4 apresenta uma breve apresentação de elementos tidos como participantes da cultura estratégica marítima indiana: aparições dos mares em contos hindus, fontes relativas ao pensamento estratégico originário no *Arthashastra* de Kautilya, considerações políticas do pós-1947 como Ahimsa e Panchsheel, e um histórico da estratégia marítima indiana. A partir disso, são feitas considerações acerca da iniciativa SAGAR (*Security and Growth for All in the Region*), entendida como a atual base ideológica da estratégia marítima indiana, e de sua versão contemporânea, *Ensuring Secure Seas*.

Entendendo que a narrativa biográfica subsiste dos aspectos que transpassam todos os pontos do agenciamento, e que os agenciamentos são eminentemente compostos por elementos práticos, simbólicos e materiais, o capítulo 5 oferece um panorama mais geral das relações bilaterais entre Índia e cada um dos países analisados, demonstrando os principais fatores que tangenciam estas relações, bem como ocorrências para além do âmbito marítimo. Com isso, foi possível delimitar dois pontos principais enquanto fatores recorrentes nos textos e práticas observadas: a Índia enquanto provedora de segurança e enquanto conectora da região.

O capítulo 6 busca, destarte, entender como as práticas indianas baseadas em sua estratégia mais recente afetam sua segurança ontológica ao impactar sua narrativa biográfica. A partir de uma análise que leva em consideração práticas discursivas e não-discursivas relativas aos países analisados, é empreendida uma análise de conteúdo que, ao considerar com seriedade o aspecto narrativo do agenciamento indiano, busca identificar possíveis semelhanças e diferenças nos pontos previamente identificados enquanto parte da narrativa biográfica do país. As ações analisadas são identificadas por um movimento de manutenção da segurança ontológica indiana ao identificar a Índia com esses pontos previamente definidos, e assim presumir uma posição de liderança regional pautada na responsabilidade conjunta em trazer à tona um senso generalizado de prosperidade.

2
Segurança Marítima e Segurança Ontológica Deleuziana

2.1.
Introdução

Entende-se estratégia marítima como "a direção de todos os aspectos do poder nacional relacionados aos interesses de uma nação no mar"[1] (Hattendorf, 2013, p. 7). Em outras palavras, compreende os planos, dados os recursos disponíveis, para atingir os objetivos de um Estado. Essa definição pressupõe um entendimento de direcionamento: atores múltiplos e ações diversas são mobilizadas de modo a levar a cabo um projeto estatal que demonstra algum entendimento de unidade. Sendo assim, é possível afirmar que esses processos demonstram, no engajamento com a Região do Oceano Índico (ROI), a forma como a Índia entende a si mesma, o ambiente na qual se insere e a garantia de sua segurança marítima. No entanto, é evidente que esta busca não se dá em um vácuo, mas é fruto de diversos processos que delimitam sua identidade e, a partir disso, os objetivos viáveis e meios possíveis para sua aquisição. Estabelece-se, dessa forma, uma ligação entre a segurança marítima e ontológica indiana. É necessário o questionamento, todavia, se essa é uma forma de análise que leva em consideração as diferentes complexidades da existência social.

Em primeiro lugar, é notável o caráter ambíguo que a identidade enquanto unidade de análise. Embora seja possível elencar alguns de seus elementos constituintes, não é possível definir ou mapear de maneira completa o que seria a identidade indiana em sua totalidade. Seria um esforço hercúleo demonstrar cada um dos aspectos que compõem a cultura indiana, mas mesmo isso não leva em consideração os aspectos não-culturais desta identidade, como a delimitação do espaço geográfico. Ademais, entende-se que as práticas agem de modo não somente representacional de uma identidade prévia, mas como uma força criativa (Bueger e Gadinger, 2018). A partir de uma estratégia indiana pouco codificada, o

[1] Do original: maritime strategy is the direction of all aspects of national power that relate to a nation's interests at sea. Tradução do autor.

caráter produtivo das práticas deve também ser considerado nas relações entre segurança ontológica e física.

Como tensionar essas duas buscas por segurança? Têm-se um entendimento na literatura existente, proporcionado principalmente pelos trabalhos de Bahar Rumelili (2015) e Nina Krickel-Choi (2022) de uma confluência entre os dois termos: a segurança física importa tanto quanto a ontológica, embora sejam termos separados, enquanto faz parte da concepção de um Estado corporificado. No entanto, ambas as pesquisas não respondem às questões de ambiguidade previamente elencadas. A resposta para fazê-lo, este capítulo argumenta, se encontra no fim da identidade enquanto unidade analítica. A partir dos trabalhos de Deleuze e Guattari (2018, 2021), torna-se possível pensar na segurança ontológica como um processo em constante construção, criado também a partir das buscas por segurança física, e que não requer o uso de essencialismos como a identidade.

Dessa forma, o presente capítulo busca apresentar uma discussão inicial sobre a segurança ontológica deleuziana, considerando-a como apta para um entendimento mais profundo acerca das buscas por segurança ontológica indiana em meio a suas práticas de segurança marítima. Em um primeiro momento, serão elencados os principais conceitos de segurança marítima, bem como algumas das formas segundo às quais esses conceitos se encaixam no caso indiano. Em seguida, será feita uma exposição dos estudos de segurança ontológica. Após introduzir o pensamento deleuziano, serão expostos os pontos de uma tentativa de entender esse pensamento como base para estudos de segurança ontológica, seguida de uma aplicação inicial desta perspectiva para o caso indiano. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

2.2.
Segurança Marítima

Considerada parte do movimento geral de alargamento e aprofundamento dos estudos de segurança (Buzan e Hansen, 2009), que surgiu principalmente a partir dos anos 90 (Bueger e Edmunds, 2024), é relativo às problemáticas de segurança que ocorrem no ambiente marítimo. Assim, discussões variadas como

dinâmicas de segurança estatal, segurança humana ou criminalidade são perpassadas por um ambiente que não é rigidamente definido, e onde é possibilitada a coexistência de diversos atores que interagem de forma complexa e interdependente (ibid., p. 4).

Assim, Bueger e Edmunds (2024) estabelecem três desafios principais: em primeiro lugar, o de conflitos interestatais no ambiente marítimo. O regime de governança marítima é regido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), firmada em 1982, que estabelece como águas territoriais uma área de 200 milhas náuticas das costas dos países. Diversas questões contenciosas surgem desta definição, que gera certas justaposições conflituosas e que se confundem com concepções identitárias, sendo um dos casos mais emblemáticos o das disputas em torno do Mar do Sul da China (Center for Preventive Action, 2024). Um segundo desafio, que entrou em voga principalmente a partir do 11 de setembro, foi o do terrorismo marítimo. Isso refletiu um reconhecimento maior da influência de atores não estatais em questões de segurança, e uma preocupação da utilização da infraestrutura marítima por células terroristas. O terceiro, relacionado ao chamado crime azul, é relativo às ações criminosas que ameaçam o meio marítimo e a segurança não somente dos indivíduos que se inserem nesse meio como dos Estados. A questão da pirataria continua uma das mais emblemáticas no tema, tendo em vista seu aspecto disruptivo em relação aos fluxos comerciais dos quais depende o mercado internacional, e por seu combate configurar um caso bem sucedido de orquestração internacional, quando concernente ao combate à pirataria na costa da Somália em 2008 (Bueger, 2017). No entanto, é notável que o crime azul também é demarcado pelo tráfego ilegal, seja de produtos ou pessoas e por crimes ambientais, como a pesca ilegal, não reportada e não regulada (*IUU* (*Illegal, Unreported and Undocumented*) *fishing*, sigla em inglês). Essas questões por vezes são interconectadas de maneira profunda: a pesca IUU pode ser utilizada como prática agressiva em disputas quanto a territórios marítimos, a pirataria e o tráfico podem ser utilizados para financiar o terrorismo marítimo, dentre outros casos.

Christian Bueger (2015) afirma que uma definição única concernente à segurança marítima seria impossível, sendo mais produtiva a consideração de diversas matrizes a partir das quais olhar para o conceito: a matriz semiótica, relativa aos significados atribuídos ao conceito, a matriz de securitização, relativa

aos processos descritos por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1997) para o estabelecimento de determinados elementos como cuja proteção é primordial, e a matriz prática, relativa às ações efetivamente empregadas em nome da segurança marítima. É possível, portanto, vislumbrar a forma a partir da qual o Estado indiano mobiliza cada uma dessas perspectivas.

O caso da Índia é um tanto idiossincrático. Para além de uma dependência gritante do transporte marítimo para seu comércio internacional e segurança energética[2], a Índia se encontra em uma região geograficamente central para o Oceano Índico e importantíssima para a ROI. A crescente de um pensamento holístico em relação à segurança marítima é refletida em sua formulação estratégica mais recente, *Ensuring Secure Seas* (2015)(doravante *ESS*), que estabelece uma busca pela garantia de um ambiente marítimo estável, no qual eventuais ameaças não são maiores do que a capacidade indiana de lidar com elas, e através de uma concertação com os demais países do Oceano Índico. Sendo assim, existe uma noção altamente relacionada à ausência de conflitos estatais na região. Além disso, a marinha indiana é mobilizada tanto para a garantia de segurança contra o crime azul, no combate à pirataria, ao tráfico, e à pesca IUU, mas também se posiciona enquanto garantidora de segurança humana, adquirindo um status de "socorrista" na região no caso de desastres naturais ou missões humanitárias (Indian Navy, 2015, p.8). Uma das questões que motivou a atualização dessa estratégia em 2015 foi o entendimento da necessidade de um engajamento maior com o terrorismo marítimo, motivado pelos ataques terroristas — que chegaram pela via marítima — que ocorreram em Mumbai em 2008.

O esforço de securitização — o processo de estabelecer um objeto a ser protegido — da segurança marítima indiana parte de uma confluência de objetos referentes. Os 'interesses indianos', com toda ambiguidade inerente a esta definição, são estabelecidos como algo a ser protegido. Simultaneamente, o ambiente marítimo de suas áreas de interesse são elencadas como tal, porquanto vias da garantia de uma prosperidade generalizada (Modi, 2015e). A partir desse processo de securitização, é observável que a delimitação do Oceano Índico enquanto objeto referente traz a intervenção de potências externas — mas

[2] Em 2021, estimou-se que 95% do comércio indiano em volume foi transportado pelo mar, e 74% de seu valor total. Em termos de segurança energética, o transporte marítimo é responsável por 80% de suas importações de petróleo e 50% de gás, advindos principalmente do Oriente Médio. Fonte: Singh, 2021.

especificamente, da China, cuja crescente influência no Índico preocupa estadistas indianos — como uma ameaça a essa segurança.

2.2.1.
Práticas Indianas e Teoria da Prática Internacional

O caráter prático da segurança marítima indiana merece uma consideração mais aprofundada. O artigo de Iver Neumann (2002), *Returning Practice to the Linguistic Turn*, é tido como um dos mais influentes na busca pela centralidade de práticas enquanto objeto central da análise. Desde então, este corpo de estudos floresceu, a partir de um interesse compartilhado em identificar os aspectos performáticos e pragmáticos das relações internacionais. No entanto, é uma impossibilidade entender a prática internacional como um plano unificado.

> The turn to international practice theory can be understood as such an intellectual trading zone. It is a space bound together (...) by a shared understanding of the value of studying 'practice'. In this space, different (IR) practitioners meet and trade ideas of how to conduct intelligible IR research relying on concepts of practice. (Bueger e Gadinger, 2018, p. 17).

De acordo com Burger e Gadinger (2015), essas teorias entendem práticas enquanto dotadas de materialidade que não se restringe aos corpos que as atuam, e contínuas, o que traz consequências para sua cosmovisão. Dizer que 'o mundo depende de práticas' é também afirmar que estas também são inacabadas, em processos constantes de produção socialmente contingente.

Nesse campo, uma das constantes é o entendimento de práticas não como meras representações de um campo simbólico, mas dotadas de um caráter produtivo em si, seja de uma concepção de poder relacional (Adler-Nissen e Pouliot, 2014) ou mesmo de uma ordem específica no ambiente marítimo (Bueger e Edmunds, 2021). Essas teorias enfatizam o caráter contingente não somente de ordenamentos estruturantes, mas também da própria produção de conhecimento, a partir de um entendimento performático do mundo, que implica em construções constantes e nunca acabadas de objetos e estruturas; o reconhecimento da coexistência de múltiplas ordens sociais; e a partir da própria prática, ao incorporar em sua ação intenções, crenças, recursos e meios em um "sistema de atividade" (Hajer e Wagenaar, 2003). Sendo assim, as práticas empregadas na

busca por segurança marítima têm em si a capacidade de trazer à tona uma concepção específica de segurança marítima.

O estudo de práticas internacionais se presta a estudos que variam em escopo e proximidade, dentre os quais é possível demarcar as ações em circuitos diplomáticos (Neumann, 2012), o estudo auto-etnográfico da prática do balé (Müller, 2016) ou de histórias em quadrinhos (Shim, 2017). Enquanto esta dissertação busca observar as ações indianas no Indo-Pacífico e seus impactos em sua segurança ontológica, serão analisados discursos referentes à diplomacia marítima, visitas portuárias e exercícios militares feitos com Emirados Árabes Unidos, Singapura e Sri Lanka. No caso indiano, a tendência a uma não codificação dos motivos subjacentes à estratégia indiana tornam suas práticas centrais para o entendimento de como o Estado indiano projeta a si mesmo em suas relações com seu entorno marítimo.

Como tal, surgem duas problemáticas, comuns aos estudos de práticas internacionais, que devem ser abordadas, relativas a sua observação e repetição. Em primeiro lugar, têm-se que a valoração comumente associada ao estudo de práticas como mais do que ações se dá a partir da observância de padrões de repetição. Enquanto as ações que serão analisadas se dão com diferentes países e em diferentes contextos, têm-se que são (1) atuadas com um certo grau de regularidade, não somente em sua recorrência mas nas ações empregadas e (2) prescindem de uma mesma base estratégica. Entender a existência de uma base ideacional a partir da qual operam os atores não retira a agência destas ações sobre esta, mas sim é uma admissão de que as ações não se dão num vácuo, mas funcionam todas em prol da atualização desta base, como será explicado abaixo.

Em segundo lugar, muitas das pesquisas voltadas à prática internacional se dão com um caráter notadamente etnográfico, a partir do qual autores, a partir de um acesso aos círculos que se busca analisar, se valem de descrições de eventos, e mesmo da participação atuante para tecer considerações teóricas. A necessidade de tal perspectiva é levantada por Lechner e Frost (2018, p. 18), que afirmam que "existem limites para o que pode contar como uma descrição apropriada de uma prática, porque o auto-entendimento de seus participantes pré-existem a tentativas de terceiros de interpretar esses auto-entendimentos." Embora esta pesquisa reconheça a validade deste argumento, entende-se que a descrição de práticas fornece o benefício de simultaneamente narrar as práticas em análise, mas

oferecer uma descrição que revela o viés de seu produtor. Sendo assim, existe mérito neste caso ao possibilitar um entendimento acerca de como a marinha indiana e o ministério de relações exteriores agem e posteriormente narram essas ações.

2.3. Segurança Ontológica

Como demonstrado no capítulo anterior, a formação da estratégia indiana não se dá a partir de um vácuo, mas de considerações relativas a uma miríade de fatores, dentre os quais se consideram cultura estratégica, vontade política, interesses externos, o palco de ação e sua conjuntura. Após cada uma dessas considerações, a estratégia estabelecida se traduz em práticas, que afetam a realidade na qual se vive. Enquanto a estratégia marítima é comumente tida como uma manifestação dos interesses de um Estado, a formulação destes não ocorre a partir de uma presunção de racionalidade estatal, mas levam em consideração a concomitante busca por segurança ontológica (Mitzen, 2006).

Com base em escritos da psicologia de Laing e Giddens, a segurança ontológica refere-se à necessidade — encontrada em indivíduos e extrapolada para Estados — de um senso estável de ser (Kinnvall & Mitzen, 2017). Com isso, é evidenciada uma forma de busca por segurança que vai além da busca por segurança física, que não pode encontrar um sentido completo sem a proteção dessa identidade: como questiona Jennifer Mizen em um dos textos mais influentes da área, a busca por segurança física por parte de um Estado presume que este teria um corpo capaz de morrer, sendo portanto possível questionar o quê e quanto de um Estado deve morrer para que isso aconteça (Mitzen, 2006, p. 351).

Sendo assim, a segurança ontológica se dá a partir de um senso de continuidade e reconhecimento pelos demais atores que, de acordo com Mitzen (2006), é tido como a condição de possibilidade para a agência de atores sociais, sendo o estado de ansiedade ontológica um no qual o indivíduo é levado à letargia ao ser incapaz de estabelecer quais são os próprios objetivos, interesses e métodos utilizáveis para atingi-los. A autora demonstra a potência desta linha investigativa ao possibilitar o alargamento dos estudos de segurança para além de concepções

de busca por sobrevivência ou bem-estar físico, levando em consideração aspectos afetivos que podem levar atores a arriscar sua segurança física em prol da ontológica, equacionando esta ação com a ligação da segurança ontológica dos combatentes ao conflito (Mitzen, 2006, p. 361).

Enquanto Mitzen entende a busca pela segurança do ser como um movimento relacional, Brent Steele (2008), demonstra em Ontological Security in International Relations: Self Identity and the IR State a visão de segurança ontológica como um movimento autorreflexivo, frisando a importância de narrativas autobiográficas estáveis. Segundo o autor, as narrativas autobiográficas são modos a partir dos quais os atores — entendidos por Steele como o Estado — são capazes de exercer uma capacidade autorreflexiva, a partir da qual mensuram se suas ações ferem ou não sua própria concepção de Ser.

Interessantemente, a concepção de ansiedade de acordo com o autor seria um estado emocional generalizado baseado na possibilidade de desconexão com o Ser. Considerando impossível a existência de uma conexão completa e ininterrupta — ou, nas palavras do autor, saudável — com o Ser (Steele, 2008, p. 63), Steele afirma que a desconexão entre ações e autopercepções geraria vergonha, que seria evitada a todo custo por Estados. Dessarte, a vergonha é também um mecanismo que impele os Estados à ação.

Tanto Mitzen quanto Steele entendem a rotineirização como primordial para a manutenção de uma segurança ontológica estável. De acordo com Steele, “Secure agents reproduce these actions in the form of routines which contribute to the sense of ‘continuity and order’ that is so important to their sense of self.” (Steele, 2008, p. 51) Insegurança ontológica, portanto, se daria a partir da disrupção de uma rotina estabelecida. Ademais, é notável que ambos se debruçam sobre momentos de crise, nos quais essa disrupção ocorre, ou em aparentes contradições entre uma pretendida ‘lógica racional’ e os comportamentos de um Estado.

Esta concepção foi utilizada para tratar de diversas questões, desde o nacionalismo religioso (Kinvall, 2006), o narcisismo de grandes potências (Hagström, 2021), a rivalidade Arábia Saudita-Irã (Adısönmez et al., 2022), a busca por status de países pós-coloniais (Bilgic e Pilcher, 2023), e os impactos do 11/09 na política externa dos Estados Unidos (Solomon, 2023). No tocante à confluência entre segurança ontológica e segurança marítima, têm-se trabalhos

que versam sobre os efeitos de políticas em comunidades no ambiente marítimo, como a insegurança ontológica gerada pelo agrupamento trilateral AUKUS — Austrália, Reino Unido e Estados Unidos — (Vaha, 2025) e na política chinesa relativa aos conflitos no mar do Sul da China (Curtis, 2016; Heritage e Lee, 2020).

Diversas são as críticas levantadas para estas questões, em dois pontos principais: a personificação do Estado e a ansiedade. Em primeiro lugar, a consideração do Estado como afetado por efeitos psicológicos como a ansiedade é criticado com base na incomensurabilidade entre Estado e indivíduo (Lebow, 2016). Nos exemplos anteriores, é notável um entendimento, por vezes implícito, de qual seria a entidade buscadora de segurança ontológica, e o que se protege quando se busca proteger o "Ser". Quando considerado mais a fundo, como nos casos de Mitzen e Steele, não se chega a uma resposta satisfatória para a delimitação do que se considera a entidade buscadora. Nina Krickel-Choi (2024) oferece uma reflexão importante acerca dessa questão: ao entender segurança ontológica como um quadro existencial, ela separa os conceitos de "ser" — algo estabelecido internamente — e "identidade" — algo constituído socialmente — de modo a considerar os impactos da noção de soberania para a segurança ontológica dos Estados. No entanto, embora também seja mencionada a racionalização de Estados enquanto "pessoas" capazes de buscar segurança ontológica, não se problematiza a questão da homogeneização do Estado enquanto uma entidade única e distinta dos demais em seu meio.

Ademais, Ayşe Zarakol (2017) fornece uma crítica quanto à capacidade do Estado enquanto buscador de segurança ontológica, porquanto esta subentende o Estado como o garantidor da segurança de seus indivíduos. A partir de uma retrospectiva histórica das relações entre a busca por segurança ontológica individual e o poder estatal, a autora demonstra a contingência dessa noção, elucidando a busca por segurança ontológica a partir de fontes não institucionais, como a religião (Zarakol, 2017, p. 51).

A questão da ansiedade, por sua vez, se divide em duas, motivadas a partir de uma ambiguidade conceitual (Krickel-Choi, 2022): quanto a seus efeitos, ao estabelecer letargia ou causar mudanças; e quanto ao entendimento da segurança ontológica como algo alcançável ou não. De acordo com Nina Krickel-Choi, múltiplas reflexões acerca da ansiedade levam a um uso quase intercambiável de termos díspares como "ansiedade", "medo" e "insegurança ontológica"

(Krickel-Choi, 2022, p. 11), o que seria problemático na medida em que estes termos diferentes representam elementos opostos: a ansiedade seria algo sempre presente, o medo, pontual, e nenhum dos dois "é" a insegurança ontológica, mas podem ser entendidos enquanto motivador e consequência, respectivamente.

Como tal, as concepções previamente apresentadas entendem a segurança ontológica como *status quo*, e momentos de disrupção dessa segurança como excepcionais. No entanto, para tanto torna-se necessária a presunção de que a identidade de um Estado é algo dado, desconsiderando assim o caráter político envolvido na formação identitária, a partir das múltiplas narrativas que podem trazer dicotomias excludentes (Erbele, 2019, p. 252). Essa incompletude analítica é ainda mais problemática no caso indiano, ao passo que privilegia os atos de construção discursiva, ignorando a importância das demais práticas na formação de sua segurança ontológica.

Os estudos de segurança ontológica lacanianos oferecem uma avenida de pensamento importante na resolução dessa questão. Catarina Kinnvall, ao estudar a importância de afetos e a busca por segurança ontológica em movimentos populistas, propõe uma mudança

> from Giddens's focus on ontological security as security of being—something individuals can possess or have—toward a focus on ontological security as a process that is constantly in progress, a temporal process of always wanting. Such a shift in focus implies that there is no core or autonomous self to return to in order to feel ontologically secure, rather what we are witnessing is an antifoundational notion of self, expressed through images, fantasies, and desires. (Kinnvall, 2018, p. 8)

Essa mudança, pautada nos escritos pelo psicanalista francês Jacques Lacan, desenvolve a agência e subjetividade humana a partir da incapacidade de um entendimento de identidade intrínseco, mas mediado pelo meio simbólico da linguagem, e atingindo certa concepção subjetiva a partir dos significantes mestres provenientes dela, como "homem", "mulher" ou "brasileiro" (Kinnvall, 2018, p. 9). O entendimento de uma incompletude formativa do ser, derivada da incapacidade de experimentar o real sem a mediação de tais significantes torna o indivíduo um marcado pela falta, que seria expressa em um estado de ansiedade constante. No entanto, e de grande importância para a concepção de segurança ontológica, essa ansiedade seria mitigada por fantasias, histórias que mascaram a

falta ontológica ao estabelecer o lugar do sujeito no mundo (Erbele, 2019, p. 252), bem como ao estabelecer um objetivo claro. Segundo Jakub Erbele,

> Fantasy is thus a story in which the ontological lack is rationalised as the absence of a particular empirical 'object' and which pictures a course of action towards the recapturing of this 'object', promising the achievement of a whole identity. (Erbele, 2019, p. 248)

Sendo assim, os estudos lacanianos oferecem a capacidade de pensar a garantia de segurança ontológica como um processo. No entanto, certos aspectos dessa linha teórica são especialmente limitantes para o estudo da busca por segurança ontológica indiana. Em primeiro lugar, o extrapolar de uma ânsia inerente ao indivíduo ao Estado retoma a questão de subjetificação, porquanto não é claro se é possível pensar em uma busca por segurança ontológica do Estado enquanto uma entidade homogênea. Em um caso no qual busca-se depreender a busca de segurança ontológica a partir de políticas e práticas estatais, é imprescindível ter em evidência uma certeza de que o Estado é ou não capaz de buscá-la, se ela é meramente fruto de uma busca pelas elites políticas da situação, ou alguma outra consideração.

Em segundo lugar, é possível criticar a afirmação de não-essencialização do sujeito no pensamento lacaniano a partir de uma consideração relativa à crítica deleuziana à psicanálise. Enquanto propõe o inconsciente enquanto teatro representante, o sujeito lacaniano é marcado por uma identidade prévia, que interage com a realidade a partir da mediação da linguagem. Sendo assim, supõe propor um esvaziamento de qualquer significação inerente ao sujeito, enquanto simultaneamente entende um sujeito marcado por um desejo fundacional e por um inconsciente que o gera (Boutang, 1996). A concepção deleuziana, por sua vez, compreende o inconsciente como produtor, e assim não traz um sujeito dotado de qualquer identidade prévia. Essa crítica é somada ao fato de que tal concepção não resolve a problemática da definição do que seria considerado um Estado, como diferenciá-lo dos demais, e como esta definição impacta na busca pela proteção de seu "ser".

Por fim, seu foco na dimensão linguística e discursiva como *locus* da realidade possível de ser experimentada e, portanto, expressa, traz consigo a problemática de um foco demasiado nos aspectos discursivos da busca por

segurança ontológica. Sendo assim, é ignorada a dimensão dos aspectos não discursivos, o que torna-se um empecilho na pesquisa da estratégia marítima indiana, que por sua vez é raramente codificada e por vezes exposta por meio das práticas da marinha. A utilização de práticas como produtoras de significado (Bueger e Gadinger, 2018) não pode ser ignorada pelo estudo de segurança ontológica.

2.4.
Por uma Segurança Ontológica Deleuziana

2.4.1.
O pensamento deleuziano em um mapa

Portanto, como tratar a busca por segurança ontológica indiana? Como transcender a busca por momentos de crise sem recorrer ao pensamento lacaniano? Como estabelecer o sujeito buscador de segurança ontológica? Como entender o papel da ansiedade, e por conseguinte ter a segurança ontológica como algo alcançável ou não? Como levar em consideração as práticas não discursivas? Esta pesquisa argumenta que a resposta se encontra em um engajamento com o pensamento deleuziano, cujas considerações quanto ao sujeito, diferença e a noção de agenciamento, tornam possível uma análise pautada na confluência entre a busca por segurança ontológica e segurança marítima.

A cosmovisão do filósofo francês Gilles Deleuze é delineada principalmente a partir da escrita de obras como Diferença e Repetição (2006) em 1968, O Anti-Édipo em 1972 e Mil Platôs (2021) em 1987, estas duas últimas escritas em coautoria com o psicanalista Félix Guattari, no campo da esquizoanálise. Em sua crítica à psicanálise e sua patologização da loucura (Deleuze e Guattari, 2006), os autores mobilizam uma rejeição de essencialismos de qualquer tipo, seja material ou conceitual (Lenco, 2014, p. 129). Isso se traduziu em um engajamento com a busca por uma solução à problemática trazida pelo “problema da diferença”, relacionado à crítica deleuziana à concepção de diferença aristotélica (ibid.), que entende que um ente pode ser diferenciado de outro a partir de características, separando-os em categorias distintas. No entanto, o autor afirma ser impossível encontrar alguma categoria de diferença que separe

completamente dois seres, uma vez que a distinção que garante o entendimento de individualidade não pode ser utilizada para diferenciar um agrupamento maior. Em outras palavras, se utilizam essencialismos que, enquanto engendram uma diferenciação entre dois seres, não permite sua categorização em relação a outros:

> A finger is never anything but a finger, but a large finger can at the same time be said to be small in relation to a third, just as what is hard is never hard without also being soft, and so on. (Smith, 1996, p. 30-31).

Em sua defesa por uma maior utilização do pensamento deleuziano no campo das relações internacionais, Peter Lenco (2014) exemplifica esta questão da seguinte forma:

> It is difficult to neatly come up with a difference which would separate states and empires out of a larger category of human political organisation. One would come up with endlessly baroque qualifications, but any list of differences would in fact uncover an infinite regress of contingent determinations. (Lenco, 2014, p. 131)

Esta questão é respondida por Deleuze a partir de uma metafísica não-representacional. Isso se dá com base em um sistema de entendimento do Ser enquanto univocidade, que elimina a possibilidade de qualquer diferenciação ontológica entre qualquer forma de ser. De acordo com o filósofo,

> Na medida em que se reporta imediatamente à diferença, a univocidade do ser exige que se mostre como a diferença individuante precede, no ser, as diferenças genéricas, específicas e mesmo individuais como um campo prévio de individuação no ser condiciona a especificação das formas, a determinação das partes e suas variações individuais. (Deleuze, 2006, p. 47)

Para tanto, o autor mobiliza a concepção de agenciamento, um amálgama heterogêneo de atores, práticas e objetos, uma multiplicidade sem uma origem definida ou propósito teleológico apriorístico, e que se estabelece a partir de processos sempre correntes: o verbo, não o substantivo, ganha primazia no pensamento deleuziano. Isto se dá a partir da divisão da experiência do real em duas categorias indissociáveis: o atual e o virtual. Enquanto o atual representa o estado corrente das coisas, afetado assim por diferenciações espaço-temporais, o virtual reconta o campo da imanência não diferenciada, sendo impossível estabelecer uma separação clara entre os dois. Sendo assim, têm-se que "[t]odo

objeto é duplo, sem que suas duas metades se assemelhem, sendo uma a imagem virtual e, a outra, a imagem atual. (Deleuze, 2006, p. 197). Sua indivisibilidade e constante interação demarcam o entendimento de que o virtual é constantemente atualizado, na qual o estado das coisas acarreta em mudanças no virtual, mudando assim suas características imanentes. Simultaneamente, o virtual é sempre presente em momentos de atualização, garantindo que as mudanças em aspectos atuais sejam transpassadas por características imanentes do agenciamento. Como tal, entende-se o agenciamento não como um "ser", mas como um constante "estar". De acordo com o autor, "[u]m agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões."(Deleuze, 2021, p. 15). Essa mudança de natureza, ou desterritorialização, se dá a partir da ação de linhas de fuga, conexões que se estabelecem com outros agenciamentos e implicam em mudanças nos dois. No entanto, esse movimento pode ser resistido internamente, através da territorialização, que significa em uma forma de ordenamento ou categorização.

Os filósofos se utilizam da figura do rizoma, que tal qual um tubérculo advém sua totalidade de sua semente e é uma totalidade ensimesmada em todos os seus pontos, para contrapor à ideia, mais presente na filosofia ocidental, de sistemas arbóreos, com um centro e ramificações claramente definidos. Sendo assim, "[a] árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento" (Deleuze e Guattari, 2021, p. 25), e buscam constantemente estabelecer e fortificar um caráter hierárquico. Entender o agenciamento enquanto rizoma — onde seus elementos se encontram ontologicamente planificados — traz por si o entendimento de uma lógica interna que é relativamente confrontada constantemente nos processos que a compõem, e que é formada pelas relações entre seus elementos constituintes, cuja interação não é pautada por uma essência ou identidade previamente fixada, mas fruto das dinâmicas virtuais-atuais presentes no rizoma. Dessarte,

> Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar" (Deleuze e Guattari, 2021, p. 16).

Como visto anteriormente, essas mudanças se dão também tendo em vista o caráter altamente relacional dos agenciamentos, que constantemente interagem entre seus elementos internos e uns com os outros a partir de suas linhas de fuga. Essa interação produz em si um agenciamento que não pode ser diferenciado ontologicamente de cada um deles.

> Nenhuma série goza de um privilégio sobre a outra, nenhuma possui a identidade de um modelo, nenhuma possui a semelhança de uma cópia. Nenhuma se opõe a uma outra nem lhe é análoga. Cada uma é constituída de diferenças e se comunica com as outras por meio de diferenças de diferenças. As anarquias coroadas substituem as hierarquias da representação; as distribuições nômades substituem as distribuições sedentárias da representação. (Deleuze, 2006, p. 261)

O caráter sempre emergente, garantido por processos, caracteriza o agenciamento como pautado por práticas relacionais. Deleuze e Guattari rejeitam, portanto, a ideia de um agenciamento como uma mera representação, ou "decalque", mas como um "mapa", que através das suas relações constantemente produz o agenciamento, "uma questão de performance" (Deleuze e Guattari, 2021, p. 20) que age sobre e é fruto da ação de fluxos semióticos, materiais e sociais (Deleuze e Guattari, 2021, p.33-34). O caráter pragmático do agenciamento é trabalhado por Patrick Hayden, que afirma que

> What is most important is for the rhizome to be conceived as productively operating within diverse fields of activity and different types of social practices, shaped by and informing those fields and practices. (Hayden, 1995, p. 295)

Este caráter empirista é presente em toda a obra deleuziana, que informa o caráter anti-essencialista de sua concepção de realidade e crítica ao pensamento tradicional da filosofia ocidental.

Os agenciamentos, enquanto multiplicidades, ao serem todos ontologicamente planos, ocupam as dimensões de um "plano de consistência", que cresce de acordo com suas conexões. A partir dele, a linha de fuga estabelece os limites das multiplicidades que nele são "achatadas", planificadas. Sendo assim, a linha de fuga toma um papel importantíssimo na concepção de agenciamento:

> A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões. (Deleuze e Guattari, 2021, p. 16)

A aplicação de uma concepção deleuziana ao estudo das relações internacionais é uma literatura ainda incipiente, voltada para o entendimento de uma miríade de questões, dentre as quais vale ressaltar a Iniciativa Cinturão e Rota chinesa (Hu, 2024); migração (Wiertz, 2021), movimentos sociais (Davies, 2012), dentre outros. De especial interesse para esta pesquisa, dois artigos salientam questões importantes no tratamento da estratégia marítima indiana: o entendimento de agenciamento é mobilizado Andrew Davies (2013) na análise de um motim ocorrido na marinha real indiana em 1946, mobilizando o conceito de agenciamento para entender as formas a partir das quais os marinheiros buscaram o agenciamento de protesto em prol de seus próprios interesses, enquanto eram transpassados por eles. Essa cosmovisão também é adotada por Christian Bueger (2017), que vê no agenciamento uma forma de captar analiticamente a complexidade da formulação de um espaço regulatório de governança marítima. Se utilizando do caso de combate à pirataria na costa da Somália em 2008, o autor demonstra como o caráter sempre emergente, relacional e prático do agenciamento se presta para o entendimento de processos de formulação de determinadas ordens, bem como os processos que podem às desterritorializar. Bueger também afirma que a teoria de agenciamento é parte das teorias de prática internacional, "com a qual partilha o foco em práticas e relações, em padrões de atividade, a criação prática da ordem e o foco simétrico em elementos sociais e materiais"[3] (Bueger, 2017, p. 618).

2.4.2.
Segurança Ontológica Deleuziana: considerações iniciais

[3] Do original: which it shares the focus on practices and relations, on patterns of activity, the practical creation of order and the symmetrical focus on material and social elements. Tradução do autor.

Como pensar o estudo de segurança ontológica indiana a partir do pensamento deleuziano? Em primeiro lugar, é preciso lidar com a problemática do foco de análise, para então entender a segurança ontológica em si, e como ela é operacionalizada. A partir de então, torna-se possível tecer algumas considerações quanto ao caso específico que se busca estudar.

Em primeiro lugar, têm-se uma mudança de paradigma, que simultaneamente remonta aos passos iniciais dos estudos de segurança ontológica: os agenciamentos tornam-se os principais focos de análise. O desafio de entender uma segurança ontológica afastada de um conceito de identidade fixa é abordado a partir do entendimento desse estado sempre emergente, do caráter unívoco de cada agenciamento, e da importância do virtual para sua formação e atualização. Isto não é dizer que é possível equacionar ontologia ao virtual, mas que mesmo os agenciamentos rizomáticos são atravessados por "nós de arborescência" (Deleuze e Guattari, 2021, p. 30) que conferem algum grau de rigidez e tornam a qualidade diferencial de determinada entidade inteligível. Como tal, torna-se possível uma análise da segurança ontológica estatal, porquanto é possível entender o Estado como um agenciamento, formado a partir de objetos, práticas e signos.

> The state is here seen to be a set of bodily performances, objects, and materials that are brought into and out of the state assemblage, with effects on the agency of the state apparatus. (Dittmer, 2020, p. 77)

No entanto, não é necessário se prender à figura do Estado; sendo possível entender qualquer agrupamento humano como passível de ser atravessado por questões de segurança ontológica, enquanto sofre a ação de movimentos de territorialização e desterritorialização. No entanto, os Estados possuem um aspecto idiossincrático em relação aos demais agenciamentos, dado que seu processo de territorialização necessariamente remonta a um lugar específico no tempo e no espaço. Em um olhar holístico, as diferentes linhas que formam o agenciamento "Estado" são constantemente territorializadas a partir de uma ideia imanente que identifica cada um destes, e é atrelada a um determinado espaço geográfico.

Como entender, portanto, os movimentos de desterritorialização? À primeira vista, parece claro o equiparar destas como um risco à uma possibilidade de segurança ontológica, ecoando concepções lacanianas de segurança enquanto

“tornar-se” (Kinnvall, 2018). Embora o caráter nunca fixo de um agenciamento se presta ao entendimento de que a busca por segurança ontológica seria uma constante inalcançável, e de fato o é, têm-se como ressalva que processos de desterritorialização podem ser produtivos, ao engendrar certos processos de reterritorialização não combatida pelas entidades participantes deste agenciamento ao se ver pautada pelos movimentos de contra-atualização. Isso supõe um senso de consistência que, enquanto informado pelo caráter de virtualidade agencial, é também transpassado pelo atual. Isso é corroborado pelo fato de que nem todas as novas formas de território são contestadas e nem todas as linhas de fuga são impedidas em sua interação com os demais processos arborescentes que participam do agenciamento. Essas formas de recomposição, que formam um novo agenciamento, são tidas sobretudo como uma continuação de sua virtualidade. O agenciamento, atravessado por movimentos de arborescência e explodindo em linhas de fuga, não é completamente destruído nem se torna uma árvore completamente; é todavia podado, e esse ato de poda compõe a busca por segurança ontológica.

A poda do agenciamento é a pauta que rege sua interação com outros agenciamentos, sejam eles outros Estados, fóruns multilaterais, alianças estratégicas ou organizações internacionais. Sendo sempre exercido através das conexões estabelecidas em suas linhas de fuga, a continuação desse engajamento, a manutenção desta linha de fuga para uma reterritorialização mantém sua segurança ontológica ao não encontrar resistência por seus processos arborescentes. É uma ação de desterritorialização relativa, que mantém um as estratificações existentes em um agenciamento, que se diferencia da desterritorialização absoluta, que implica na desestratificação completa do plano de consistência (Deleuze e Guattari, 2021, p. 73). São os processos que mantêm esse plano.

O plano de consistência pode ser entendido a partir de uma retomada de um conceito de Brent Steele: a narrativa biográfica. Esse conceito, segundo o autor, não é nem pode ser perfeitamente estável, sendo alterada conforme mudanças ideacionais ou nas ações que representem determinado Estado. No entanto, esta aplicação deve ser feita com ressalvas: utilizar a palavra “narrativa” não pode remeter somente a um texto ou mera elocubração simbólica, mas perpassar a ótica empírica deleuziana. Como fazê-lo? Para tanto, deve-se entender

as ações não como representações de uma narrativa biográfica precedente, mas encarar de maneira séria a narrativa biográfica não somente como instável, mas como sempre em curso. Não mais como um mecanismo a partir do qual é possível a comparação com uma "identidade" fixada (Steele, 2008, p. 55) mas a formação de um 'assegurar ontológico' corrente e ininterrupto.

A título de exemplo, as ações de um Estado com uma pauta multilateral no interior da Organização das Nações Unidas podem ser entendidas à luz de sua segurança ontológica enquanto uma junção com outros agenciamentos e a formação de um agenciamento Estado-ONU que, por manter o plano de consistência do agenciamento formado pelo Estado, condiz com a manutenção de sua segurança ontológica. Um estado de insegurança ontológica, destarte, seriam os movimentos destrutivos de desterritorialização absoluta. Deve-se ressaltar que não é atribuído um julgamento moral à forma de desterritorialização acarretada: sendo assim, a insegurança ontológica pode formar um novo território, mas é tida nos momentos de destruição do plano de consistência.

Portanto, é possível um diálogo com as diversas problemáticas previamente levantadas: o caráter prático dos agenciamentos permite o entendimento de processos levados à cabo pela máquina estatal, enquanto processos arborescentes de constante produção do ser, como uma forma de garantia de segurança ontológica enquanto seu plano de consistência não é completamente rompido, e — contrariamente à lógica dos estudos lacanianos — os efeitos da segurança ontológica não se resumem ao campo linguístico, mas leva-se em consideração a dimensão da materialidade; um Estado, enquanto agenciamento, pode ser considerado como uma entidade que é afetada por uma busca por segurança ontológica através de sua autorregulação em suas interações; a segurança ontológica em si é tida como a consistência do plano no qual se encontram as linhas de fuga do agenciamento, mesmo quando 'sacudido' por desterritorializações que não o destroem; ela é algo que se encontra constantemente, porquanto sua constante emergência a partir das práticas que o constituem e suas relações com outros agenciamentos criam reterritorializações que são em si ontologicamente seguras, quando não configuram desterritorializações absolutas. Assim como o entendimento de "ser" é modificado para um estado constante, a lógica de assegurar-se ontologicamente se torna um processo: cada agenciamento está se assegurando ontologicamente. Uma

concepção como “ansiedade ontológica” faz sentido enquanto motivadora de uma manutenção por forças arborescentes — como o aparato estatal — de uma consistência planificada. Ademais, o caráter heterogêneo do agenciamento oferece uma resposta à crítica de Zarakol: o Estado pode ser entendido como buscador de segurança ontológica, mesmo que não seja ele mesmo um garantidor de segurança ontológica para seus membros.

2.4.3.
A Índia como um agenciamento ontologicamente assegurante

No caso indiano, diversas são as implicações decorrentes de tal visão. Em primeiro lugar, entender a Índia como um agenciamento adiciona uma dimensão prática ao olhar ontológico, especialmente útil quando muitas das codificações ‘estruturantes’ não são expressas ou transparentes. O engajamento em si, e não sua justificativa, é tido como relevante para o estudo de sua segurança ontológica. Dessarte, é possível uma análise não somente para momentos de crise ou ações interpretadas como irracionais, mas uma análise de práticas corriqueiras, o estudo de um engajamento constante e multifacetado do ambiente marítimo que pode envolver elementos díspares e recorrentes como a diplomacia naval, exercícios militares ou operações de combate a piratarias torna a consideração das práticas primordial para seu estudo. A partir disso, consideram-se também os aspectos materiais e suas contribuições para a produção desse agenciamento. O desenvolvimento tecnológico da infraestrutura de *maritime domain awareness* (Das, 2021), o comissionamento de um novo submarino nuclear (Ray, 2025) ou a doação de um embarcação de vigilância *off-shore* (Modi, 2015e) não são tomados por uma concepção de valor intrínseco — a muito desvencilhado — ou como meras representações de ‘interesses estatais’, mas como processos que afetam o agenciamento ‘Índia’ em movimentos de reterritorialização a partir de sua interação com o agenciamento ‘Indo-Pacífico’, a serem tratadas nos capítulos seguintes.

Essa interação torna-se uma das questões mais importantes a serem possibilitadas por uma ótica deleuziana: torna-se possível depreender as formas a partir das quais tais práticas afetam a segurança ontológica indiana. Como demonstra Bueger (2017), o conceito de agenciamento permite uma ótica que leva

em consideração a multiplicidade de atores e a complexidade do campo de segurança marítima. Neste caso, é possível argumentar que essas interações, ao formar um agenciamento Índia-Indo-Pacífico, garantem a segurança ontológica indiana enquanto reterritorializa a Índia enquanto uma atriz no Oceano, com características distintas de ação do que em suas demais esferas lindeiras, mas que sustentam um mesmo plano de consistência. Esses fluxos são co-constituídos pela esfera do virtual, que atribui à Índia características específicas no trato com o espaço marítimo em sua região e é afetada em sua narrativa biográfica, que traz como alguns elementos fundacionais a recorrência de referências a um passado no qual o subcontinente indiano exercia a primazia na ROI. Os processos identificáveis com a formulação estratégica indiana identificados no capítulo anterior, como cultura estratégica, jogo político e vontade individual de um líder, são todas partes do agenciamento, fluxos que perpassam o mesmo plano de consistência.

A partir de referências a registros milenares (Panikkar, 1945), a "herança marítima" é relevante enquanto a primazia indiana pode ser encarada como um vetor para a conectividade e estabilidade da região. Têm-se então um entendimento de um papel específico nessa interação. Isto se dá a partir do entendimento do mar como um ambiente eminentemente seguro anteriormente à chegada dos portugueses, e da presença indiana como comerciantes e intermediadores culturais. Referências a passados milenares no estabelecimento de parcerias atuais para o estímulo de conectividade permitem uma ligação entre as ações presentes indianas com a presença marítima do império máuria que, quando comandado pelo imperador Ashoka (265 - 238 a.C.), empregou uma política de "conquista pelo *dharma*", sendo um momento notável a propagação do budismo por seus filhos no atual Sri Lanka, feita pelo mar (Holmes et al., 2009).

Essa narrativa seria atualizada pelas ações recentes de engajamento com o ROI, que são principalmente justificadas em torno da máxima "*Security and Growth for All in the Region*", cujo acrônimo, SAGAR, significa "oceano" em diversas línguas indianas. Exposta a partir de um discurso do primeiro-ministro, Narendra Modi, na ocasião da comissão de um navio para as Ilhas Maurício em março de 2015, torna-se um dos principais indicativos da Sarangi (2019) divide as proposições discutidas por Modi em: garantia de segurança, construção de capacidades dos demais, fomento à ação coletiva, desenvolvimento sustentável e

engajamento marítimo. Nas palavras de Modi: “nós vamos trabalhar para assegurar uma Região do Oceano Índico seguro, resguardado e estável que leve a todos nós à costa da prosperidade”[4] (Modi, 2015e). Essas ações serão aprofundadas posteriormente.

A partir desses, a Índia se vê assegurando, através de uma interação arborescente com o agenciamento ‘Região do Oceano Índico’, a si mesma ontologicamente como uma líder regional, ao movimentar cada uma dessas ações para uma reterritorialização que atrela suas ações no Indo-Pacífico a concepções de bem coletivo e prosperidade compartilhada. Esse entendimento é constantemente atualizado, o que perpassa por uma relação competitiva com a China, sendo nítida sua contraposição implícita. A crescente influência chinesa é entendida como uma forma de insegurança para a Índia, o que é extrapolado para o agenciamento do Indo-Pacífico, que não vê a China como parte dessa comunidade, como causadora de instabilidade nos mares, empecilho para a prosperidade dos países da região, e portanto, uma força destrutiva para este agenciamento.

Nesse ponto, é importante o movimento de contra-atualização que ocorre constantemente a partir da mobilização dos conceitos de “conectividade” — simbolizando laços de maior proximidade cultural e comercial entre os países do ROI —, “estabilidade” — entendido como um ambiente marítimo seguro, onde vigora o respeito à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e ao status quo sistêmico — e “prosperidade”, significando aqui o crescimento e desenvolvimento econômico generalizado; em discursos indianos. A partir da interação entre fatores simbólicos, práticas e objetos, o Estado indiano está se assegurando ontologicamente em suas relações com o Indo-Pacífico.

2.5. Conclusão

Dessa forma, têm-se que uma ótica deleuziana acerca do estudo de segurança ontológica se apresenta como uma forma viável de entender a conexão entre a busca por segurança ontológica indiana e segurança marítima. Longe de

[4] No original: we will work to ensure a safe, secure and stable Indian Ocean Region that delivers us all to the shores of prosperity. Tradução do autor.

entender um como a manifestação física do outro, têm-se que as práticas de segurança indiana incidem na reterritorialização do agenciamento Índia, simultaneamente garantindo e sendo motivada por sua segurança ontológica.

No entanto, vale ressaltar algumas pontuações decorrentes dessa linha de pensamento. Em primeiro lugar, é importante remeter à preocupação exposta por Peter Lenco (2014) de que uma pesquisa voltada para um olhar deleuziano em relações internacionais não seja uma mera utilização de termos para o encaixe em argumentos pré-definidos, mas que exista um engajamento real com sua cosmovisão. A mera utilização de termos 'soltos' é problemática, permitindo interpretações que não possuem vínculos com a fonte original, e gerando trabalhos teoricamente pobres.

Em segundo lugar, deve-se mencionar o caráter político intrínseco à pesquisa em relações internacionais. Neste caso, existe o adendo de que "praticamente falando, é claro que analistas de agenciamento podem fazer 'cortes' para produzir o objeto de seu estudo, mas esses cortes não são inocentes e devem ser considerados cuidadosamente"[5] (Dittmer, 2020, p. 76). Enquanto a multiplicidade dos agenciamentos é formada por diversos fatores, é importante ter em mente a provável inexequibilidade de demonstrar qualquer agenciamento em sua totalidade. Como tal, as escolhas por parte do pesquisador engajado com uma pesquisa invariavelmente refletirão os aspectos que este considera imperativos para seu funcionamento. Esta pesquisa, ao estabelecer um recorte específico das relações bilaterais com Emirados Árabes Unidos, Singapura, Sri Lanka, não escapa da crítica acima, mas busca estabelecer o mapeamento de relações que, enquanto díspares em seus processos espaço-temporais, contribuem para a formação, bem como são fruto, da mesma narrativa biográfica, entendida nos termos deste capítulo.

Pode-se argumentar que uma segurança ontológica deleuziana traz consigo diversas avenidas de pesquisa possíveis. Em primeiro lugar, repensar o ente buscador de segurança ontológica permite uma extensão desses estudos a qualquer entidade ou organização humana que possa ser entendida como um agenciamento. O esforço em prol de seu estudo implica no mapeamento dos diversos fluxos que

[5] Do original: Practically speaking of course analysts of assemblage can make 'cuts' to produce the object of their study, but these cuts are not innocent and must be considered carefully". Tradução do autor.

mantém o plano de consistência, mas também dos fluxos disruptivos, das desterritorializações absolutas, que apresentam os riscos à segurança ontológica do agenciamento. Ademais, torna-se possível um estudo de políticas e práticas estatais que não presume sua formação como predicada em uma identidade ou interesse previamente alicerçado, mas a partir de sua produção no *continuum* do agenciamento. Não pautada em um desejo personificado em um objeto externo, como preza o pensamento lacaniano, mas produzida a partir do próprio agenciamento.

No caso indiano, o assegurar-se ontologicamente demonstra como narrativas, ações, objetos e atores do meio marítimo se estabelecem enquanto linhas, gerando processos que reterritorializam o agenciamento Índia. O aspecto relacional, pragmático e todavia semiótico das questões de segurança ontológica serão tratados a partir da análise, em capítulos posteriores, de cada um dos agenciamentos elencados: Índia-Emirados Árabes Unidos, Índia-Singapura e Índia-Sri Lanka.

3
Estratégias Analíticas

3.1.
Introdução

Este capítulo versa sobre o método e a metodologia a serem utilizados. O empreendimento de um estudo de segurança ontológica deleuziana traz consigo a necessidade de engajar com diversos aportes metodológicos, refletindo o fato de que a pesquisa é, em si, um agenciamento (Bueger, 2014, p. 65). Como tal, primeiramente serão apresentados os conceitos principais que norteiam essa pesquisa. A seguir, trata-se de como os agenciamentos podem ser estudados a partir da Teoria da Prática Internacional. Após isso, será descrita a forma como se dará esta pesquisa, seguido de considerações finais.

3.2.
Conceitos Principais

No que implica o estudo de segurança ontológica deleuziana? Debruçar-se acerca dessa questão remonta não somente às possibilidades de estudo de segurança ontológica e sua constante criação, reforma e disrupção, mas também aos aspectos idiossincráticos do pensamento deleuziano — em específico, da forma como é trabalhado o estudo do agenciamento. De modo a evitar algumas das armadilhas que isto pode incorrer, a presente seção busca delimitar alguns dos principais pontos epistemológicos e ontológicos que regem esta pesquisa.

Pesquisas voltadas para o estudo de segurança ontológica são um campo fértil para diferentes formas de análise. Como mencionado em capítulos anteriores, esta pesquisa traz um posicionamento diferente ao engajar com o pensamento deleuziano. Em um estudo retrospectivo deste campo de estudo referindo-se à política externa, Jennifer Mitzen e Kyle Larson (2017) pontuaram algumas questões que permeiam o debate acerca de segurança ontológica: a

unidade de análise — aquilo que será estudado—; direção causal — "o que nós somos causa o que fazemos, ou o que fazemos causa quem nós somos" (Mitzen e Larson, 2017, p. 14) —; cognatos — vale a pena se utilizar do termo "segurança ontológica", ou seria outro mais apropriado? — e o nível de consciência — em que medida se pensa em segurança ontológica ao agir? A partir de então, esses quatro debates serão analisados, de modo a depreender os principais conceitos que vão reger a pesquisa.

Como demonstrado no capítulo anterior, os agenciamentos são conjuntos heterogêneos de atores, práticas e objetos que interagem a partir de práticas e estabelecem relações internas e, a partir das linhas de fuga, com outros agenciamentos. Essas ações e relações subsistem em um plano de consistência, e as dinâmicas de territorialização (maior rigidez, ordenamento ou homogeneização), desterritorialização e reterritorialização que ocorrem no agenciamentos são entendidos como movimentos de manutenção ou disrupção de sua segurança ontológica. Estes agenciamentos, enquanto unidades de análise, são extremamente complexos dada a quantidade de atores que o formam e formados a partir dos relacionamentos entre seus membros constituintes.

Agenciamentos têm como uma de suas características principais a imanência. Conforme a noção de ontologia não-representacional previamente apresentada, imanência se refere ao caráter completamente único de uma coisa: sua singularidade se dá não a partir de comparação com nenhuma outra, uma coisa 'em si'. A imanência de um agenciamentos o coloca em uma posição conceitualmente única, especialmente no tocante à direção causal, porquanto não se pode entender uma 'identidade' externa ao próprio à qual ele pode fazer referência antes de 'agir'. Antes, seu caráter contingente e constantemente emergente o coloca num estado de constante 'estar', com movimentos de virtualização e atualização que afetam seu território.

Como tal, a existência de um plano de consistência, como anteriormente mencionado, é a condição para a possibilidade de identificar o objeto referente da segurança ontológica afastada de uma identidade fixa. Têm-se que um agenciamento não é em si a negação de formações estruturantes ou um caráter estrutural para um sistema, mas sim que esta formação é eminentemente contigente (Bueger, 2014). Como tal, a questão principal torna-se a possibilidade

da captura de uma imagem, o traçado de um mapa, que demonstram as relações e seus efeitos virtuais na segurança ontológica indiana.

Como fazê-lo? Torna-se necessário assim definir os contornos do plano de consistência, para assim entender os limites do agenciamento tratado, e como este se relaciona com outros agenciamentos nesse meio. Em Assemblage Theory, Manuel DeLanda (2016) entende os agenciamentos enquanto delineados por processos de territorialização, que demarcam seus limites, e codificação, a ação simbólica a partir da qual seus componentes expressivos impactam sobre o próprio. Estes processos são concorrentes com processos de desterritorialização e decodificação, de quebra desta homogeneização e aquisição de novos significados e formas para o agenciamentos. O todo formado não conta apenas com dimensões simbólicas e por indivíduos, mas também conta com componentes materiais, como infraestrutura, objetos e imagens que integram estes processos de manutenção e disrupção. O plano de consistência, por sua vez, enquanto um "fora das multiplicidades" (Deleuze e Guattari, 2021, p. 16) que identifica as relações que se estabelecem sem alterar seu *status* ontológico, interseccionando as diferentes multiplicidades que a compõem.

A identificação, feita no capítulo anterior, da narrativa biográfica enquanto um plano de consistência permite o reconhecimento dos contornos do agenciamento, porquanto composto pelos elementos por ela transpassados. Em se tratando do estudo de um Estado nacional, têm-se que este é composto por diversas multiplicidades, que são unidas por uma ideia de 'Índia'. Este agenciamento é intimamente ligado com uma concepção de território demarcado geograficamente e entendido enquanto "indiano", e sua narrativa biográfica, o elo ligante e constantemente (re)produzido acerca do que isso significa. Nesse sentido, a estratégia marítima indiana pode ser entendida como a cristalização deste processo de territorialização e codificação: a estratégia, ao prescrever os meios disponíveis para o alcance dos objetivos estratégicos do Estado, deve conter necessariamente um entendimento de identidade indiana, que se estabelece a partir da narrativa biográfica e engloba os elementos que são por ela circunscritos. Ao (re)produzir um aspecto virtual específico, as ações motivadas por essa estratégia ecoam essa (re)produção.

No entanto, a narrativa biográfica de um país não é afetada apenas pela estratégia. As práticas perpetradas em nome do agenciamento incidem no

processo de reprodução desta, no que é chamado de movimento de contra-atualização promovida pelo aparato estatal. Mesmo que seja possível afirmar que a estratégia é a cristalização de uma narrativa, têm-se que as práticas derivadas desta por vezes são constritas pelo crivo do atual, seja por situações adversas, falha humana ou resposta pouco externa favorável. Sendo assim, enquanto a estratégia se torna um ponto de partida importante, não se pode desvincular a análise de um agenciamento das ações perpetradas por seus entes constituintes.

Nessa toada, o próprio Estado é tido por Deleuze e Guattari não necessariamente como um rizoma, mas como um estrato — uma forma mais rígida de organização entre entes heterogêneos, altamente hierarquizado (Deleuze e Guattari, 2021, p. 435). No entanto, a consideração do Estado enquanto agenciamento continua válida na medida em que os Estados são (1) agregados de entes heterogêneos, (2) ontologicamente contingentes, dado que deixariam de existir se seus membros assim decidissem e (3) pesquisas recentes acerca do nacionalismo em diferentes vertentes e localidades demonstram a contingência de conceitos como identidade nacional. Sendo assim, esta pesquisa se utiliza do entendimento de DeLanda (2016), que vê estratos como agenciamentos com alto grau de territorialização e codificação.

No mais, não se pretende afirmar que a segurança ontológica de um agenciamento é motivada por um entendimento necessariamente consciente da imanência desse e seu equacionamento com sua segurança ontológica. De fato, não é possível necessariamente estabelecer uma ‘vontade’ única que rege todas as ações em um agenciamento, não somente pelo fato de que movimentos de desterritorialização existem, mas porque as ações que o compõem não são necessariamente traduções diretas das vontades dos atores — para além dos elementos materiais que o compõem, mesmo as ações humanas passam pelo crivo da competência. Sendo assim, a motivação que movimenta os múltiplos atores no plano de consistência deste agenciamento não é o foco, mas sim a forma como esta ação é feita. No entanto, ainda é possível argumentar que os esforços de segurança ontológica neste campo se dão a partir de ações estrategicamente motivadas e ideologicamente justificadas, o que pode levar à ideia de uma relação hierárquica no interior deste agenciamento.

3.3.
Agenciamento e Método

A partir de então, a presente seção irá tratar de algumas das formas como o estudo de agenciamentos tem sido trabalhado. Este empreendimento é em si tratado como um agenciamento, tendo em vista seu caráter prático, efêmero e contingente. Como tal, esta pesquisa entende este estudo não como uma mera aplicação estática de um aparato metodológico fixo para sua interpretação, mas como um conceito que em si possui agência, tal como não é feita de forma neutra, mas reflete os vieses do autor. O pensamento pautado por agenciamentos, afirma Lisle (2014, p. 70),

> Very simply, it is impossible to 'apply' assemblage thinking to the world because it doesn't come with a preformed 'toolbox' of methods that can be chosen and utilized.

Dessarte, embora o pensamento voltado a agenciamentos seja melhor pensado não como uma teoria geral mas como um projeto empiricista (Bueger, 2014, p. 59), têm-se que engajar com o pensamento deleuziano implica em assumir alguns compromissos no cumprimento da pesquisa, entendidos como substratos das características atribuídas a estes conjuntos.

Em primeiro lugar, o conceito de multiplicidade — entender o mundo "não como um todo coerente, nem como um sistema atomizado de particulares" (Bueger, 2014, p. 61). A partir dele, o trabalho entende a multiplicidade como diferentes realidades sobrepostas, deixando de entender formações arbóreas como a norma, mas como a exceção que deve ser explicada. Segundo Baker e McGuirk (2017, p. 13).

> [T]he determinants of policy outcomes in any given situation are not linear, cannot be pre-determined, and are an empirical question, resolved contingently in specific contexts, as assemblages of heterogeneous actants cohere, and the properties and capacities of these actants are variously mobilised

Como previamente mencionado, uma linha investigativa pautada em agenciamentos encontra agência também no material e no simbólico, a partir da conflagração dessas concepções expressivas e da recusa de essencialismos que conferem a um elemento uma ou outra concepção (material ou simbólico). Antes

disso, é necessário entender o papel tanto de humanos quanto não-humanos no funcionamento de um agenciamento, e não reduzi-lo à fala ou ao discurso (Bueger, 2014, p. 62-63).

Além disso, uma pesquisa pautada em agenciamentos deve sempre levar em conta seu aspecto relacional, que é a base para seu funcionamento. As linhas que conectam os atuantes se dão através de práticas, o que leva a maior parte de pesquisas relativas a agenciamentos a um foco nos processos cotidianos a partir dos quais essas relações emergem. Como tal, pode-se afirmar que uma pesquisa em segurança ontológica deleuziana traz o entendimento de segurança ontológica como relacional: não somente nas relações intra-agenciamento, mas também em suas dinâmicas de interação com outros agenciamentos, proporcionadas pelas linhas de fuga. O aspecto prático do estudo dessas relações será pormenorizado abaixo.

Por fim, têm-se a existência e possível explicação dos processos de territorialização e desterritorialização que surgem no interior destes trabalhos. Aqui, a territorialização adquire um sentido tanto figurado, de aumentar a rigidez das fronteiras do agenciamento (DeLanda, 2006, p. 12), quanto literal, ao por vezes ligar um agenciamento a determinado espaço físico. Nesse empreendimento, os elementos materiais adquirem agência, ao demonstrar a forma a partir da qual as formas a partir das quais as ações podem ser praticadas, e quais são suas consequências materiais e expressivas.

Têm-se que o Estado nacional enquanto objeto de análise se presta a um entendimento de um agenciamento arbóreo, e não rizomático: existe um alto grau de estratificação e ordenamento que garantem a coerência interna em prol da noção de soberania em torno de um determinado espaço geográfico. Nesse sentido, é possível utilizar-se do entendimento de um Estado enquanto organização segundo DeLanda (2008, p. 170), que afirma que

> we may say that an institutional organisation is territorialised to the extent that the human bodies that compose it have been sorted out into the ranks of a hierarchy. The more centralised the hierarchical authority, the sharper its ranks are defined, the more territorialised the organisation is. The degree of territorialisation also increases the more obvert the interventions on the human body are.

O alto grau de territorialização de um Estado não configura, contudo, uma entidade estática, mas que é constantemente reafirmada como tal.

Nessa toada, os atos perpetrados por um agenciamento (1) são dotados simultaneamente de materialidade e expressividade e (2) estabelecem relações entre entidades, tanto na formação do agenciamento quanto na interação entre este e outros agenciamentos. Como tal, é possível afirmar que esses processos incidem na narrativa biográfica — o plano de consistência estatal — ao carregar diferentes significados e efetivamente mudar a natureza da entidade. De acordo com Lenco (2014, p. 137), "[i]f we are looking for the originality or specificity of a thing – what it 'is' and how it functions – we must ask what sort of territory it institutes: how it counteractualises itself and how it is subsequently actualised". As práticas estatais possuem uma expressividade que não se resume ao discurso, em processos que contra-atualizam o agenciamento. É importante notar que esses processos não são transcendentes: a forma a partir da qual as práticas estatais incidem sobre sua narrativa biográfica são contingentes ao contexto desse, e como suas relações se dão originalmente.

Qual é a relevância da estratégia neste processo? Têm-se que este documento, ao expressar os meios à disposição e o compromisso estatal em relação ao uso de suas forças armadas, são a representação da cristalização de um processo de territorialização. Isso se dá por agirem implicitamente na pressuposição de características específicas do Estado e do meio no qual este se encontra. Assim, age não somente pela enunciação destas características, mas por agir enquanto guia na promoção de práticas que mantém esta narrativa.

3.4.
Agenciamento e Teoria da Prática Internacional

Como anteriormente mencionado, um dos aspectos do estudo de segurança ontológica deleuziana que se presta para o estudo presente é a possibilidade de estudar as dimensões materiais e práticas que compõem o agenciamento em análise. Como tal, não se pode fazê-lo sem antes dimensionar as formas como esse conjunto de teorias têm entendido seus comprometimentos metodológicos. Teoria

da Prática Internacional é o nome dado para um conjunto de teorias que abarcam as concepções que colocam as práticas em uma posição de protagonismo.

Atribui-se o início deste debate no campo de relações internacionais ao trabalho de Iver Neumann (2002), que trouxe ao centro da análise as ações cotidianas daqueles envolvidos no funcionamento da política mundial, e popularizado por Adler e Pouilot (2014). Desde então, o campo da praxeologia se desenvolveu de modo a possibilitar a análise do internacional por olhares diferentes; uma "zona comercial intelectual" (Bueger e Gadinger, 2018, p. 17), unido pelo entendimento do valor do estudo de práticas, mas com certas diferenciações ontológicas e epistemológicas. É possível, dessarte, observar alguns pontos em comum: a importância de processos, o situar do conhecimento na prática, reconhecendo assim sua contingência espaço-temporal; o entender da aquisição de conhecimento como um processo coletivo e, portanto, relacional; o reconhecimento da materialidade das práticas; o reconhecimento da multiplicidade da ordem social e um entendimento performático do mundo (Bueger e Gadinger, 2015). Tendo em vista os elementos citados, Bueger e Gadinger (2015) consideram a concepção deleuziana de agenciamento como parte das teorias da prática internacional.

Como então, deve ser conduzida uma pesquisa acerca de práticas? Evidentemente, a resposta para essa pergunta demanda um entendimento prévio acerca dos comprometimentos tomados pela vertente a ser utilizada. Todavia, uma concepção inicial se dá a partir do entendimento de que

> Theorising is a practice; undertaking research is a practice. Everything that has been said about practice in general also applies for the practice of theorising about practice, as well as undertaking research driven by practice theory. (Bueger e Gadinger, 2018, p. 133)

Sendo assim, a pesquisa acerca da prática também não foge do caráter contingente, performático e relacional do conhecimento e de sua criação. Entende-se ainda que "[pesquisas motivadas por teorias da prática] problematizam fenômenos, adicionam novas perspectivas e interpretações, demonstram como as coisas acontecem em diferentes contextos, e enriquecem." (Bueger e Gadinger, 2018, p. 136, tadução do autor).

Como um campo de troca intelectual vasto, as estratégias de pesquisa utilizadas são variadas, a partir da delimitação do objeto de estudo enquanto prático e os conceitos que se utilizarão de base. Nesses estudos, é notável todavia a presença de certa "sensibilidade etnográfica" (Baker e McGuirk, 2017), que vai da preferência por práticas cotidianas e a utilização de observação participante e o trabalho de campo, a prática de entrevistas, e a análise textual e de artefatos. Neste último ponto, Baker e McGuirk (2017, p. 22) afirmam, ao tratar especificamente da teoria de agenciamento e sua aplicação em estudos de política externa, que

> For documentary analysis, an ethnographic sensibility also encourages the researcher to treat documentary materials, such as reports and downloadable PowerPoint presentation slides, as ethnographic artefacts that provide windows into the creation, mobilisation, and application of policy knowledge. These artefacts function, on the one hand, as texts that reveal particular ways of thinking and acting, and on the other, as lively objects whose itineraries and effects can be apprehended by following their 'traces' in different contexts.

3.5.
O Caso Presente

A metodologia empregada será, portanto, uma reconstrução de narrativa a partir da análise documental do conteúdo de discursos, relatórios, e registros de visitas e treinamentos militares conjuntos. De acordo com o modelo de Bardin (2016), busca-se uma análise qualitativa, preocupada não necessariamente com a frequência de determinados termos específicos, mas na aferição de permanências e possíveis mudanças a partir do tratamento exaustivo dos textos escolhidos. Buscando entender as formas a partir das quais o agenciamento é territorializado ou desterritorializado, a narrativa biográfica indiana é (re)constituída e sua segurança ontológica é afetada, esta análise se iniciou a partir do entendimento de que, enquanto outras pesquisas no campo se restringem aos aspectos discursivos para a construção narrativa, entende-se que o caráter prático da formação do agenciamento indiano também perpassa aspectos não-discursivos. Reconhecendo a impossibilidade de uma análise compreensiva acerca de todas as ações indianas no Indo-Pacífico, foram escolhidos três países, Emirados Árabes Unidos, Singapura e Sri Lanka, cujas diferentes regiões e níveis de proximidade tornam casos exemplares para as práticas indianas.

De modo a delimitar as práticas a serem analisadas, foram utilizadas as notícias, relatórios e transcrições presentes nos *websites* da Marinha Indiana e do Ministério de Relações Exteriores indiano. Reconhecendo que estes são espaços que trazem consigo narrativas enviesadas por perspectivas trazidas pelo governo indiano, entende-se que este fator é, na realidade, um benefício, sendo a narrativa central exposta pelo aparato estatal um aspecto central do que se busca analisar. A narrativa biográfica de um Estado estão irremediavelmente atreladas às práticas exercidas por este Estado, sendo também afetadas pelos significados que são atrelados a estes. Sendo assim, foram selecionados textos a partir de uma pesquisa inicial com base no recorte temporal previamente indicado, pelos termos "Sri Lanka" (78 textos), "Singapore" (71 textos) e "United Arab Emirates" (43 textos), os quais incluem relatórios de visitas, tratados, discursos, treinamentos, eventos, e afins. A partir de então, foi feita uma triagem de modo a delimitar os textos que efetivamente tratavam de ações efetivamente relativas ao Oceano, seja por sua ocorrência no âmbito marítimo ou sua referência à segurança marítima. Com isso, foram reduzidos os textos para 77, dos quais 29 são relativos ao Sri Lanka, 16 aos EAU, e 32 a Singapura.

Os discursos analisados incluem *press briefings*, transcrições de pronunciamentos, declarações conjuntas e falas durante visitas oficiais e eventos. Buscou-se uma análise pautada a partir de uma perspectiva encontrada nos trabalhos de Fairclough e Doty. Em sua obra, Norman Fairclough entende o discurso como "o uso da linguagem como uma forma de prática social" (Fairclough, 1995, p. 7), discorrendo não somente sobre o aspecto multi-semiótico do texto mas demonstra sua importância, enquanto prática, na (re)produção e manutenção de determinadas ordens discursivas. Assim, o autor trouxe à tona a importância do estudo não somente do texto em si, mas de sua intertextualidade, das ideias que estão implícitas e são referências a outros textos.

A análise de Doty acerca de mecanismos textuais teve por objetivo compreender a maneira como estes informam determinadas identidades, realidades e, portanto, cursos de ação. A autora elenca os mecanismos de predicação, pressuposição e posicionamento de objetos como aqueles que permitem o entendimento de como práticas discursivas "constituem sujeitos e objetos e os organiza em uma 'rede de inteligibilidade'" (Doty, 1993, p. 306).

O mecanismo da pressuposição advém da anteriormente mencionada intertextualidade inerente à linguagem — sua incapacidade de determinar significados em si mesma. Como tal, uma afirmação contém categorias pré-definidas de agente e objeto, bem como suas relações. Assim, o estudo das pressuposições expõe os elementos implícitos necessários para que uma afirmação faça sentido — a produção de uma realidade específica para que uma afirmação seja verdadeira. Milliken (1999) também observa esta produção de mundo, que se dá a partir da definição de sujeitos autorizados a falar e a agir; de práticas tidas como "apropriadas"; da objetificação de grupos e pessoas; dos públicos para os quais falam os atores e o senso comum que subjaz todo esse processo.

A predicação — o movimento de ligação de atributos a um termo — traz consigo a possibilidade de delimitar identidades, e por conseguinte interesses e práticas. A partir dele, Milliken demonstra ser possível estabelecer não somente as características do objeto em questão, mas também as relações implícitas que advém de tais qualificações, definindo então as "oposições centrais" que permeiam os discursos. De fato, essas relações entre sujeito e objeto definidas nas ações também constituem uma forma de criação de realidade, conforme afirma Doty (1993, p. 306). É a partir delas que são manifestos diferentes tipos de relacionamento, como oposição, identidade, similaridade, complementaridade, entre outros.

No entanto, esse não deve ser o único foco. De acordo com DeLanda (2016, p. 12),

> A main component of conversations is, of course, the content of the talk. but there are also many forms of bodily expression (posture, dress, facial gestures) that are not linguistic. In addition, there is what participants express about themselves not by what they say but by the way they say it or even by their very choice of topic. (DeLanda, 2006, p. 12)

Sendo assim, entram considerações quanto ao discurso enquanto prática, não só enquanto texto. A descrição de práticas é tida como uma forma válida de empreender esta pesquisa, por mais que forneça narrativas reconhecidamente idealizadas e incompletas (Bueger e Gadinger, 2018, p. 154). Como tal, têm-se que a formulação de Guattari acerca de agenciamentos coletivos de enunciação (1992, p. 39) se presta ao entendimento, proferido por Borges (2024), de que os discursos são pontuados por marcadores que estabelecem repetições e assim

incidem em um processo de subjetivação que pode ser analisado sob o prisma dos elementos de pressuposição, predicação e posicionamento. Assim, será possível depreender quais seriam esses temas recorrentes, repetitivos, que incidem sobre o plano de consistência (Borges, 2024).

A análise das práticas não-discursivas busca também entender os efeitos destas na narrativa biográfica indiana. Para tanto, estas são entendidas como movimentos de contra-atualização, a partir dos quais o aparato estatal indiano é capaz de incidir acerca de sua própria narrativa biográfica a partir da interação com outros países.

Como tal, os textos foram inspecionados a partir de perguntas específicas: (1) quais são os predicados associados à Índia nestes discursos? (2) Quais são as associações implicitamente feitas ao agenciamento enquanto sujeito? (3) Como a Índia é posicionada em relação ao Indo-Pacífico? As práticas não discursivas escolhidas foram treinamentos conjuntos, visitas portuárias, por serem situações que demonstram interações diretas de âmbito bilateral, bem como apresentam dimensões simbólicas já tratadas pela literatura especializada (vide capítulo 6). Neste processo, foi notável a repetição de ideias em trechos, a partir dos predicados, pressupostos e posicionamentos analisados, que foram aglutinados em duas ideias principais: conexão — relativa à ligações bilaterais discursivamente celebradas — e segurança — a partir da menção dos interesses de segurança indianos, e de como estes são/devem ser enfrentados —, a serem discutidas posteriormente.

Para entender os processos de territorialização, um mapeamento é necessário, que demonstre como a narrativa biográfica indiana tem sido afetada — em termos de manutenção ou mudança — através da interação com outros agenciamentos. Enquanto a análise de segurança ontológica de Brent Steele (2006) se preste à autorreflexão para o surgimento da vergonha ou a mudança desta narrativa, é necessária uma maior cautela ao afirmar que este movimento ocorre em um agenciamento, posto que seus entes materiais não-humanos não o podem fazer. Portanto, evidenciar o mapeamento é entender quais são as expressões e conteúdos derivados das práticas indianas e como elas se conectam com um entendimento prévio desta narrativa. De fato, os diferentes predicados, pressuposições e posicionamentos de sujeito não estão, todavia, em um vácuo: torna-se preciso, portanto, entender que as respostas para as perguntas acima são

tocadas por contextos marcados por aspectos históricos, culturais, e práticas prévias que formaram configurações prévias do agenciamento Índia. Além disso, essas ações possuem um direcionamento: a estratégia marítima indiana, que pode ser entendida como a cristalização de sua narrativa biográfica, é tida como um ponto de partida a partir do qual é possível ancorar esta análise. Como tal, o capítulo seguinte busca entender a estratégia marítima indiana, e como esta influencia em suas ações.

3.6. Conclusão

Este capítulo demonstrou os passos a serem tomados nesta pesquisa. No entanto, algumas ressalvas relevantes devem ser feitas. Uma das preocupações que surgem com a empreitada de uma pesquisa pautada no estudo de agenciamentos é que este se torne um mero exercício descritivo, que demonstra quais são componentes deste em uma "cacofonia incompreensível de vozes" Bueger e Gadinger, 2015, p. 457). O caráter qualitativo desta pesquisa se presta a um olhar analítico, a partir do qual busca-se não somente a descrição de (admitidamente, parte de) um agenciamento, mas entender a interação entre as práticas que o constituem, e como estas remetem ao plano de consistência que se cria a partir de sua interação, entendendo que este possui certa consistência interna, que equivale a sua segurança ontológica. O entendimento de teorização acerca de um agenciamento pode à primeira vista parecer um contra-senso: qual seria o sentido de olhar por esta perspectiva um sistema que claramente possui no aparato estatal um princípio ordenador? Têm-se que o senso de multiplicidade que energiza este entendimento pode questionar a suposta estabilidade do Estado, porquanto sua formação depende de uma quantidade grande de práticas e atores que são também contestadas, não sendo obviedades ou necessidades. Sendo assim, deve-se considerar o aparato estatal como um fator não necessariamente ordenador, mas estabilizador, para este agenciamento.

Outra diz respeito ao caráter do entendimento do agenciamento enquanto buscador de segurança ontológica. O argumento de que o limite analítico para o objeto de análise — ou seja, o buscador de segurança ontológica — é borrado,

devido aos múltiplos sistemas que podem ser descritos como tal. Segundo o ponto de vista do autor, o fator principal é que esta pesquisa não pretende argumentar acerca de quais são os diferentes tipos de agenciamentos que buscam a segurança ontológica, mas que o Estado indiano (i) pode ser entendido como um agenciamento e (ii) enquanto agenciamento, traz em suas linhas elementos que levam a sua segurança ou insegurança.

Como tal, não se confirma nem nega o entendimento de uma busca individual por segurança ontológica, mas atesta-se um entendimento específico acerca das dinâmicas que regem a situação de busca por segurança ontológica estatal. Embora uma teoria tão abrangente quanto complexa perca sua elegância, como diria Waltz (1979), têm-se a oportunidade de uma análise que perpassa não somente aspectos materiais, mas práticos das dinâmicas de segurança ontológica, que traz a imanência do agenciamento como aspecto principal, que traz uma explicação para as dinâmicas de mudança e permanência na narrativa biográfica, e como esta é afetada pelas ações presentes.

Em concordância com Burger (2013), este trabalho afirma que o estudo de agenciamentos não pode ser reduzido a uma teoria geral do pensamento de agenciamentos, tendo em vista seu caráter imanente e portanto, impossível de ser completamente abstraído em uma teoria geral de como os agenciamentos buscam segurança ontológica. Ações similares por atores de outros sistemas podem trazer resultados diferentes, porquanto se inserem em outro agenciamento. Sendo assim, entende-se que “os conceitos do pensamento de agenciamento nesse sentido devem ser tomados como um vocabulário que nos oferece um sistema contingente de interpretação que nos permite fazer afirmações empíricas” (Bueger, 2013, p. 65). Esta pesquisa subentende a competência de identificar e interpretar a busca por segurança ontológica pelo agenciamento ‘Índia’, e sugerir que outros também o fazem.

4
Estratégia Marítima Indiana

4.1.
Introdução

Como definir uma estratégia de segurança? O estabelecimento de planos para o cumprimento dos interesses do Estado envolve não somente a definição de quais seriam esses interesses, mas uma definição prévia de como o Estado entende a si mesmo e o meio no qual reside. O caso indiano não é diferente: sua mais recente estratégia de segurança marítima: *Ensuring Secure Seas* (ESS), traz consigo diversas formulações que subentendem um entendimento acerca do que seria a Índia e qual seria seu 'papel' no Indo-Pacífico. Como tal, este capítulo busca responder a questão de como esta definição prévia afeta a formulação da estratégia marítima indiana, bem como os principais fatores que ela busca atingir.

Para tanto, emprega-se o conceito de cultura estratégica, que de acordo com Gray (1981) denota aspectos históricos e culturais referentes à organização da violência, que impactam qualquer formulação estratégica em contextos estatais. Após uma apresentação mais aprofundada deste, serão elencados alguns dos elementos participantes desta cultura. Segue uma análise do ESS, buscando entender seus objetivos principais e formas levantadas para alcançá-los, seguindo de considerações depreendidas acerca de sua ligação com a cultura estratégica indiana.

4.2.
Cultura estratégica e a Índia

Como é formada a estratégia marítima indiana? Essa é uma pergunta que subentende algo mais complexo que o simples estabelecimento de objetivos pautados em 'interesses estatais' por oficiais da marinha indiana. Diversos são os fatores envolvidos no desenvolvimento da estratégia, dentre os quais pode-se citar

considerações conjunturais, avaliações de capacidades, movimentos de securitização e os processos de consenso e dissenso inerentes ao processo político em um país democrático. Para os objetivos desta pesquisa, é necessário também levar em consideração como é formado o entendimento de 'interesse estatal': longe de um simples cálculo de garantia da sobrevivência — conforme ditam teorias realistas das relações internacionais — têm-se que levar em consideração as idiossincrasias presentes no *policy making* indiano. Portanto, um estudo mais aprofundado acerca da cultura estratégica indiana se torna necessário.

Entende-se por "cultura estratégica" as referências históricas e culturais que tangenciam aspectos acerca do uso de violência organizada por determinado Estado. Este termo foi popularizado por Collin Gray, que demonstra a inexistência de um olhar 'objetivo' para estas questões, mas que são transpassadas por idiossincrasias históricas e culturais (Gray, 1981). Esta definição basilar traz consigo algumas questões ontológicas sem as quais este estudo não pode continuar, principalmente relacionadas a o que se entende por "cultura". Enquanto Lock (2017) traz a consideração de que não se pode equacionar cultura a aspectos além dos ideacionais, este artigo concorda com o postulado por Gray (1999), que entende os comportamentos, ou seja, as práticas relativas ao fazer estratégico, como parte dessa cultura. Gray toma a cultura não somente como um aspecto contextual, mas como aquilo que entrelaça (*weaves together*).

> In this discussion strategic culture can be conceived as a context out there that surrounds, and gives meaning to, strategic behaviour, as the total warp and woof of matters strategic that are thoroughly woven together, or as both." (Gray, 1999, p. 51)

Isto se dá uma vez que as ações relacionadas à política de defesa são sempre empreitadas de atores inseridos em determinada cultura estratégica. No entanto, é notável que essa cultura não é estática nem homogênea: a definição de Gray traz o entendimento de que a cultura pode mudar com o tempo, a partir da inserção de novas ideias a partir de novas experiências, e que múltiplas culturas estratégicas podem coexistir. Esta definição é cara para esta pesquisa dada a baixa codificação pública da estratégia indiana.

Entendendo como tal, esta seção buscará apresentar alguns dos elementos presentes na cultura estratégica indiana — de campos como a mitologia, história e

política —, entendendo-os como participantes da formação e implementação de sua estratégia marítima mais atual. Evidentemente, os fatores apresentados não se supõem uma exposição de todos os fatores que participam da cultura estratégica indiana, uma vez que esta é uma concepção impossível de obter. No entanto, espera-se que esta dimensão seja abrangente de modo a elucidar alguns pontos importantes.

4.2.1.
O oceano na mitologia hindu

Enquanto o entendimento de cultura estratégica perpassa as experiências e histórias que envolvem o entendimento de cultura, um estudo acerca de cultura estratégica indiana não pode se privar de engajar, ao menos tentativamente, com o tratamento da mitologia hindu acerca dos Oceanos. Embora esta pesquisa não tenha a capacidade ou ambição de presumir a importância do tópico, notam-se algumas passagens relevantes acerca dos oceanos em seus textos mais expressivos. Enquanto são comumente associados à figura de Varuna enquanto senhor dos oceanos, algumas histórias são de especial importância para este entendimento: *Matsya Purana* e *Samudra Manthan*.

Matsya Purana é o nome dado ao décimo sexto dos dezoito *Maha Puranas*, textos que versam acerca de diversas lendas do Hinduísmo. Este nome se dá por ter tido como fonte *Matsya*, o avatar peixe de Vishnu, deus relacionado à manutenção. Dentre diversos outros assuntos, o texto reconta o momento de sua incepção: *Manu*, o primeiro Homem, teria recebido de Brahma a possibilidade de salvar a humanidade e as demais criaturas vivas de um dilúvio que seguiria. Como tal, *Matsya* se revelou a Manu, outorgou um barco construído pelos deuses e o ordenou que reunisse as criaturas vivas nele quando o dilúvio chegasse. Depois deste aviso, uma seca de 100 anos gerou fome, e o Sol queimou o mundo inteiro. Foi após este período que a chuva começou a se formar, Vishnu reapareceu, o barco foi amarrado no chifre do peixe e a terra foi repopulada. De acordo com a lenda, este Purana são verdades reveladas por Vishnu enquanto puxava o barco (Sengupta, 2017).

Samudra Manthan, por sua vez, foi um evento no qual a segunda encarnação de Vishnu, Kurma (ou Tartaruga) tornou-se a base que possibilitou aos

Devas e Asuras a adquirir a *amrita*, o elixir da vida, capaz de garantir sua imortalidade, a partir da agitação dos oceanos. Têm-se que este elixir não foi a única consequência desta agitação, e dentre os outros 13 elementos decorrentes está Lakshmi, a deusa da riqueza, que posteriormente se torna a esposa de Vishnu (Sikawar, 2012, p. 173). Existe uma significância marcante: não só se coloca o oceano como um ambiente propício à prosperidade, mas esta é algo que se pode alcançar a partir de um esforço conjunto entre oponentes. É importante observar que devas e asuras, enquanto oponentes, entraram em um posterior conflito para garantir o uso da *amrita*.

A partir destes breves relatos, é possível depreender que a figura de Vishnu é dada enquanto uma condição de possibilidade para o alcance dos objetivos, seja da salvação da humanidade, seja da aquisição da *amrita*. No caso do *Samudra Manthan*, nota-se um tema muito importante para compreender a estratégia indiana: a partir de uma cooperação conjunta para a qual a Índia pode oferecer suas capacidades, é possível adquirir a riqueza.

4.2.2.
Kautilya e o *Arthashastra*

Existe no estudo do pensamento estratégico indiano uma questão problemática: uma "opacidade" observável na ausência de referências históricas em sua política (Holmes et al., 2009). No entanto, a ausência de referências diretas não significa que influências de pensamentos históricos indianos não sejam presentes. Como tal, a importância de Kautilya — também conhecido como Chanakya — para o pensamento estratégico indiano não pode ser subestimada. Um dos principais estrategistas do imperador Chandragupta Maurya (317-293 a.C.), que em sua época unificou o subcontinente indiano (Figueiredo, 2023, p. 128). Kautilya compilou suas principais experiências e ensinamentos no *Arthashastra*, um tratado enciclopédico acerca do fazer político que versa sobre questões internas e internacionais (Liebig, 2014, p. 2). Longe de um artefato de descrição histórica, este livro de teoria política é uma série de prescrições quanto à finalidade do governo, utilização de recursos estatais, porte do líder e política externa. Enquanto não se encontram menções diretas à política naval, têm-se

diversas lições no *Arthashastra* que devem ser consideradas no estudo da estratégia naval indiana.

Em primeiro lugar, têm-se as questões relativas à forma como este livro entende o meio no qual se insere. Kautilya entende o meio internacional como intrinsecamente anárquico, propenso à desordem e à lei do mais forte, chamada de *matsya-nyaya* (Zaman, 2006, p. 236). Como tal, o objetivo do governante é a garantia do bem-estar para a população, que permite a aquisição de riqueza, que por conseguinte possibilitam a conquista territorial. (Zaman, 2006, p. 235). Esta vontade traria consigo o objetivo de um império mundial — o "mundo" significando aqui o subcontinente indiano (Holmes et al., 2009). Na realização deste objetivo, é notável a existência de um pragmatismo, no qual o uso de subterfúgio, espionagem e vigilância seriam moralmente aceitáveis (Zaman, 2006, p. 236). A concepção de política externa, tendo em mente este objetivo, considera se dá em torno do posicionamento do rei frente a seu entorno. Assim, a teoria da *mandala* dita que aqueles na imediação próxima seriam *prikritik ari*, ou inimigos naturais, uma vez que ambos possuem aspirações expansionistas, que formariam um círculo (mandala) em torno do regente. Em uma concepção que equaciona o inimigo do inimigo como um amigo, Kautilya entende os países vizinhos aos *ari* como *prikritik mitra*, ou amigos naturais. Os reinos intermediários poderiam ser *madhyama*, o rei do meio, que tangencia tanto o *vijigishu* e o *ari* enquanto mais forte que ambos, e pode ajudar ou destruir a qualquer um; ou o *udasin*, o rei neutro, que está fora da área de hostilidades, mas é forte o suficiente para destruir ou ajudar qualquer um dos três (Ghosh, 2022, p. 4).

Como tal, o *vijigishu* têm as ações de sua política externa inseridas neste contexto de constante mudança que é o sistema de mandalas. Como tal, o autor postula uma política sêxtupla, que envolve as diferentes posições a serem tomadas em relação a outros países: *sandhi* (paz) do mais fraco com o mais forte, *vigraha* (guerra) daquele que for mais forte, *asana* (neutralidade) daquele forte o suficiente para vencer qualquer oponente; *yana* (preparação) para a entrada em conflito quando defrontado por um oponente; *samshraya* (buscar aliança) quando não existe equiparação militar e *dvaidhibhava* (política dupla) de guerrear com um *ari* e simultaneamente estabelecer paz com outro (Zaman, 2006, p. 237). Têm-se que o caráter intrinsecamente expansionista da teoria política de Chanakya não significa uma preferência pela guerra. Segundo Liebig (2013, p. 103),

> the characterisation of Kautilya as ‘militaristic’ and ‘imperialistic’ is not tenable. War inevitably entails great human and material losses—also for the victor—and therefore war should be ultima ratio. The Kautilyan state should expand territorially, but diplomacy and covert action are the preferred means to that end. Kautilya’s expansionism must be seen in the geo-historical context of the Indian subcontinent: Political unification or hegemonic control of the Indian subcontinent is the strategic aim.

Essas ações possuem 4 princípios ordenadores, *sama* (paz), uma estratégia a partir da diplomacia de caráter conciliatório, *dana* (presentes), a provisão de bens materiais; *bheda* (dissensão), que versa sobre semear a discórdia no campo adversário, e *danda* (coerção), o conflito aberto (Ghosh, 2022, p. 9-10). Esta concepção de política externa foi influente ao ponto de ser uma das justificativas para a desunião local frente à presença britânica - o entendimento de que os demais estariam em busca da dominação impediu a formação de alianças contra a presença britânica na região (Zaman, 2006, p. 241). De grande relevância, é a presença da leitura do *Arthashastra* pelo primeiro primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, enquanto aprisionado (Liebig, 2013, p. 104) .

Além disso, é notável o esforço na academia indiana especializada em defesa em revisitar o *Arthashastra* para entender as relações internacionais indianas (ver Misra, 2016; Bhattacharya, 2024; Banerjee, 2025). No entanto, este é um campo que se mantém permeado por concepções realistas e neorrealistas de entendimento de seu meio, e uma recusa da admissão de engajamento aberto com estas formas de pensamento mais antigas (Liebig, 2013).

4.2.3.
Ahimsa e *Panchsheel*: algum lugar nas relações internacionais?

Os dois conceitos analisados a seguir são alguns dos mais importantes para o entendimento do posicionamento indiano no período desde sua independência até o fim da Guerra Fria. *Ahimsa* e *panchsheel* são comumente entendidas como ideias ultrapassadas e não-condizentes com o posicionamento de uma potência no sistema internacional: um idealismo que foi superado pelo pragmatismo de um envolvimento amoral. No entanto, esta pesquisa argumenta que estes conceitos são símbolos importantes para a compreensão da formação não só da cultura estratégica indiana, mas de sua estratégia marítima.

A filosofia de *Ahimsa* — uma proposta de uma vida marcada pela não-violência — é entendida como algo que se coloca "no coração das tradições intelectuais, espirituais e éticas indianas". (Bhardwaj, 2026, p. 24). Este conceito, embora questionado com relação a sua utilidade no âmbito da política e das relações internacionais, é todavia muito importante para entender sua trajetória. Um princípio que remonta aos textos védicos possuí referências e sistematizações importantes nas tradições jainistas, budistas e hinduístas.

Este conceito foi central para o movimento de independência indiano liderado por Mohandas K. Ghandi, que adquiriu reconhecimento internacional e solidificou sentimentos de unidade nacional a partir de sua resistência não-violenta ao colonialismo britânico (Kurtz, 2009). Após a independência indiana, *ahimsa* tornou-se um dos fatores centrais do posicionamento indiano no cenário internacional. De acordo com Misra (2016, p. 22)

> Turning to ahimsa we find it is not a theory that was invented by New Delhi by focussing astutely on contemporary international relations but was plucked up from its history. This is a principle that has been practiced by millions of Hindus, Buddhists and Jains from time immemorial. Thus while embracing non-violence as a policy principle New Delhi has simply borrowed an old concept and used it for the betterment of its strategic interests in contemporary international relations.

Este posicionamento é muito criticado, tido como ingênuo, por se tratar de um posicionamento ético e moral em um contexto no qual, tomado por preceitos realistas, encontra Estados amorais, e que por vezes se utilizam da violência de modo a fazer valer seus interesses (ver Temesgen e Ahmed, 2017). No entanto, foram relevantes para o posicionamento indiano enquanto liderança do movimento não-alinhado e enquanto promotor da paz em fóruns internacionais (Bhardwaj, 2026, p. 30).

Outro conceito criticado por sua aparente ingenuidade é o *Panchsheel*, ou Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, nome dado aos princípios ordenadores da política externa indiana no período da Guerra Fria. Sua declaração inicial se deu no preâmbulo do Acordo Sino-Indiano sobre comércio e laços culturais com o Tibet de 1954 (Dasgupta, 2016). São eles:

1. Mutual respect for each other's territorial integrity and sovereignty.
2. Mutual non-aggression.

3. Mutual non-interference in each other's internal affairs.
4. Equality and mutual benefit
5. Peaceful coexistence.

Como tal, um dos slogans mais emblemáticos da época foi *hindi-chini bhai bhai* (indianos e chineses são irmãos), reforçando as tentativas de aproximação entre os dois países (McMahon, 2006, p. 138). Dasgupta (2016) demonstra como esta coexistência pacífica propiciada pelo *panchsheel* era usada para fins díspares: enquanto a China se utilizou deste fator enquanto uma estratégia para melhorar sua imagem internacional após seu envolvimento na Guerra da Coreia e posteriormente como forma de enfrentar a presença estadunidense na Ásia, a Índia, que inicialmente utilizou o *panchsheel* enquanto uma influência restritiva, "Nehru's advocacy of Panchsheel now acquired a new dimension. He saw Panchsheel as a means of buttressing non-alignment and a 'zone of peace' in India's neighbourhood." (Dasgupta, 2016, p. 27)

Primeiro-ministro Jawaharlal Nehru e Premiê Zhou Enlai e Sra. Indira Gandhi em recepção em Nova Délhi em 26 de junho de 1954 (Índia, 2004, p. 4)

No entanto, as relações sino-indianas se deterioraram rapidamente, tendo em vista desentendimentos com relação ao Tibet, derivadas de políticas "esquizofrênicas" de apoio às guerrilhas tibetanas e simultâneo reconhecimento da posse chinesa da região, bem como a permissão de refúgio do Dalai Lama na Índia (McMahon, 2006). Com isso, a deflagração da Guerra Sino-Indiana de 1962 deu origem ao conflito lindeiro mais longevo entre Estados modernos, ainda sem resolução. Como tal, houve uma demarcada diminuição da menção à *panchsheel* em suas relações bilaterais. No entanto, seu impacto se deu também na esfera dos países não-alinhados, sendo esses princípios incorporados na declaração da Conferência de Bandung em 1955, posteriormente adotados pela assembleia geral das Nações Unidas em 1957 e aceitos enquanto princípios centrais do Movimento Não-Alinhado em 1961 (Índia, 2004).

É possível entender *ahimsa* e *panchsheel* enquanto partes da cultura estratégica indiana? Esta pesquisa entende que ambas as concepções estão entrelaçadas com o fazer político indiano, e com a forma como este se expressa internacionalmente. As críticas relativas à suposta ingenuidade desses fatores ignoram alguns fatores. Em primeiro lugar, o senso de continuidade com os povos, tradições e impérios da região, observado também no tratamento da *Arthashastra*, torna válido o entendimento de uma precedência histórica para essas posições na política indiana. Notadamente, o império Mauria de Ashoka (273 a.C. - 232 a.C.) foi marcado pela renúncia da conquista armada em prol do estabelecimento de boas relações com os reinos e impérios vizinhos, bem como pela propagação do budismo e do *Dhamma*, a partir do remorso sentido pela destruição causada na conquista de Kalinga, em 260 a.C. (Ringmar, 2019, p. 53).

Contudo, tanto no caso de Ashoka quanto no pós-independência, a opção pelo respeito à neutralidade e não-violência não significaram o fim das forças armadas.

> Neither he [Nehru] nor his officials believed that Panchsheel obviated the need for securing India's borders. In his preliminary report on the Tibet negotiations, Kaul emphasised the need for establishing check posts at all disputed points and extending administration right up to the border. (...) Nehru hoped that Panchsheel would, to some extent, exercise a restraining influence on aggressive behaviour. (Dasgupta, 2016, p. 27)

Ressalta-se que a política de Nehru, ao utilizar um entendimento de *Ahimsa* diferente de Ghandi, nunca foi de recusa direta em utilizar as Forças Armadas para avançar seus interesses, como observado pela vitória na recuperação da colônia portuguesa em Goa (Davar, 2018) e pela ambiguidade de sua política nuclear (Perkovich, 1999, p. 14). Nota-se assim que estas questões, mais do que noções pouco realistas, são ferramentas utilizadas pelo Estado indiano em um momento no qual ofereciam as melhores condições para aproveitar seu posicionamento no contexto internacional, enquanto um país com muito prestígio mas diminutas capacidades materiais.

Não somente torna-se possível entender a adoção desta sua participação na cultura estratégica indiana, mas, como será observado, essas concepções são primordiais para o posicionamento indiano na Região do Oceano Índico (ROI).

4.2.4.
Hindutva e o Oceano

Com a ascensão política do Bharatiya Janata Party (BJP) a partir da eleição do primeiro-ministro Narendra Modi em 2014, diversas mudanças foram observadas em relação a seu engajamento marítimo, como serão observadas nos capítulos posteriores. Com sua forte base na *hindutva*, ideologia de nacionalismo hindu, torna-se necessário indagar quais seriam as influências desse nacionalismo em sua visão dos oceanos.

Enquanto discussões persistem acerca do caráter ideológico ou transacional do engajamento indiano com a ROI (Schöttli, 2019, p. 570), é notável o entendimento de Perlangeli (2023), que entende que subsistem movimentos de interpelação que associam aspectos culturais de comunidades no sudeste asiático enquanto Hindus a partir de práticas similares. De acordo com a autora,

> So persuasive are these public shows of ‘Hinduness’ that they are taken as the expression of a national culture that transcends locally rooted allegiances and reflects the acceptance of Hinduism as the hegemonic cultural form, if not at the religious level, then at least at a deeper ‘cultural’ one.(Perlangeli, 2023,p. 68)

Assim, esta visão pode articular a Índia enquanto protetora de “interesses hindus transnacionais”, e o entendimento do Estado enquanto um exemplo cultural para a região (Perlangeli, 2023, p. 74)

4.3.
Estratégia Marítima Indiana: Histórico

"O caráter quintessencialmente marítimo da Índia e sua localização geoestratégica vital são fatores gêmeos que definiram seu crescimento enquanto nação e sua evolução como civilização cosmopolita"[6] (Índia, 2015). Esta afirmação, extraída da última estratégia de segurança marítima indiana, *Ensuring Secure Seas*, demonstra um entendimento não somente da importância do Oceano Índico para a Índia no momento da redação deste documento, mas o encontra atrelado à concepção de "Civilização Indiana", formada pelos povos que viviam naquela região.

A estratégia marítima indiana é evidentemente indissociável da formação da Índia enquanto Estado. No entanto, algumas questões que precedem o Estado indiano são dignas de consideração. Em primeiro lugar, têm-se que a afirmação supracitada encontra certo grau de respaldo histórico: as populações que viviam na orla do subcontinente indiano eram aquelas que detinham certa proeminência na região, em termos de projeção de poder (Panikkar, 1945). Além da demarcada estabilidade, nota-se uma importante influência transcultural na região do Índico, ocasionada principalmente por comerciantes marítimos que agiam como interlocutores culturais (Mcpherson, 1983).

Com a falta de interesse da dinastia mogol em manter o controle dos oceanos, este foi passado para comerciantes árabes (Panikkar, 1945). No entanto, as considerações por esses dos oceanos como área de comum acesso não trouxeram grandes inseguranças para a região. Foi a chegada dos europeus, e com eles o entendimento do mar como um território a ser conquistado, e que deveria, portanto, ser defendido. Com a chegada dos portugueses, foi estabelecido o princípio que pautou a segurança da região desde então: a partir de sua geografia única, seu domínio poderia ser alcançado através do controle de certos pontos-chave. Esses seriam o estreito de Malacca, que conecta a região com o sudeste asiático e o Oceano Pacífico, o Cabo da Boa Esperança, que estabelece uma conexão com o Atlântico, a ilha de Socotra, que garante uma posição

[6] No original: India's quintessential maritime character and vital geo-strategic location are twin factors that have defined her growth as a nation and evolution as a cosmopolitan civilisation. Tradução do autor.

próxima do Estreito de Ormuz e do Canal de Suez, e a ilha de Ceilão, Atual Sri Lanka.

A partir destes, os portugueses — e posteriormente os holandeses, franceses e britânicos — obtiveram domínio sobre os mares da região e, por conseguinte, sobre a Índia (Panikkar, 1945). A fundação da Companhia das Índias Ocidentais (*East India Company*, ou EIC) britânica em 1600 e sua contraparte holandesa (*Verenigde Oostindische Compagnie*, ou VOC) dois anos mais tarde, empresas com a capacidade de estabelecer contratos e engajar em guerras, levou à participação europeia em disputas por espaços comerciais (Alpers, 2014, p. 86). De fato, a competição era que eventos nos quais piratas e corsários europeus atacavam navios de seu próprio continente, sendo a defesa desse processo pelos holandeses uma das justificativas para a defesa de Hugo Grotius da liberdade do uso dos mares (Blachford, 2020, p. 1237). Durante esse período, enquanto a EIC buscava estabelecer-se no subcontinente indiano, desde 1612 foi estabelecida a *Honourable East India Company's Marine*, com o objetivo de proteger sua marinha mercante contra piratas e defesa costeira (Bedford, 1938, p. 237)

A partir do estabelecimento do Oceano Índico como um 'lago britânico', é notável que apesar da existência da Marinha Real Indiana, nenhum navio construído na Índia atravessava os mares: a Marinha Real Britânica ocupava uma posição de garantidora de segurança para a região. Nesse momento, uma das vozes mais contundentes em relação à segurança marítima foi o marquês George Curzon (1859-1925), que agiu como vice-rei da Índia de 1899 a 1905. Advogando por uma centralidade maior da Índia em sua região a partir do controle de pontos-chave para a entrada no Índico, o nobre tinha a Índia como peça central da defesa da ROI (Mohan, 2003) Sendo assim, o período de independência via uma marinha enfraquecida, um oceano sob efetivo domínio britânico, mesmo enquanto esses relegaram controle sobre o Subcontinente.

Muitos dos argumentos trazidos acima advém de um dos textos mais importantes para a formação marítima indiana: India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History, de Kavalam Madhava Panikkar (1895-1963). Estadista, diplomata, autor prolífico e historiador, Panikkar foi uma das vozes mais influentes na advocacia do poder naval indiano. Com este ensaio, o autor buscou demonstrar, a partir de uma análise histórica, a ligação entre o efetivo controle do Oceano Índico e a segurança indiana. De acordo com o

autor, "[n]a verdade, pode ser dito que a Índia nunca perdeu sua independência até que ela perdeu o comando do mar na primeira década do século XVI. (...) Há uma infeliz tendência de ignorar o mar na discussão dos problemas de defesa da Índia."[7](Panikkar, 1945, p. 7)

A partir do entendimento de que o controle dos pontos-chave acima elencados seria o suficiente, o autor acredita que "A não ser, dessarte, que bases distantes como Singapura, Ilhas Maurício, Aden e Socotra estejam nas mãos de potências amigáveis e o braço aéreo naval seja desenvolvido para garantir proteção suficiente para esses postos, não haverá segurança ou proteção para a Índia"[8] (p. 90) A noção de desenvolvimento da marinha para além da proteção das águas territoriais, visando a proteção de pontos-chave no Índico foi uma questão ainda trabalhada na Marinha Indiana após a virada do século (Scott, 2006). Foi também uma das vozes que, em um momento de independência, buscava elencar as prioridades para os escassos recursos de um Estado nascente.

Já neste momento, diversos especialistas se basearam no exemplo da Doutrina Monroe estadunidense para entender seu posicionamento em relação ao Oceano Índico (Holmes et al., 2009). Considerando o Índico como uma área geograficamente isolada e a si mesma como detentora de *soft power* considerável têm-se que "Para Nova Délhi, similarmente, é auto-evidente que a Índia deve ser o poder predominante na Região do Oceano Índico. Isso não simboliza um desejo por parte dos indianos de reorganizar a região a seu favor"[9] (Holmes et al., 2009, p. 41).

Apesar do entendimento por parte do primeiro primeiro-ministro do período pós-independência, Jawaharlal Nehru, da importância do setor marítimo e da necessidade de aumentar sua capacidade de defesa (Nehru, 1955), esses avisos não foram acatados. Duas questões tomaram o foco principal diante dessas questões: a priorização da defesa de suas fronteiras marítimas frente a o que se entendiam como as principais ameaças à segurança indiana, o Paquistão e a

[7] Do original: In fact it may truly be said that India never lost her independence till she lost the command of the sea in the first decade of the sixteenth century. (...) There has been an unfortunate tendency to overlook the sea in the discussion of India's defence problems. Tradução do autor.

[8] Do original: Unless, therefore, distant bases like Singapore, Mauritius, Aden and Socotra are firmly held by a friendly power and the naval air arm is developed in order to afford sufficient protection to these posts, there will be no security or safety for India. Tradução do autor.

[9] Do original: To New Delhi, similarly, it is self-evident that India should be the predominant power in the Indian Ocean region. This does not betoken a desire on Indians' part to reorder the region in their favor. Tradução do autor.

China, que principalmente após a guerra sino-indiana de 1962 tornou-se um epicentro das preocupações indianas (Scott, 2006, p. 103). Somado a isso, a derrota marítima sofrida durante a guerra indo-paquistanesa de 1965 relegou a marinha a uma posição marcadamente inferior frente às demais forças armadas. Ademais, a posição da política externa indiana não era favorável ao crescimento de sua marinha, nem à interferência em assuntos concernentes aos demais países da região, focando em noções de união terceiro-mundistas que contrárias à utilização do *hard power* para a intervenção em assuntos na Região do Oceano Índico (Mohan, 2003). Foi apenas com a partir de sua participação na guerra de 1971 que seu orçamento recebeu aumentos progressivos.

A intervenção para o impedimento de um golpe em Seychelles configura não somente a primeira intervenção da marinha indiana na região, mas uma demonstração experimental da utilização da força militar em prol de interesses definidos (Basu, 2021). No entanto, é notável ser essa uma exceção à regra, dada a recusa, durante o governo de Indira Ghandi, de exercer um papel de provisão de segurança, substituindo o poder naval britânico, conforme requisitado por Singapura (Theva e Mukherji, 2015).

Com o final da Guerra Fria, a liberalização da economia indiana e crescente inserção em um mercado internacional globalizado, necessidades e riscos advindos do oceano foram encarados com mais verve. A expressiva parcela do comércio indiano por via marítima, e sua importância para a segurança energética indiana levaram a um crescente engajamento com a vizinhança do Indo-Pacífico. A *Look East Policy* (LEP), de criação de laços com os países do sudeste asiático, foi exposta já em 1991, mas oficialmente delineada pelo então primeiro-ministro, Narasimha Rao, em 1994 (Das e Bhattacharya, 2020, p. 20). A partir da mediação singapurense, o país teve uma presença crescente na região, principalmente a partir da participação enquanto membro observador da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Desde então, essa participação é demarcada não somente pela participação em fóruns, mas pela presença ativa na marinha indiana.

Em 1998, foi estabelecida uma revisão estratégica de defesa da marinha, buscando começar o processo de entender suas capacidades e ambições (Holmes et al., 2009). Tais processos continuaram na virada do século, sendo estabelecida a Doutrina Marítima Indiana de 2004 e a primeira estratégia marítima indiana,

Freedom to Use the Seas, criada em 2004 e atualizada em 2009. Com esse documento, foram oficialmente estabelecidas as prioridades da política marítima e naval indiana, bem como os meios para completá-la. Esse momento não pode ser dissociado da incidência de pensadores neo-curzonistas no início do século, que buscaram estabelecer um papel de maior relevância para o país na região, uma chamada *Foward Policy*, que envolve o tratamento com potências como os Estados Unidos da América (Mohan, 2003).

Apesar desse estabelecimento, os ataques terroristas de novembro de 2008[10] e um contexto de crescentes ameaças tradicionais e não tradicionais na região motivaram uma mudança estratégica, a partir de um maior papel da marinha indiana na garantia de segurança (Khurana, 2017). Além disso, não se pode ignorar o concerto de diversos atores no âmbito marítimo no combate à pirataria na costa da Somália nesse mesmo período como um exemplo do aumento do entendimento da importância da marinha indiana (Bueger, 2017). Sete anos depois, uma nova estratégia seria estabelecida, sob a alcunha de *Ensuring Secure Seas*.

4.4. SAGAR

A estratégia indiana — e a identidade que se demonstra a partir dela — não pode ser compreendida fora da conceituação feita pelo primeiro-ministro, Narendra Modi, na ocasião da entrega de um navio de patrulha para as Ilhas Maurício, em 2015. Recebendo o nome SAGAR (*Security and Growth for All in the Region*), representou um ponto de virada na política externa indiana, sendo um ponto referenciado em ações executadas pela marinha indiana desde então. Neste discurso, Modi estabelece o entendimento da ROI como uma região acometida por diversas ameaças à segurança, tanto tradicionais quanto não tradicionais. No entanto, afirma que é um ambiente no qual existe a possibilidade de prosperidade generalizada. Nas palavras do primeiro-ministro,

[10] Em 26 de novembro de 2008, 10 terroristas paquistaneses pertencentes ao grupo Lashkar-e-Taiba (LeT) partiram de Karachi pela via marítima e, após tomar o controle de um navio pesqueiro indiano, atracaram em Mumbai e através de diversos ataques à bomba e tiroteios mataram 166 civis, ferindo outros 300. (Índia, 2015).

> Even in this changing world, the oceans hold the key to its fortunes. And, we will all prosper when the seas are safe, secure and free for all. To ensure this will be our greatest collective responsibility. We must also assume our responsibility to shape its future. So, [the] Indian Ocean Region is at the top of our policy priorities. Our vision for [the] Indian Ocean Region is rooted in advancing cooperation in our region; and, to use our capabilities for the benefit of all in our common maritime home. (Modi, 2015e).

Sendo assim, a ROI é vista como um espaço de possibilidade. Como segurança, proteção e liberdade são objetivos a se alcançar, eles não se realizam no momento, necessitando portanto de ação coletiva e, como será visto mais tarde, pontuando um entendimento de responsabilidade coletiva. Sendo assim, a Índia se posiciona tanto como provedora de segurança regional quanto do avanço dessa cooperação, que é tida como responsabilidade comum. O objetivo de "avançar a cooperação" para a segurança, e consequentemente, prosperidade de todos demonstra que a Índia não somente coopera, mas traz consigo a capacidade e a vontade de exercer uma influência significativa na região, um papel de liderança.

Além de citar a importância econômica do Indo-Pacífico tanto regional quanto globalmente, Modi faz referência à união regional:

> We should be inspired by [the] Monsoon, which nurtures and connects us all in [the] region. We will strive to unite our region in partnership, as we were once in geography. An Ocean that connects our world should become the pathway of peace and prosperity for all. (Modi, 2015e)

A referência à união prévia é uma provável menção à relativa unidade anterior à chegada dos portugueses na região. De acordo com McPherson (1983), o subcontinente Indiano estava engajado em diversos movimentos de troca cultural, tendo comerciantes como seus principais mediadores. Este argumento remete não somente a um desejo de uma ROI conectada, mas entende tal como um objetivo atingível através da ação indiana.

4.5.
Ensuring Secure Seas

As partes iniciais deste documento são em grande medida reflexos do papel de uma estratégia marítima: os "fins" a partir dos quais são estabelecidos os "meios". Essa parte inicial apresenta, de forma resumida, uma parcela do presente

em sua doutrina naval, criada em 2009 e atualizada em 2015 para se ater ao descrito neste documento. Vale ressaltar este caso, no qual um documento que pretende estabelecer os princípios básicos a partir dos quais serão estabelecidas as ações teve que ser atualizado para que pudesse ser coerente com aquele que busca demonstrar quais ações serão tomadas para cumprir estes meios. Dessarte, seu prefácio apresenta os motivos para a revisão da estratégia anterior, supracitadas. Seu *vision statement*, por sua vez, contém afirmações quanto aos objetivos principais a serem alcançados pela marinha indiana. Em primeiro lugar,

> Strengthen itself continuously as a formidable, multi-dimensional and networked force that maintains high readiness at all times to protect India's maritime interests, safeguard her seaward frontiers and defeat all maritime threats in our areas of interest.

Revela-se, a partir dessa aspiração, que a força naval indiana não chegou ao nível desejado de força, porquanto necessita fortalecer-se continuamente. Além disso, é demonstrada a busca de uma *blue water navy* (Sharma, 2025), uma marinha capaz de agir em águas profundas e distantes do litoral. Esta constatação é também demarcada pelo aumento da abrangência das áreas de interesse indianas. Enquanto os conceitos de "ameaças marítimas" e "áreas de interesse" são de extrema importância, serão tratados em seus respectivos capítulos na estratégia.

> Optimise every resource, embrace innovation, and maximise indigenisation and self-reliance, to bridge critical capability gaps and generate credible combat power, to accomplish missions across the full spectrum of naval operations.
>
> Undertake quality maintenance, timely infrastructure modernisation, and efficient logistics management, to ensure optimum performance and operational safety at all times.

Considera-se que estes dois objetivos estão interligados, ao dizerem respeito às capacidades materiais da marinha indiana. A Índia é um país com uma dependência gritante de armamentos, sendo a segunda maior importadora de armas, atrás apenas da Ucrânia (Peri, 2025). Nesta última década, a busca pelo estabelecimento de ameaças críveis e infraestrutura foi considerável, exemplificado pelo comissionamento de dois submarinos nucleares nacionalmente

produzidos, INS Arihant e INS Arighaat, bem como o início da construção de uma base para tais em Andhra Pradesh (Kathju, 2025).

> Develop effective leadership at all levels, accord highest priority to developing and retaining well-trained, highly-motivated and skilled professionals, and initiate and implement community support measures that together make the Navy a taut, efficient and happy Service.

Este é um documento que tem por objetivo a circulação por todo o corpo naval, de modo a estabelecer unidade de ação. Sendo assim, é possível a especulação de que houve por parte dos organizadores do documento o tato necessário para entender a necessidade de manter forças armadas contentes, de modo a tornar essa uma forma de vida atrativa para possíveis novos integrantes. Além disso, é possível que se busque evitar algo como o motim da Marinha Real Britânica de 1946, no qual cerca de 20.000 marinheiros indianos se amotinaram por suas más condições de trabalho (Davies, 2013).

A partir de então, são elencados os princípios guias da marinha. Vale ressaltar a *raison d'être*, possivelmente um dos pontos centrais desta seção:

> Whereas preventing war and conflict is its primary purpose, the Indian Navy must play a decisive role in bringing them to an early and favourable conclusion, should they be thrust on the nation or become inevitable. All its capability-development measures and operational plans will be guided by this core consideration. (Indian Navy, 2015, p. v)

Para além do claro papel auto-intitulado da marinha indiana como demonstração do poder naval do Estado, é digna de nota a distinção feita das possibilidades de entrada em conflito, sendo possível tanto que um conflito seja algo para o qual a nação foi "empurrada" ou "inevitável". Estas opções descrevem a possibilidade de que um conflito, embora não necessariamente iniciado pelo Estado indiano, tenha sua escalada procedida, a partir de uma lógica marcadamente realista. Ademais, diversos pontos são levantados acerca de questões tratadas anteriormente, como crescimento quantitativo e qualitativo de suas forças, preocupação com a moral de seus membros e engajamento com as múltiplas operações possíveis na região e além. Outras questões dignas de nota são a promessa de cooperação com forças amigáveis,

> through port visits, bilateral interactions, training initiatives, operational exercises and technical support arrangements, in order to establish a cooperative framework that promotes mutual understanding and enhances security and stability in the region. (Indian Navy, 2015, p. vi)

Demonstra-se não somente uma vontade de engajamento com os demais países da região, englobada por uma garantia de estabilidade na região, mas também um entendimento acerca do caráter eminentemente assimétrico dessa cooperação: em geral, será a Índia a força visitante, fornecedora de capacitação e apoio técnico. Dessarte, têm-se que o engajamento com a Índia é tido como uma fonte de segurança para toda a ROI.

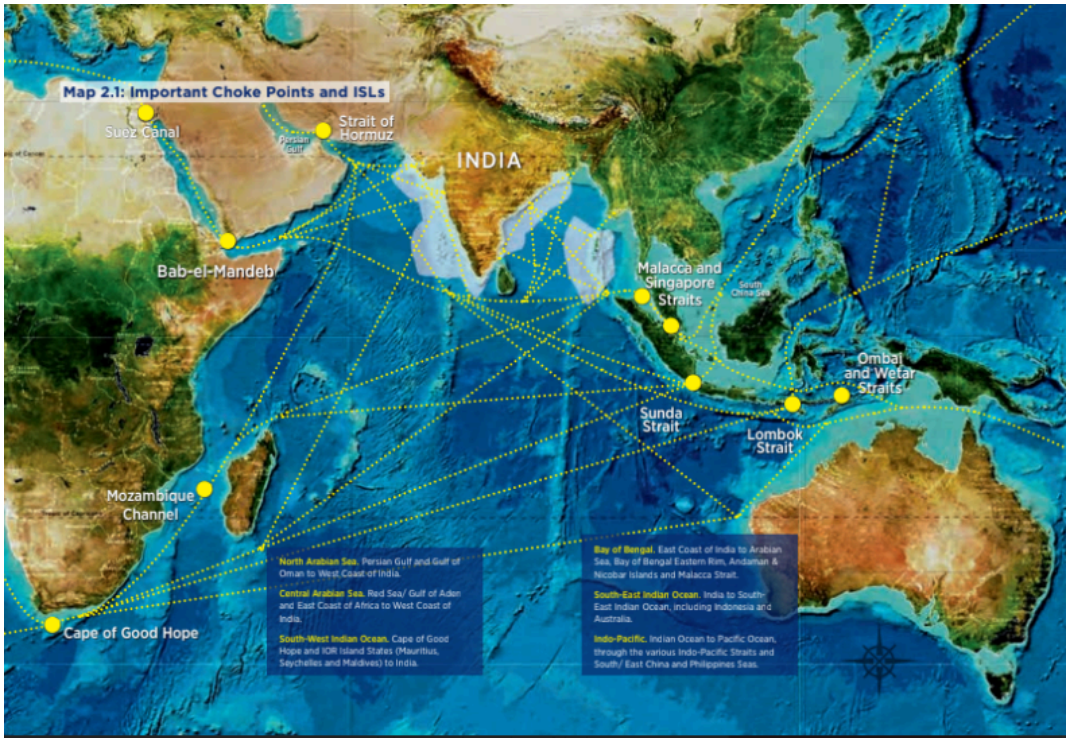
O primeiro capítulo, *Maritime Security Strategy in Perspective*, oferece uma visão introdutória acerca da revisão da estratégia de segurança marítima indiana, seus maiores interesses, focos aumentados, objetivos de segurança e diferentes estratégias. Em primeiro lugar, entende-se a estratégia original como uma forma a partir da qual a marinha indiana "poderia servir como um catalisador para a paz, segurança e estabilidade da Região do Oceano Índico (ROI)"[11](Indian Navy, 2015, p. 2). Desde já, é feita a ligação entre o cumprimento dos objetivos e interesses indianos com a segurança regional, algo que irá se repetir ao longo do documento. Afirma-se um foco maior na proteção de rotas comerciais marítimas, de manutenção de liberdade de navegação e respeito à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), bem como acerca da importância da cooperação entre diferentes setores. Ademais, notou-se o aumento de ameaças de segurança não tradicionais, como terrorismo marítimo, pirataria e desastres naturais.

Os principais interesses marítimos indianos são elencados abaixo, como a proteção de sua soberania e integridade territorial, a segurança de seus cidadãos e recursos no ambiente marítimo, e a projeção de seus interesses. Digna de nota é a ambição de "promover a paz, estabilidade e segurança nas zonas marítimas indianas, vizinhança marítima e em outras áreas de interesse marítimo"[12] (Indian Navy, 2015, p. 9), mais uma demonstração de uma ligação entre os objetivos indianos e um suposto benefício geral.

---

[11] Do original: "could serve as a catalyst for peace, security and stability in the Indian Ocean Region (IOR)." Tradução do autor.

[12] Do original: Pursue peace, stability and security in India's maritime zones, maritime neighbourhood and other areas of maritime interest. Tradução do autor.



Mapa do *Ensuring Secure Seas*, apresentando *Choke Points* importantes na IOR. (Marinha Indiana, 2015, p. 18-19)

O segundo capítulo, denominado *Maritime Security Imperatives and Influences*, busca apresentar as principais regiões e recursos de interesse, bem como as principais ameaças enfrentadas pela marinha indiana, tanto tradicionais quanto não tradicionais. Referências são feitas à posição estrategicamente vantajosa do país, bem como aos principais pontos de interesse no Índico. A partir de então, são mencionadas as relações com a vizinhança marítima e além, características da economia marítima indiana, pontuando então a importância das linhas marítimas de comunicação, bem como a presença da diáspora indiana na região. A partir de então, após o elencar de suas principais áreas de interesse, é feito um detalhamento maior acerca de suas principais ameaças, que incluem não somente atores estatais que porventura vão de encontro aos interesses indianos, como terrorismo marítimo, pirataria, tráfico, pesca ilegal e desastres naturais. Observa-se que o escopo das áreas de interesse para a marinha indiana englobam todo o Indo-Pacífico, como área primária, incluindo os mares do pacífico ocidental e do sul e leste da China, além do mar mediterrâneo e a costa oeste da África, como parte de suas áreas secundárias.

O quinto capítulo, chamado *Strategy for Shaping a Favourable and Positive Maritime Environment*, tem um nome um tanto autoexplicativo. Ao definir "favorável" como um ambiente no qual as ameaças previamente identificadas estão em um nível baixo e "positivo" como um ambiente no qual o aumento dessas ameaças pode ser prevenido ou contido, necessitando assim condições de monitoramento, aderência às normas internacionais pelos atores e cooperação marítima, apoiada por capacidades marítimas necessárias. Isto se dá a partir de outro conceito-chave: a provisão de *net security* na área marítima, termo que descreve a o balanceamento entre ameaças existentes contra a capacidade de monitoramento e contenção destes. Observa-se um objetivo inicial de provisão desta na ROI a partir de determinados princípios e ações.

Os princípios são a "preservação da paz", "promoção de estabilidade" e "manutenção de segurança". Para tanto, buscam-se executar ações voltadas à garantia de uma presença rápida e o desenvolvimento de *Maritime Domain Awareness* a partir de uma rede regional, a construção de capacidades próprias e de seus aliados, a realização de operações de segurança e a comunicação estratégica com marinhas amigáveis.

4.6.
Cultura Estratégica e Estratégia Marítima

A partir de um olhar retrospectivo, é possível identificar elementos recorrentes na cultura estratégica indiana. Assim, e por conta disso, a estratégia marítima indiana, por sua vez, demonstra elementos que consistentemente se apresentam tanto em vias simbólicas quanto materialmente efetivas. Como será discutido posteriormente, estes são parte da narrativa biográfica indiana, que traz consequências relevantes para sua atuação no Indo-Pacífico.

Entende-se a preponderância indiana neste espaço como uma obviedade. Seu posicionamento, tamanho e precedentes históricos tornam o entendimento do Índico enquanto uma área de influência própria, algo naturalizado pelos tomadores de decisão indianos e identificado por Brewster (2010). Pode-se argumentar que este posicionamento é também influência de uma concepção baseada no *Arthashastra*, e seu objetivo principal expansão regional. As

diferenças principais observadas nos diferentes momentos analisados se dão em torno da capacidade indiana de realizar esta ambição, tendo em vista uma crescente alocação de recursos para tanto.

Uma questão que se levanta, contudo, é a forma como se daria essa dominância na região é observada uma confluência de fatores neste envolvimento, desde influências da Doutrina Monroe e neo-curzonistas à manutenção dos princípios do *panchsheel.*

> History, traditions and culture predispose India toward a policy aimed at benevolent – as Indians see it – regional primacy in the Indian Ocean Region. Such a policy will be deeply maritime in nature, owing to geopolitical factors and South Asian strategic geography. (Holmes et al., 2009, p. 61)

O caráter "benevolente" de sua primazia está, dessarte, intimamente ligado com a utilização da marinha indiana em um papel garantidor de segurança. O entendimento de "estabilidade", a garantia de segurança para toda a região, é tido como uma fonte de prosperidade geral. A Índia, por sua vez, se coloca enquanto condição de possibilidade para que essa prosperidade ocorra, primeiro enquanto uma *net security provider* e posteriormente enquanto uma *preferred security partner* (Roy-Chaudhury, 2022) para os países da ROI. Essas questões não ignoram o entendimento de que a segurança do Indo-Pacífico está intimamente vinculada com a segurança indiana, mas é notável como apesar de conflitos marítimos abertos ou grandes desafios antes da crescente influência chinesa, a Índia busca um papel policial para sua marinha na região. O "fomento de um ambiente marítimo favorável" se dá a partir tanto da manutenção de boas relações com os países locais quanto do aumento de *maritime domain awareness* e maior presença militar indiana.

4.7. Conclusão

Este capítulo teve como objetivo principal o entendimento acerca da formação e características principais da estratégia marítima indiana. Para além da simples formulação pautada em interesses estatais, mesmo estes interesses não podem ser entendidos fora do contexto cultural no qual os tomadores de decisão envolvidos se inserem. No caso indiano não é diferente: o entendimento do Índico

enquanto “quintal” ou área de influência indica uma relação claramente assimétrica com os demais países da região, ocasionando em uma busca simultânea por dominação regional e um papel de estímulo ao crescimento econômico e enfrentamento tanto de ameaças tradicionais — como outros Estados nacionais adentrando sua esfera de influência — como não tradicionais, como terrorismo marítimo, pirataria, poluição e pesca não-regulada (Bueger e Edmunds, 2019). A busca pelo respeito à CNUDM ocorre concomitante à justificação da presença indiana enquanto força que irá garanti-la. Tanto a escolha de levantar a convenção enquanto princípio ordenador da região quanto o levantamento de ameaças não-tradicionais ambíguas como o terrorismo legitimam a presença militar indiana enquanto mantenedora do *status quo* marítimo.

Esta pesquisa considera não ter a capacidade de englobar todos os elementos constituintes da cultura estratégica indiana, bem como não consegue estabelecer uma relação causal direta entre aspectos culturais e o *ESS*. No entanto, é notório como aspectos recorrentes na cultura estratégica indiana são identificáveis em sua mais recente estratégia marítima. Como tal, têm-se que estabelecer esta ligação entre cultura estratégia e estratégia marítima permite o entendimento de que certos aspectos são recorrentes no fazer estratégico indiano. A importância destes aspectos, entendidos como parte da narrativa biográfica indiana, serão considerados no capítulo seguinte.

5
Múltiplas Índias, Um Oceano

5.1.
Introdução

A partir do estabelecimento das linhas gerais que pautam a teoria e o método desta dissertação e após uma análise acerca da estratégia marítima indiana, têm-se que uma análise acerca das práticas indianas no Indo-Pacífico não pode começar de um vácuo: é necessário um panorama geral acerca dos principais fatores — materiais, históricos e culturais — que tangenciam essas interações, bem como as principais ocorrências para além do âmbito marítimo. Como tal este capítulo busca justamente oferecer este panorama, com o objetivo de identificar padrões de comportamento, tanto em comum quanto os idiossincráticos, que regem as práticas indianas. Assim, espera-se depreender alguns dos aspectos de atualidade que foram territorializados no agenciamento indiano.

A escolha dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Singapura e Sri Lanka se deu a partir do entendimento de que estes países representam diferentes áreas — Oriente Médio, Sudeste Asiático e Sul da Ásia — com as quais a Índia busca engajar a partir da cooperação naval, tendo em vista seu entendimento de que são áreas de interesse para a garantia de sua segurança e a proteção das linhas marítimas de comunicação do Índico (Índia, 2015). Além disso, é notável à primeira vista que esses países possuem diversos fatores de proximidade, como relações pré-independência, uma experiência colonial compartilhada e uma diáspora indiana considerável. Entende-se que esses fatores, conjugados pelas experiências históricas de afastamento e proximidade, afetam aspectos virtuais do agenciamento ‘Índia’, e do Indo-Pacífico como consequência.

5.2.
Algumas Considerações Iniciais

Enquanto as considerações mais profundas acerca dos agenciamentos criados por estas relações no âmbito da segurança marítima e as suas implicações para a segurança ontológica indiana serão feitas no capítulo seguinte, esta seção busca entender alguns padrões observáveis no comportamento indiano, bem como diferenças importantes em cada caso. Inicialmente, é possível perceber alguns elementos contínuos: a busca por estabelecer a si mesma como um provedor de segurança e liderança regional, e a uma constante relação competitiva com a China.

As políticas de *Neighborhood First*, *Act East* — voltada para a interação com o Sudeste Asiático e especialmente a ASEAN, do qual Singapura foi a principal promotora — e *Look West* — uma política de engajamento similar com o Oriente Médio — são iniciativas que, sob a política de SAGAR (Capítulo 4), exemplificam um movimento de reterritorialização indiana. Isto é dizer que a busca pelo estreitamento de laços com as diferentes regiões do Indo-Pacífico estabelecem uma relação que redefine o agenciamento 'Índia'. Nesse sentido, é observável que a relação não é igualitária: principalmente no tocante à cooperação marítima, a Índia tem se colocado em uma posição de *provisão*, seja no fornecimento de treinamentos para as forças armadas dos três países exemplificados, no comprometimento com a própria presença naval nos mais variados campos, em visitas a portos locais, patrulhas compartilhadas, exercícios entre marinhas ou na garantia de ação enquanto *first responder* para crises na Região do Oceano Índico (ROI).

Discursivamente, o governo indiano demonstra a capacidade e a vontade de agir como um provedor de estabilidade, conectividade e prosperidade para a ROI de modo geral (Modi, 2024b). Para tanto, todavia, o auxílio dos demais países da região seria necessário. No entanto, a pujância econômica indiana e sua indiscutível supremacia militar frente a qualquer um dos países em questão torna qualquer cooperação de defesa inerentemente assimétrica, assim reafirmando o entendimento indiano de si enquanto provedor de segurança.

Além disso, os três países analisados são detentores de uma diáspora indiana significativa, que traz aproximações que buscam identificar uma

interconexão profunda entre esses países. A população de origem indiana local é, dessarte, utilizada de modo a conectar o agenciamento indiano com os dos demais Estados da região, estendendo sua presença pelo território do Indo-Pacífico. Essa diáspora não é apenas uma ferramenta política utilizada pelo governo indiano. Como parte desse sistema, por vezes essas populações são um dos elementos centrais na construção das relações do país, como visto no caso do Sri Lanka, e do apoio da Índia a grupos tâmeis no início da guerra civil.

Ademais, a contínua preocupação com a crescente influência chinesa demonstra elementos de um certo maniqueísmo, apesar de declarações contrárias. Enquanto a Índia não se encontra capaz de negar o envolvimento dos países do Indo-Pacífico com a China por completo, a competição gerada a partir do fornecimento de rotas contrárias a iniciativas chinesas, como o Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEC, sigla em inglês), e projetos de conexão regional, como a *Neighborhood First Policy* (NFP) de aproximação com países do Sul da Ásia, demonstram um entendimento da China como algo que está fora do agenciamento 'Indo-Pacífico': a partir dessas políticas, a Índia busca a disrupção das linhas de fuga que ligam a ROI à China. Ademais, os esforços de aproximação em diferentes teatros — ocorrendo concorrentemente no Oriente Médio, Sul da Ásia e Sudeste Asiático — representam uma forma de interação específica entre a Índia e o Indo-Pacífico. A associação entre estes se dá a partir de uma continuidade discursivamente identificada entre as populações pré-coloniais e seus relacionamentos, a continuidade destas relações durante o Raj Britânico e posterior aprofundamento destas após o engajamento marítimo indiano a partir dos anos 90.

No entanto, o envolvimento com esses países não é homogêneo: a partir dos eventos apresentados acima, torna-se claro que estão pautados pelas diferentes capacidades materiais, experiências históricas e a articulação da estratégia indiana e o entendimento de suas prioridades relativas a cada país. Dessarte, é possível observar uma diferença, principalmente no tratamento com o Sri Lanka. Considerando puramente aspectos materiais, o engajamento com Singapura e EAU se dá em vista da busca de projeção naval em suas respectivas regiões e a aquisição de elementos essenciais para seu crescimento e manutenção, seja o petróleo emiradense ou a tecnologia singapurense, bem como os investimentos de ambos. Como tal, foram movimentos que começaram mais cedo, e que,

preocupados com as respostas locais quanto a uma truculência maior, não são incisivos em seu posicionamento anti-chinês. O caso cingalês, contudo, traz algumas idiossincrasias relevantes. Em primeiro lugar, é um no qual a Índia considera intrinsecamente ligado a sua própria segurança, o que leva à visão de uma aproximação com a China como uma ameaça inaceitável. Em segundo lugar, têm-se que a proximidade e o histórico conturbado levam a uma maior dificuldade no estabelecimento de relações, principalmente no âmbito da segurança marítima. Em terceiro lugar, o Sri Lanka não se encontra na mesma capacidade material para fornecer insumos ou investimentos: pelo contrário, é um receptor destes da Índia. Com isso, pode-se observar o desenvolvimento mais lento de relações e medidas mais bruscas, como a exigência do impedimento de "ações anti-Índia" em seu território (Chaudhury, 2025).

Acima de tudo, é notável um entendimento na Índia de uma disrupção quanto à política anterior trazida com a eleição de Modi. Assim, expressões como a de Modi, acerca de um desvencilhar-se de "hesitações históricas" no lidar com os EUA (Mohan, 2025) se somam a políticas que buscam o engajamento com o Indo-Pacífico em suas diversas arenas. No entanto, é interessante notar como a formação de uma nova política é simultaneamente pincelada pelo velho: referências ao passado milenar da Índia enquanto um centro comercial, com conexões econômicas e culturais pela via marítima são constantemente referenciados em *press releases* indianas. Enquanto não se observa uma formulação explícita que busca o 'reavivamento da civilização indiana', o fato de que tais laços históricos são reconhecidos e mobilizados é relevante para a análise posterior, tendo em vista seu papel na formulação virtual do agenciamento indiano.

5.3.
Índia e o Indo-Pacífico

5.3.1.
A Índia Conectando (a)o Indo-Pacífico

Os relatos históricos que perpassam a narrativa biográfica indiana e sua presença no Indo-Pacífico comumente retomam a um período pré-1947. Dessa forma, nota-se um processo de territorialização que geograficamente demarca o

espaço do sub-continente indiano enquanto local de nascimento da narrativa biográfica indiana, ao associar esta com a civilização do Vale do Indo, que remonta a 5000 anos atrás. A continuidade da civilização do Indo para com a Índia atual é efusivamente defendida pelos arqueólogos indianos renomados como Braj Basi Lal (2002) e Dilip K. Chakrabarti (2009), a partir da argumentação de que alguns padrões de comportamento continuaram desde os primórdios desta civilização até o presente. No caso, é relevante o fato de esta narrativa remonta a um momento no qual eram observadas diversas trocas transculturais, bem como indicações de comércio entre as diferentes arenas da ROI.

Relatos que datam do período Harappan (3300 - 1300 a.C.) demonstram a existência de laços comerciais e culturais no Indo-Pacífico, dentre as quais se destacam trocas entre a civilização do Vale do Indo e Estados do Golfo Pérsico. Pode-se argumentar que a região do atual Sul da Ásia (composta pelos atuais Paquistão, Índia e Bangladesh) era um epicentro do comércio regional (Pearson, 2003). Isso se deu durante os períodos de domínio Hindu e Islâmico do Oceano Índico, até que a invasão portuguesa do Estreito de Hormuz trouxe consigo uma disrupção das rotas comerciais tradicionais entre a Índia e a Ásia Ocidental (Pearson, 2003).

As relações entre Índia e Sri Lanka também datam de milênios, a partir de um contato cultural demonstrado pela aparição da ilha em épicos hindus como o *Ramayana* (Karl, 2017) e a presença tâmil no país. Desde os tempos de dominação portuguesa, o Sri Lanka — então Ceilão — era entendido como uma peça-chave para a segurança indiana, e para a arquitetura de segurança do Oceano Índico de modo mais geral. Portanto, Panikkar (1945) demonstrou como o domínio desta pelos holandeses foi primordial para atacar os portugueses no século XVII, e como a segurança da Índia é indissociável da segurança da ilha.

Com relação à Singapura, têm-se relatos de tempos pré-coloniais que estabelecem ligações econômicas e culturais entre a cidade – na época, Tamaseek — e o Sul da Ásia (Das e Bhattacharya, 2020). Foram encontrados também indicativos da presença hindu no mar do sul da China antes da Era Comum, e da presença do reinado dos Srivijaya, que estabeleceram a região como um entreposto comercial entre Índia e China (Panikkar, 1945, p. 33). Sendo assim, justifica-se o entendimento de um Oceano Índico previamente interconectado. A perspectiva levantada por Panikkar (1945) de que este era um período de efetivo

domínio indiano dos mares é de especial importância, tendo em vista seu papel na formação do pensamento estratégico indiano (Scott, 2006).

Este entendimento de conexão não desaparece completamente com a chegada da colonização europeia, que estava presente nas três regiões, e assim trouxeram mais um fator importante para as relações entre a Índia — o Raj Britânico — e os demais. Com a chegada dos europeus e o entendimento do estreito de Malacca como importante para o controle efetivo do Oceano Índico de modo geral, por exemplo, esta região esteve sob o domínio britânico desde 1867, sendo administrada desde Calcutá. Com isso, o transporte de mão de obra indiana para a ilha originou uma diáspora indiana, que permanece relevante na política singapurense até hoje.

Desde os tempos de dominação portuguesa, o Sri Lanka — então Ceilão — era entendido como uma peça-chave para a segurança indiana, e para a arquitetura de segurança da ROI de modo mais geral. O período de dominação britânica, iniciado com a tomada da ilha em 1815, viu certa aproximação, com a chegada de trabalhadores tâmeis indianos para trabalhar em plantações no século XIX (Minority Rights Group, 1979) e a percepção britânica da importância de um envolvimento maior com o país.

No caso do Oriente Médio, têm-se que a partir da dominação britânica da região e do estabelecimento do Raj Britânico como capital administrativa dos domínios britânicos no Índico que percebeu-se uma notável centralização nessas relações, principalmente a partir da descoberta de petróleo na região, com a rúpia estabelecida como moeda utilizada no Golfo até a década de 60 (Shahnawaz e Mir, 2025, p. 20). Com relação à diáspora indiana no país, enquanto as outras foram decorrentes do envio de mão-de-obra indiana no período colonial britânico, o caso emiradense, o boom do petróleo seguido da independência alcançada em 1971 levaram a uma demanda de trabalho crescente, que foi correspondida pela população indiana. Estes, que totalizam mais de 4 milhões e correspondem a cerca de 35% da população do país (Embassy of India, 2025b), motivando um engajamento maior no âmbito de segurança e promovendo o *soft power* de Nova Déli na região (Kumari, 2025).

Deve-se notar que a diáspora indiana, geralmente entendida como um elemento de aproximação, foi um fator que levou a um envolvimento indiano mais incisivo na política interna do Sri Lanka, gerando certa animosidade no final do

século XX. A crescente perseguição à população Tâmil e a marginalização dos partidos moderados tâmeis levou à criação dos Tigres de Libertação do Tamil Eelam (LTTE, sigla em inglês), uma organização separatista e secessionista no Sri Lanka (Jha, 1994, p. 53). A escalada da violência contra a população tâmil a partir de tumultos étnicos em Colombo levaram à deflagração de uma guerra civil, que contrapôs o governo central e o LTTE (Hancock, 1999, p. 84) O apoio ao grupo armado pelo governo de Indira Gandhi e o envio de alimentos por vias aéreas a Jaffna aumentaram os desacordos entre ambos os países. Em 1987, a escalada deste conflito levou à assinatura do acordo de paz entre Índia e Sri Lanka, que buscava um tratamento para a situação a partir do reconhecimento da soberania cingalesa e a controversa implementação da *Indian Peace Keeping Force* (IPKF), uma medida que falhou em alcançar seus objetivos, aumentou a violência do conflito e resultou na morte de 1200 soldados da IPKF e sua retirada em 1990 (Manoharan, 2011, p. 228). Essa intensificação trouxe consequências duras: de acordo com Manoharan,

> The early 1990s witnessed the Indian position slipping into a 'twice bitten, forever shy' mode: the first bite was by the Sri Lankan government, which asked the IPKF to quit; the second, by the LTTE, which assassinated Rajiv Gandhi, former prime minister, in May 1991. From then on, there had been a consensus in India for an informal 'hands off policy' towards the island's ethnic issue. (Manoharan, 2011, p. 229)

Mesmo nesse período, é notável que a Índia estabeleceu um tratado de livre comércio com o Sri Lanka em 2000, se tornando seu maior parceiro comercial no Sul da Ásia (ibid.). Foi apenas com o desmantelamento militar do LTTE em 2009 que ocorreu uma aproximação efetiva entre os países, tendo a Índia declarado o apoio à reconstrução pós-Guerra, pela liberação de linhas de crédito, projetos habitacionais e o envolvimento em projetos específicos de reconstrução, como centros culturais, hospitais e estádios na Província Norte, área de maioria Tâmil (Thalpawila, 2014, p. 10). Tendo essa como uma importante exceção, o período do pós-independência indiano pode ser identificado como um de retração: não somente ao defender os princípios da *panchsheel* de não-interferência e respeito mútuo à soberania, o país não detinha os recursos necessários para expandir sua presença no Oceano Índico, apesar de já possuir um entendimento deste como sua área de influência (Holmes et al., 2009).

Foi a partir dos anos 90, em um processo concomitante de liberalização econômica, que a Índia buscou conectar-se com os demais países da região. No caso singapurense, o afastamento inicial ocasionado por dinâmicas da Guerra Fria (Theva e Mukherji, 2015, p. 420), foi superado através de dois fatores principais, este processo de liberalização e a *Look East Policy* (doravante, LEP), uma política de maior engajamento com os países da ASEAN. Com a dissolução da União Soviética, a crise econômica que ocasionou uma queda de divisas estrangeiras e a ausência de mecanismos de cooperação regional levaram aos movimentos simultâneos de abertura econômica, buscando assim o financiamento e o envolvimento com as economias crescentes dos países da ASEAN.

> The emergence of the Asian Tigers and the growth of ASEAN as leading economies of Asia provided further impetus for the Indian policymakers to look at the East as a possible avenue for conducting economic transaction. The onslaught of the liberalisation, privatisation and globalisation processes was on the rise and there was no escape for the Indian economy. (Haokip, 2011)

Portanto, a Índia tornou-se um membro setorial da ASEAN em 1992, se tornando um membro observador efetivo em 1995 (Brewster, 2013, p. 157). Este foi um processo em grande medida facilitado por Singapura, que via na Índia não somente um mercado potencial para seus investimentos como parte de sua estratégia de manter uma balança de poder na região. O envolvimento indiano durante os anos iniciais da LEP se deu a partir de um aprofundamento de laços com os países da região, principalmente no âmbito econômico, ao estabelecer o nordeste indiano como uma rota para expansão comercial e crescimento econômico (Dubey, 2025, p. 4). No entanto, existiam controvérsias que tornaram esse envolvimento mais raso do que o esperado, principalmente no tocante à lentidão do processo de abertura comercial indiana (Singh, 2023, p. 122).

Com a eleição de Modi e do Bharatiya Janata Party (doravante, BJP) em 2014 trouxe consigo uma mudança de paradigma: Modi buscou um engajamento ainda maior com a macrorregião ao mudar a política para a *Act East Policy* (doravante, AEP). Isto se deu num contexto no qual as expectativas circundando a eleição do BJP como favoráveis no sudeste asiático, entendendo este como um governo com maior estabilidade e capaz de engajar de maneira significativa com os Estados Unidos (Singh, 2023, p. 119-120).

No caso dos EAU, é seguido um padrão de engajamento que se repete com os demais países do Golfo. Em 2005, tais relações foram finalmente fundamentadas sob a égide de uma política unificada: emulando o engajamento da LEP, instaurou-se a *Look West Policy* (LWP) em 2005 (Pradhan, 2011). Para além da segurança energética e da diáspora indiana, têm-se como prioridades indianas o estabelecimento de investimentos econômicos e parcerias militares, como parte de sua vizinhança estendida, bem como a proteção das linhas de comunicação marítimas que perpassam a região, a partir de uma posição que busca um balanceamento não alinhado com as principais potências regionais (Shahnawaz e Mir, 2025, p. 20). Os EAU são também uma importante fonte de investimento para a Índia, com a qual realiza trocas comerciais que totalizam US$60 bilhões. Além disso, o país é o sétimo maior investidor na Índia, com um Investimento Direto Estrangeiro que totaliza US$22,84 bilhões nos últimos 25 anos (Embassy of India, 2025).

As relações com os EAU tomaram um ímpeto considerável com o governo de Narendra Modi, a partir de 2014. Em 2015, Modi foi o primeiro primeiro-ministro a visitar os Emirados Árabes em 34 anos, encontrando-se com o presidente Sheikh Mohamed bin Zayed Al Nahyan. Essa viagem de dois dias foi identificada como um "ponto de virada" para as relações Índia-EAU, devido ao desenvolvimento de relações de proximidade pessoal entre os dois governantes (Asian News International, 2025). Desde então, o primeiro-ministro fez 7 visitas ao país, a partir das quais buscou aprofundar a cooperação em setores variados como a educação, transporte, investimentos, e defesa.

A política indiana para o Sri Lanka, por sua vez, é relacionada à *Neighborhood First Policy* (NFP), um projeto de aproximação com os países do Sul da Ásia de modo geral. Concebido em 2008, esse projeto só ganhou ímpeto a partir do governo Modi. A partir do NFP, buscou-se aprofundar a conectividade entre as partes, bem como a cooperação de segurança e comercial. Isto se deu a partir da vontade de enfrentar a crescente influência chinesa e a percepção da Índia como um país intervencionista, bem como o entendimento de que as proximidades históricas e culturais com os países da região levariam instabilidades localizadas a terem um efeito adverso para a segurança indiana (Shivamurthy, 2025).

O estabelecimento destas diversas políticas, LEP, LWP e NFP, revelam o mesmo objetivo: um maior engajamento com os países do Indo-Pacífico. Como será demonstrado abaixo, essa conexão está intimamente ligada com a retratação deste histórico milenar e a ligação deLA com o alcance de prosperidade.

5.3.2.
A Índia Provedora de Segurança

O entendimento da Índia enquanto provedora de segurança é levantada desde sua independência por autores como Panikkar (1945), tendo em vista as características idiossincráticas ao ambiente de ser relativamente "fechado", sendo o controle de alguns *chokepoints* específicos suficientes para uma efetiva dominação dos mares. De acordo com o historiador, este foi o feito alcançado pelos portugueses e posteriormente os britânicos (Panikkar, 1945). No caso singapurense, o então primeiro-ministro, Lee Kuan Yew, via na retirada de forças britânicas no Oceano Índico a possibilidade de um vácuo de poder, e buscou estimular a Índia a preenchê-lo, urgindo pelo treinamento de suas forças em 66 e por uma presença militar efetiva enquanto força estabilizadora na região contra a ameaça de insurgências comunistas financiadas pela China (Das e Bhattacharya, 2020, p. 17). No entanto, o comprometimento com uma política de não-alinhamento, a crise econômica enfrentada durante o governo de Indira Gandhi e preocupações de segurança relativas à fronteira levaram a uma recusa deste papel. No âmbito econômico, a preferência indiana pelo modelo de substituição de importações levou a outro afastamento. Todavia, não se deve ignorar o comprometimento indiano, durante o pós-independência da cidade, de apoiar a participação do Estado na comunidade internacional (ibid.). Mesmo assim, o afastamento supracitado continuou até a instauração da LEP.

A busca posterior de cumprimento do papel de provisão de segurança é observável desde antes de sua expressão na última estratégia marítima, *Ensuring Secure Seas* (ESS). Múltiplos engajamentos de defesa são observáveis com relação aos países da região. No caso de Singapura, existe um reconhecimento de longa data acerca da importância do estreito de Malacca para a segurança indiana, como atesta Panikkar (1945), e essa importância é refletida na sua consideração na última versão da estratégia de segurança marítima indiana: *Ensuring Secure Seas*,

na qual o estreito é considerado como um dos *chokepoints* mais importantes, uma das áreas primárias para o acesso ao Índico e uma área portuária necessária para a proteção das linhas de comunicação marítima (Índia, 2015). Nessa toada, o domínio das ilhas de Andamão e Nicobar são entendidos como postos apropriados para a garantia da presença da marinha indiana na região e sua expansão para o Mar do Sul da China, um entendimento que se prestou ao desenvolvimento de instalações militares nestas ilhas (Brewster, 2013, p. 153).

A cooperação de defesa indo-singapurense coincidiu em grande medida com a deflagração da LEP. Desde 1994 ocorre o exercício naval entre as duas marinhas, denominado *Singapore-India Maritime Bilateral Exercise* (SIMBEX), que é até o momento o exercício militar indiano mais antigo em operação contínua (PTI, 2025), e que ocorre tanto no Oceano Índico quanto no Mar do Sul da China. Além disso, o exercício trilateral *Singapore-India-Thailand Maritime Exercise* ocorre desde 2019, com a última edição ocorrendo em Port Blair, na Índia (Indiplomacy, 2024). Com uma presença inicial já em setembro de 1994, os países assinaram um Memorando para institucionalizar a cooperação marítima, sendo a primeira vez que a marinha indiana garantia acesso e treinamento a uma marinha estrangeira. (Singh e Rahman, 2010, p.78). Em 2003, foi estabelecido o Acordo Abrangente de Defesa em 2003, que exprime um foco em temas como o combate ao terrorismo e o crime transnacional, o compartilhamento de informação, tecnologia e, inicialmente, a venda de armas (Brewster, 2009, p. 12).

No âmbito da segurança bilateral com os EAU, têm-se que os países estabeleceram um memorando de entendimento de cooperação de defesa em 2003, que é coordenado a nível ministerial pelo Comitê Conjunto de Cooperação de Defesa. Para além de visitas recorrentes de navios indianos a portos emirates, as marinhas organizaram o primeiro exercício conjunto, denominado “Gulf Star 1”, em 2018, onde conduziram operações de proteção, interdição marítima e abordagem de navios na costa de Abu Dhabi (Rajagopalan, 2021). Em 2021, navios indianos participaram de exibições na mesma costa (PIB Dheli, 2021) e, em 2023, os países fizeram um exercício bilateral na costa de Dubai — que contaram com elementos de Assistência Humanitária e Alívio em Desastres, além da presença de navios construídos nacionalmente (News on Air, 2023) — e participaram de um exercício trilateral com a França no Golfo de Omã (Lahiri, 2025).

Além de exercícios específicos, é notável a participação do país na arquitetura estratégica indiana para a região. Juntamente com Estados Unidos e Israel, ambos fazem parte do agrupamento de países I2U2. Esta iniciativa *ad hoc* foi formada em 2022, como fruto dos *Abraham Accords* — que trouxeram uma aproximação entre Israel e EAU — seu caráter primariamente focado em cooperação econômica parece ter sido capaz de sobrepujar certas desavenças políticas, relacionadas à preocupações indo-americanas quanto à influência chinesa na região que não são compartilhadas pelos demais, ou a preocupação dos EUA e de Israel quanto ao Irã, por exemplo (Suri e Sethi, 2023).

Além disso, os EAU são parte central do Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEC, sigla em inglês), uma iniciativa — com apoio estadunidense — lançada no encontro do G20 em Nova Déli, em 2023 (Hussain e Shafer, 2025). Com um pilar energético, um digital e um de transporte, esse corredor econômico oferece uma alternativa à Iniciativa Cinturão e Rota chinesa. No entanto, enfrenta alguns entraves, dentre os quais pode-se elencar o genocídio em Gaza (Agarwal, 2025). IMEC, ao representar uma ligação entre portos indianos e emiradenses por via marítima, é um estímulo para que a Índia continue a perseguir uma política de garantia de segurança na região. Sendo assim, a parceria com os Emirados Árabes Unidos e a *look west policy* de modo mais geral não podem ser entendidas fora de um contexto de competição com a China por influência no Indo-Pacífico. Mobilizações multinacionais como o I2U2 e IMEC são tidos como respostas ao suposto desafio chinês trazido pela Iniciativa Cinturão e Rota.

No tocante a ações de cooperação de segurança com o Sri Lanka, têm-se o recente foco em visitas de alto nível e os exercícios navais *Sri Lanka India Naval Exercise* (SLINEX), que ocorrem desde 2005, e cuja última edição se deu em 2025, executando missões e engajando em trocas culturais e sociais (PIB Delhi, 2025b). Em 2022, a assinatura de um MdE para a criação de um Centro de Coordenação de Resgate Marítimo em Colombo foi um passo importante para a aproximação entre os dois, ocorrida na ocasião do treinamento de forças cingalesas pela marinha indiana (Subramanian, 2022). Por fim, a assinatura do primeiro MdE para a cooperação de defesa entre os dois ocorreu em 2025. Enquanto o conteúdo exato do MdE ainda não foi disponibilizado, o Secretário de

Relações Exteriores indiano, Vikram Misri, afirmou que este acordo busca estruturar relações já existentes:

> There will be activities related to, of course, the continuing and even intensifying the tradition of high-level visits between the two countries, more joint exercises, capacity building in various areas, exchanges in HADR related operations, increasing port calls by naval units of both countries, and also to explore defense industry cooperation between the two sides. (Tamil Guardian, 2025)

A configuração indiana enquanto provedora de segurança se dá não somente pelo estabelecimento destas relações, a partir das quais é possível fomentar diretrizes comuns e entendimentos próprios acerca da definição de segurança no ambiente marítimo, mas também pelo investimento no aumento quantitativo e desenvolvimento tecnológico da marinha indiana. A iniciativa *Atmanirbhar Bharat* (Índia Autossuficiente) é uma representação da importância da indigenização destas capacidades, tendo em vista o caráter multissetorial que a marinha indiana busca ocupar na região.

> The development of an indigenised naval force, characterised by minimal dependence on external supply chains constitutes a central pillar of the Government of India's *Aatmanirbhar Bharat* vision. This shift has become increasingly relevant as India positions itself as the Indian Ocean Region's (IOR) primary "first responder". In recent months, the Indian Navy has conducted multiple humanitarian assistance, disaster response, and maritime security operations, safeguarding lives and high-value cargo. These interventions have enhanced global confidence in India's maritime capabilities and reinforced its role as a stabilising actor in the region. (Press Information Bureau, 2025)

Através desse desenvolvimento tecnológico, e tendo em vista a disparidade da Índia com os demais países da região em termos militares, estas cooperações são notadamente assimétricas. Como tal, o estabelecimento da ROI enquanto uma zona de influência indiana e a si mesma enquanto "*first responder*", "*net security provider*" ou "*preferred security partner*" trazem também o importante efeito de possibilitar que a Índia tenha um papel importante na securitização da região. Dessarte, a Índia age de modo a estabelecer não somente o objeto referente, como suas ameaças, e dentre os casos analisados seu posicionamento com relação à relação sino-cingalesa é um exemplo emblemático.

A adoção cingalesa à Iniciativa Cinturão e Rota e o recebimento de investimentos chineses buscavam tornar o Sri Lanka uma zona portuária aos

moldes de Singapura e Dubai, graças a investimentos de US$ 5 bilhões, que foram destinados para a criação de um complexo portuário e um aeroporto internacional em Hambantota (Karl, 2017, p. 142), o que foi visto com desconfiança por Nova Déli, que entende a construção desse porto como um posto avançado chinês na região. Essas preocupações foram exacerbadas pela presença de navios chineses em ocasiões separadas, que foram tidos como recursos para a espionagem do país (Pandit, 2014; Tan, 2022). Portanto, a partir de um comprometimento do mais recente presidente do Sri Lanka, Aruna Kumara Dissanayake, de que não serão permitidas "atividades anti-Índia" em seu território (Chaudhury, 2025), esse aprofundamento na cooperação de defesa é visto como uma vitória indiana em sua competição com a China. Embora a Índia seja atualmente incapaz de abertamente vetar a influência chinesa no Indo-Pacífico de forma multilateral, observa-se que entender a presença chinesa como um risco para a própria segurança leva o governo indiano a efetivamente pressionar o governo cingalês por um posicionamento favorável.

5.4. Conclusão

As ações descritas acima podem ser entendidas em linhas gerais como as formas que toma a narrativa autobiográfica indiana. A partir de processos históricos, as ideias recorrentes de 'conexão' e 'provisão de segurança' atravessam as políticas indianas e suas interações com outros agenciamentos. Embora esteja em constante construção, a narrativa autobiográfica não ocorre em um vácuo: estar dissociada do atual seria adquirir um caráter transcendente contra o qual a filosofia deleuziana se constrói. Sendo assim, este capítulo buscou apresentar alguns dos fatos principais em questão no que tange às relações da Índia com seu entorno no Indo-Pacífico. A partir das relações da Índia com os Emirados Árabes Unidos, Singapura e Sri Lanka, é possível extrapolar as principais práticas indianas para suas respectivas regiões, seus principais objetivos e desafios para cumpri-los.

6
O Oceano da Índia ou a Índia dos Oceanos?

6.1.
Introdução

Como as ações indianas em seu entorno marítimo afetam sua segurança ontológica? À luz de uma perspectiva pautada em um entendimento de segurança ontológica deleuziana, a resposta para essa pergunta é em última análise um processo, e não uma resposta completa. O plano de consistência que permeia a existência da Índia enquanto Estado — e, sobretudo, como uma potência no Indo-Pacífico — está em constante formação, que advém tanto de suas dinâmicas internas quanto por interações entre suas linhas de fuga com outros agenciamentos. Portanto, o que se pode oferecer a partir desta análise não é uma resposta simples e única, mas um mapeamento, que se dispõe a discorrer sobre as diferentes formas a partir das quais as ações indianas nesse processo são também produtoras deste plano.

Como tal, este capítulo tem por objetivo delinear estas ações e estabelecer um mapeamento que indique os aspectos expressivos de cada ação, e como estas interagem com a narrativa biográfica previamente definida. Os resultados demonstrados abaixo não são uma imagem completa: toda forma de representação é por definição incompleta, tendo em vista o fato de ser uma única perspectiva, e a inexistência de "neutralidade" em empreendimentos estéticos como a pesquisa científica (Bleiker, 2001, p. 511). Portanto, este capítulo se valerá da análise das ações tomadas pelo governo indiano relativas à diplomacia naval no Indo-Pacífico, relacionadas a 3 países: Emirados Árabes Unidos, Sri Lanka e Singapura. A escolha destes países se dá em razão de sua localização e relativa importância para a estratégia marítima indiana, delineada nos capítulos anteriores. Para tanto, serão analisados discursos indianos relativos ao período da visão SAGAR (*Security and Growth for All in the Region*), bem como visitas portuárias e exercícios militares realizados nesse período, buscando entender os elementos

principais que regem estas políticas e como eles se relacionam ao plano de consistência indiano.

Têm-se que as ações analisadas trazem à tona uma característica principal, que se destaca em relação às demais: uma demarcada indissociabilidade entre a Índia e a Região do Oceano Índico (ROI). Aqui, a região não é entendida necessariamente como uma posse, e o que subsiste são linhas de fuga que, ao atrelar o agenciamento 'Índia' ao agenciamento 'Indo-Pacífico', entendem a própria segurança como a segurança geral, atrelam o entendimento de segurança à prosperidade, e têm a prosperidade como algo que pode e é alcançado por todas as nações simultaneamente. Esta concepção, que ecoa alguns dos preceitos do liberalismo clássico, a reduz para o espaço do Indo-Pacífico, e tem como referências principais a tradição estratégica indiana, que toma o Oceano Índico como imprescindível para a manutenção de sua segurança (Panikkar, 1945), como pelo reconhecimento, mais recente, de uma chamada 'herança marítima' indiana, que faz referência às comprovações arqueológicas de populações do Vale do Indo atuando como comerciantes no Índico, e promovendo trocas interculturais, a partir das quais constrói-se uma ideia de prosperidade generalizada nesse período. A partir de um olhar pautado pela segurança ontológica deleuziana, têm-se que a narrativa biográfica indiana é contra-atualizada, ao se posicionar como um vetor, ou condição de possibilidade, para que esta prosperidade possa acontecer de forma generalizada, enquanto afirma que as outras nações trazem também suas próprias "oportunidades" e "responsabilidades" para tanto.

6.2.
O Mapa

Nos capítulos anteriores, foi exprimido um entendimento relacionado à narrativa biográfica indiana: sua ação enquanto vetor de conexão e provisão de segurança para a região, estimulando assim uma prosperidade generalizada. A partir de SAGAR e das práticas estabelecidas sob esta concepção, são observadas expressões derivadas da prática que trazem consequências relevantes para esta narrativa. Portanto, seu mapeamento depende da caracterização de elementos

discursivos e não-discursivos que procedem da estratégia marítima indiana, *Ensuring Secure Seas* (ESS), e a complementam.

Sendo assim, os elementos em análise relativos aos três casos foram discursos oficiais, comentários e relatórios, coletivas de imprensa, visitas de embarcações e treinamentos militares conjuntos, práticas escolhidas tendo em vista a busca pela confluência entre uma pesquisa abrangente e exequível. Como o principal foco se encontra no impacto de ações bilaterais, reuniões e demais ações com um teor trilateral ou multilateral não foram consideradas.

Os discursos analisados totalizam 35, dentre os quais constam relatórios, comentários, discursos e declarações conjuntas proferidas por figuras-chave do governo indiano, desde meados de 2015 até dezembro de 2024. Destes, 15 se deram em interações com o Sri Lanka, 10 com Singapura, e 5 com os Emirados Árabes Unidos. Algumas idiossincrasias são dignas de nota: enquanto a maioria dos textos foi produzida pelo primeiro-ministro, Narendra Modi, 7 foram declarações conjuntas. Dessas, contudo, apenas uma foi fruto de colaboração com Singapura. Ademais, é notória a menor quantidade de textos relativos à EAU, como o fato de que destes, 4 são declarações conjuntas.

Deleuze e Guattari não são responsáveis pelo desenvolvimento de uma teoria unificada acerca da análise de discurso, apesar do entendimento de sua contribuição para a formação do social. Como tal, têm-se que a formulação de Guattari acerca de agenciamentos coletivos de enunciação (1992, p. 39) se presta ao entendimento, proferido por Borges (2024), de que os discursos são pontuados por marcadores que estabelecem repetições e assim incidem em um processo de subjetivação que pode ser analisado.

As demais ações — visitas portuárias e exercícios militares conjuntos — entram no crivo da diplomacia marítima indiana. Entendida comumente como o uso de forças navais para alcançar objetivos políticos, engloba um conjunto de práticas que demonstram uma característica específica da marinha, que é o fato de que as embarcações simbolizam “pequenas peças móveis de soberania nacional” (Martin, 1967, p. 138). Enquanto Mahan, uma das principais fontes sobre o uso de poder marítimo e uma das principais influências da marinha indiana (Scott, 2006), não tratou de forma pormenorizada deste assunto (Widden, 2011, p. 716), entender o esforço naval indiano é impossível sem observar como estas forças têm sido empregadas fora do contexto de guerra, uma vez que a ROI não enfrenta

nenhum combate direto. De fato, têm-se que a utilização pela Índia de suas forças armadas navais para fins diplomáticos pode ser observada concomitantemente com o aumento de seu orçamento, tamanho e complexidade tecnológica. Visitas portuárias, treinamentos, compartilhamento de informações e exercícios militares conjuntos são exemplos de formas a partir das quais é possível a expressão de múltiplos conteúdos, desde a demonstração de força ao reforço de um entendimento como um ator pautado pela busca do bem comum.

A visitação de portos estrangeiros é um costume muito importante na continuação de relações diplomáticas, uma vez que oferece a oportunidade do cumprimento de diversas ações de interação com as comunidades locais. De fato, a estratégia marítima indiana define visitas portuárias da seguinte forma:

> Port visits by warships are the basic method of undertaking defence diplomacy with other nations, and interaction between their maritime forces. A warship is a sovereign instrument of the State, and represents its interests, intent, capability and technological prowess. The crew, as a microcosm of the nation's population, similarly represents their culture, values and attributes. A port visit by a warship to another nation, therefore, projects our nation and people to the host military, government and populace. It also provides bonding and reassurance to Indian diaspora settled there. A port visit is seen as an act of trust, friendship and respect. It paves the way for further interactions and building of 'bridges of friendship' (Indian Navy, 2015, p. 169)

Trocas entre os corpos das embarcações e bases locais, falas entre oficiais e *tours* das instalações têm por objetivo a garantia de transparência em relação ao próprio *modus operandi*, bem como uma demonstração de suas capacidades. As visitas são também oportunidades nas quais os marinheiros podem interagir com comunidades locais, realizar visitas a bases, museus e afins, de modo a gerar integração e fomentar a interoperabilidade e boa-vontade. Foram observadas 22 visitas no período analisado, dentre as quais 7 foram em Singapura, 6 no Sri Lanka e 9 nos EAU. Em sua maioria, foram formadas com o ímpeto de participar de exercícios militares conjuntos na região, ou como parte de uma missão mais extensa de *Overseas Deployment* (ODS).

Observa-se um envolvimento indiano em uma miríade de exercícios militares conjuntos que, no âmbito naval, englobam ações conjuntas com países de todos os continentes. A prática de exercícios navais conjuntos compreende diversas ações de diferentes durações, locais e objetivos. Em um ambiente sem conflitos abertos, o treinamento se dá principalmente em situações relativas à

manutenção de segurança no espaço marítimo, desde à apreensão de navios ao combate direto com embarcações inimigas. Com o fim da Guerra Fria, este tipo de exercício tornou-se cada vez mais comum, que de acordo com Heuser e Simpson (2017) são instrumentais para o alcance de diversos objetivos militares e políticos, voltados principalmente para o assegurar de aliados e a dissuasão de oponentes. De especial interesse para esta análise são suas influências para o agenciamento indiano, mas também para o Indo-Pacífico.

Os exercícios navais conjuntos indianos geralmente compreendem a fase portuária, na qual se dão interações entre membros das duas marinhas, o envolvimento em jogos de guerra, o compartilhamento de informações e melhores práticas das marinhas (*Subject Matter Expert Exchanges*, ou SMEE) e trocas culturais que buscam fomentar a interação e laços de proximidade entre os participantes. A fase marítima, por sua vez, envolve o exercício de cenários, que vão depender de seus objetivos principais. Os propósitos declarados destas operações são geralmente a garantia de interoperabilidade entre as marinhas de nações amigáveis e o fortalecimento de laços bilaterais.

Essas ações tanto discursivas quanto não discursivas são, como visto nos capítulos anteriores, dotadas de significado, a partir do qual torna-se possível entender a forma como a narrativa biográfica e, por conseguinte, o agenciamento indiano é reterritorializado, e sua segurança ontológica é mantida ou ameaçada. Nota-se que estas ações não são desvinculadas do estabelecimento da *ESS*, que é tido como a cristalização de uma determinada forma de Índia, demonstrada no capítulo anterior

6.3.
A Narrativa em Construção

6.3.1.
A Índia como (Re)Conexão

O estabelecimento de si enquanto um vetor de conexão na ROI é algo salientado repetidas vezes, principalmente em discursos feitos pelo primeiro-ministro indiano, Narendra Modi. Observa-se que essas referências de conexão envolvem o reconhecimento de uma origem histórica indiana, que era por

sua vez responsável por uma espécie de proto-globalização a partir de trocas comerciais por todo o Índico (McPherson, 1983). Assim, no caso de discursos com relação à Singapura nota-se a menção de "parcerias históricas" (7 menções), "parcerias culturais" (7 menções), "destinos ligados" (4 menções) remetem ao entendimento não somente de uma situação prévia, na qual a prosperidade existia, mas que esta está ligada a um papel histórico da Índia, que a partir de suas ações "reclamou esta herança e revive papel e relacionamentos na região"[13] (Modi, 2018b).

> **Oceans had an important place in Indian thinking since pre-Vedic times. Thousands of years ago, the Indus Valley Civilisation as well as [the] Indian peninsula had maritime trade. Oceans and Varuna – the Lord of all Waters – find a prominent place in the world's oldest books- the Vedas. In ancient Puranas, written thousands of years ago, the geographical definition of India is with reference to the seas: उत्तरों यत समुद्रस्य meaning, the land which lies to the north of the seas. (Modi, 2018b)**

Outras menções são feitas a um "reavivar de ligações históricas e culturais" (Jaishankar, 2017), a partir da qual referências são feitas ao papel de mercadores indianos na disseminação de culturas diferentes na Região do Oceano Índico e a retração pós-independência. Segundo Modi (2015), "[w]e are retracing our ancient maritime and land routes with the natural instincts of an ancient relationship." No caso singapurense, esse senso de conexão se dá não somente por este passado, mas também por ligações contemporâneas, dentre as quais se destacam a presença de uma grande diáspora indiana em Singapura, e a importância da ilha como centro da resistência durante o movimento de independência indiano (Ray e Mishra, 2021).

Em nenhum outro caso os laços de proximidade são evidenciados com tanta verve quanto em discursos endereçados ou envolvendo Sri Lanka. As menções a "ligações civilizacionais" (10 menções), a uma "herança compartilhada" (4 menções) e uma "história interconectada" (5 menções) são fatores dados não somente pela expressiva presença de uma diáspora indiana,

[13] Do original: "we have re-claimed that heritage to restore our role and relationships in the region." Tradução do autor.

principalmente dos tâmeis de origem indiana, quanto pela Índia se tratar do berço do budismo, religião praticada pela maior parte da ilha.

> No matter where you look in India or Sri Lanka, the many strands of our links - religion, language, culture, food, customs, traditions and epics - come together into a deep and strong bond of familiarity and friendship. Ours is a relationship that is beautifully defined by the journey of Mahindra and Sanghamitra. They carried the message of peace, tolerance and friendship more than two millenniums ago. (Modi, 2015b)

No caso dos Emirados Árabes Unidos, são feitas afirmações de que ambos "compartilham séculos de laços de confiança mútua, baseados em valores e sinergias compartilhadas" (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2015), possuem "ligações fortes enraizadas na história" (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2022) e "uma herança cultural compartilhada" (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2022). A expressiva diáspora indiana nos EAU, que chega a 30% da população, representa não somente uma parcela importante da força de trabalho emiradense, mas também uma fonte de remessas direcionadas à Índia. A questão de uma herança histórica deste relacionamento é mencionada mais diretamente na última declaração conjunta, na qual os países

> noted that the cooperation protocol between the National Archives of the two countries and the MoU for cooperation with National Maritime Heritage Complex at Lothal, Gujarat will help in restoring the centuries old roots of India-UAE relationship and preserving the treasures of shared history. (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2024)

A questão da conectividade é melhor ilustrada pelas visitas portuárias feitas pela Marinha Indiana. A *ESS* entende a mobilização de navios nestas visitas sob dois eixos: o de "estratégia de dissuasão", no capítulo 3, enquanto parte de um envolvimento que busque a maior presença no Índico, e o de "estratégia para moldar um ambiente marítimo favorável e positivo", no capítulo 5. Nesta parte, afirma-se que

> Ships of the Indian Navy and Coast Guard regularly undertake port visits to other nations, to promote goodwill and professional interactions. Similarly, port visits to India by warships of friendly nations are welcomed. Port visits will be undertaken as part of OSD [Overseas Deployment] or OTR [Operational Turn Round], and also for special occasions such as national days, commemoration of

Figura 1 - Mapa do International Day of Yoga, 2023

historical events, and International Fleet Reviews (IFRs). (Indian Navy, 2015, p. 84)

Têm-se que o envolvimento da Marinha Indiana se dá não somente com suas contrapartes locais, mas com o público em geral. O total de 22 visitas, separadas por cada país, expressam a busca por este papel simultâneo de preparação e presença, mas também de integração — porque não dizer conexão — entre si e as marinhas, suas diásporas locais e a população em geral, em busca de uma imagem favorável.

Uma das formas mais emblemáticas da interação da marinha indiana com o público foi sua atuação em 2023 enquanto embaixadores do Dia Internacional do Yoga (International Day of Yoga, doravante IDY). Desde sua proposição em na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 por Narendra Modi, o IDY é comemorado no dia 21 de junho, o dia mais longo do ano no hemisfério norte, bem como sua significância em diversas culturas (Manjunath, 2023). A prática de Yoga, propagandeada pelo primeiro-ministro indiano como "o presente da Índia para o mundo" (Daily Excelsior, 2018), tem origem no sânscrito *yuj*, unir, e busca a união mental, corpórea e espiritual ao buscar atingir um estado de meditação, e é praticado mundialmente por seus benefícios à saúde e conexões religiosas. No

entanto, é notório como esta prática não deixa de ter suas controvérsias: questões internas como a apropriação desta prática pelo movimento nacionalista hindu e a ligação deste com a ideia existente do agenciamento Índia são tidas como uma ferramenta de *soft power* (Martin, 2015).

Dessarte, a prática de Yoga neste dia pelas forças armadas indianas, manifesta uma imagem de uma força armada pacífica e benevolente (Samal, 2020). Em 2023, 11 navios em portos nacionais foram parte das comemorações, dentre os quais consta o INS Brahmaputra, em Dubai, e o INS Vagir, em Colombo (imagem acima). Em uma *press release*, a Marinha Indiana expressou alguns dos objetivos e práticas envolvidas nas comemorações do evento:

> The IDY-23 activities by the Indian Naval ships at foreign ports are planned to involve the ship's crew and personnel from the host country and would be focused on the 'Common Yoga Protocol' (CYP), to increase awareness about yoga on an international scale and to highlight its immense potential to enhance the physical, psychological, and emotional aspects of well-being, towards an endeavour to facilitate its worldwide adoption. (Indian Navy, s.a.)
> IDY activities at all naval ports, bases, ships and establishments have commenced. These activities include practising CYP and conducting Yoga-related activities daily in the run-up to the final event on 21 Jun 2023. Yoga awareness campaigns to encourage maximum participation by naval personnel, defence civilians and families as promulgated in the portals of the Ministry of AYUSH including 'Har Angaan Yoga' are being ensured. Mass camps, workshops, poster-making competitions, quizzes and lectures on 'Health Benefits of Yoga' are being conducted across the Navy. (Indian Navy, s.a.)

Efetivamente, tomam proeminência não somente a participação das forças armadas indianas, mas também do público local. A associação a ideais específicos expostos pelo primeiro-ministro indiano, nomeadamente *vasudhaiva kutumbakam* (o mundo como uma família) e da Índia como *vishwa guru* (professor do mundo), reforçando a mensagem de união, e simultaneamente expondo algo de benéfico e milenar indiano para o mundo. No mais, não se pode ignorar que a presença destas demonstrações martinianas de soberania móvel em países que englobam todo a Região do Oceano Índico indicam a concretização de um entendimento deste como 'quintal' indiano.

Enquanto a mobilização indiana em fóruns multilaterais não será tratada nesta dissertação, é notável a utilização das embarcações e seus marinheiros no estabelecimento de conexões com diferentes países, em diferentes contextos e regiões do Indo-Pacífico. Estas conexões, por sua vez, podem ser interpretadas

enquanto linhas de fuga que conectam o Estado Indiano com outros agenciamentos. Como veremos abaixo, estas linhas são pautadas por um objetivo específico, que segundo esta lógica pode ser alcançado por todos aqueles que se encontrem ‘conectados’.

6.3.2. Provisão de Segurança

A construção da Índia enquanto provedora de segurança marítima se dá a partir de um mapa no qual seus tomadores de decisão são culturalmente propensos a entender a ‘segurança’ da ROI como a própria (vide capítulo 4). Enquanto segurança pode ser entendida enquanto uma ausência de ameaças para os objetos referentes elencados pela Índia, é notável a expressão discursiva de uma confluência entre os interesses de segurança indianos com seus parceiros bilaterais e, em muitos casos, com toda a região.

Em discursos feitos em Singapura, diversas afirmações foram feitas em relação à região: “India will lend its strength to keep the seas safe, secure and free” (Modi, 2015); “India is a net security provider in the Indo-Pacific” (Jaishankar, 2017); “[India] strives for a peaceful and stable world” (Modi, 2015); “[s]eeks prosperity, stability and security” (Jaishankar, 2017). Essa determinação se dá a partir de uma narrativa que se refere à Índia não somente como uma “nação marítima”, mas como uma potência em vias de crescimento econômico. Nestes discursos, são expostas ambições — de um futuro pacífico e estável — e afirmações naturalizantes, que ecoam a ESS ao considerar a Índia um provedor de segurança líquida no Indo-Pacífico. Esta formulação está intimamente ligada com a garantia de livre comércio e a manutenção de linhas marítimas de comunicação (LMC) desobstruídas. Como tal, estes discursos operam também na expressão da securitização da ROI. Este conceito, que advém da Escola de Copenhague, trata sobre o processo a partir do qual determinadas questões são tratadas como assuntos de segurança, o que perpassa pela construção de determinado objeto enquanto sob risco ou ameaça (Buzan, Wæver e de Wilde, 1997). Mas qual seria sua principal ameaça neste caso?

O entendimento de ‘estabilidade’ pressupõe um *status quo* no qual o comércio marítimo ocorre livremente, e uma situação de exceção na qual ele é impedido. O inimigo contra o qual a região deve ser securitizada parece claro: o

terrorismo, que é mencionado repetidas vezes, é tido como um dos principais opositores ao alcance de um ambiente estável e pacífico. Nas palavras do ex-general VK Singh (2018),

> Excellencies, there can be no prosperity, however, without peace and security. Terrorism remains the single biggest threat to peace and stability in our region. We must combat this scourge of terrorism, in all its forms and manifestations.

Elencar ameaças não tradicionais como o terrorismo marítimo como uma das pautas principais de securitização traz por consequência o estabelecimento de uma ameaça relativamente comum em um ambiente tão diversificado, no qual a dificuldade de formulação de entendimentos unificados quanto às pautas prioritárias de segurança dificulta a intensificação de fóruns multilaterais como IONS (Bateman, 2016, p. 14). Um termo ambíguo como o terrorismo se presta ao encaixe em diversas políticas, fortalecendo o ideal de conexão previamente mencionado.

Sendo assim, é possível observar no caso cingalês a construção discursiva que considera seus interesses de segurança como alinhados. Isto se dá pelo já mencionado entendimento da existência de responsabilidades comuns no fomento de um ambiente estável e seguro. É importante, todavia, a formulação assimétrica exemplificada abaixo.

> As maritime countries in the Indian Ocean, India and Sri Lanka have a shared interest in ensuring maritime security and safety. We have a long history of cooperation in this regard. India, as many of you know, has been a first responder in emergency situations. I am confident that this domain of cooperation will continue to expand in the days ahead. We stand ready to enhance Sri Lanka's capabilities to meet growing maritime and security challenges. (Jaishankar, 2021)

O oferecimento de materiais e treinamento para as forças militares cingalesas é tido como uma forma encontrada pela Índia de garantir que ambos cumpram com as respectivas 'responsabilidades' em sua existência enquanto membros da Região do Oceano Índico. Essas responsabilidades incluem o combate ao terrorismo, mencionado diversas vezes nos discursos indianos. No entanto, existe uma mudança no discurso considerável, evidenciada na declaração conjunta publicada em dezembro de 2024.

> As natural partners, both leaders underscored the common challenges faced by the two countries in the Indian Ocean Region and reaffirmed their commitment to work together in countering traditional and non-traditional threats as well as to ensure a free, open, safe and secure Indian Ocean Region. India being Sri Lanka's closest maritime neighbour, President Disanayaka reiterated Sri Lanka's stated position of not permitting its territory to be used in any manner inimical to the security of India as well as towards regional stability. (Índia e Sri Lanka, 2024)

O entendimento de "desafios comuns", juntamente com o reconhecimento de ameaças tradicionais — aquelas advindas de Estados nacionais — para além das não-tradicionais — como o terrorismo marítimo, crimes azuis e pesca ilegal — se dá em um contexto de crescente presença chinesa na ROI, e relações controversas com o próprio Sri Lanka. A afirmação subsequente do presidente cingalês é acima de tudo fruto de questões do passado recente, como a aquisição chinesa do contrato do porto de Hambantota em 2017 e a acusação indiana em 2022 de que navios de pesquisa chineses estavam, ao atracar no Sri Lanka, espiando os sistemas de segurança indianos (Tan, 2022). Como tal, o reconhecimento de laços históricos e culturais se soma a um entrelaçamento em questões de segurança, que enfim revela uma parceria assimétrica.

No caso emiradense, o combate ao terrorismo e o fomento à segurança regional são questões levantadas repetidas vezes em declarações conjuntas. Em suas declarações conjuntas, têm-se que:

> The leaders agreed to further strengthen bilateral collaboration to strengthen maritime security and connectivity in the region to promote prosperity in India, the UAE, and the shared neighborhood. They also agreed to enhance defense exchanges, sharing of experiences, training, and capacity building. (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2022)

> The two leaders agreed to further strengthen bilateral collaboration to enhance maritime security and connectivity in the region to promote prosperity in India, the UAE, and the shared neighborhood. They also agreed to increase defense visits, exchanges, sharing of experience, training, capacity building, as well as advance cooperation in cybersecurity. (Índia e Emirados Árabes Unidos, 2024).

Para além do campo discursivo, é notório o engajamento das forças armadas na promoção de um ambiente marítimo favorável. Nesse contexto, os engajamentos de visitas portuárias e exercícios militares conjuntos tendem a reforçar a presença indiana em diferentes espaços, nos quais é possível exercer um papel policial, conforme expresso na ESS. Como mencionado anteriormente, as visitas portuárias possuem também um papel dissuasório relevante enquanto parte

de missões de OSD, nas quais os navios exercem papel de patrulha na região. Os exercícios militares conjuntos, por sua vez, são oportunidades de estabelecer-se enquanto um Estado em prol da segurança regional, a formação de uma linguagem operacional comum a partir da interação com forças armadas de outros lugares, uma forma de estabelecer parâmetros comuns de ação na eventualidade do surgimento de ameaças, e de demonstrar suas capacidades bélicas.

O exercício bilateral entre a Marinha Indiana e a Marinha da República de Singapura (MRS), denominado SIMBEX, é o mais antigo exercício contínuo da marinha indiana, ocorrendo anualmente desde 1994 e sendo considerado como um "exercício institucionalizado pela Marinha Indiana" (Indian Navy, 2015, p. 87). Inicialmente um exercício de combate anti-submarino (*Anti-Submarine Warfare*, ou ASW), estes exercícios evoluíram em complexidade, adotando mecanismos variados como defesa aérea, manobras táticas, prática em alvos aéreos, operações de busca e resgate, entre outras (Índia, 2015). A fase portuária destes exercícios é dotada de um elemento lúdico e cultural: não só a prova de comidas típicas, mas o estímulo de competições esportivas amigáveis. Geralmente ocorrendo na costa de Port Blair, a capital das ilhas Andamão e Nicobar, ou em Visakhapatnam, cidade sede do Comando Naval do Leste indiano, foi notável sua ocorrência no Mar do Sul da China em 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023. A escolha da realização destes exercícios de forma intercalada podem ser entendidos como uma forma de demarcar preparação para a ação: não somente a Índia está pronta para agir nesse contexto, como Singapura estaria pronta para 'assumir sua responsabilidade' na proteção da ROI. Ademais, não se pode entender esta questão fora do contexto de crescentes disputas entre a China e os países da ASEAN relativas à soberania do território marítimo. Têm-se que estes exercícios, cujo princípio foram ASW, mantém como ideia central o enfrentamento de ameaças tradicionais — advindas de Estados Nacionais, e o disparo de munições ativas simboliza uma posição clara de auxílio indiano na defesa de Singapura ao sinal de uma possível agressão chinesa.

O exercício SLINEX, por sua vez, ocorre com a marinha cingalesa. Enquanto outro exercício institucionalizado, este é está mais voltado ao enfrentamento de desafios não-tradicionais, como o combate aos crimes azuis — pirataria, pesca ilegal, tráfico de pessoas, dentre outros — e a resposta a situações de desastre. Assim como no caso singapurense, trocas culturais e esportivas são

estimuladas. No entanto, é notável a diferença de enquadramento em cada exercício: enquanto no SIMBEX tais eventos são tidos como formas de aumento de interoperabilidade, o SLINEX parece mais voltado ao fomento de relações amigáveis. Na reportagem do SLINEX-23, têm-se que "Professional, cultural and sporting events, as also social exchanges are planned during the harbour phase to further bolster the bonds of friendship and camaraderie between both the navies."(Indian Navy, s.a.) O linguajar de 'amizade e camaradagem' empregado aqui revela um entendimento de proximidade para além do local, o que é reforçado por outra característica do enquadramento destes exercícios: são tidos como exemplos de sucesso. Em 2015, a marinha indiana afirmou que

> The benefits of operational interactions under the aegis of SLINEX are clearly visible as both the Navies today have an improved and steadfast understanding. SLINEX 15 will further enhance the capability of the two navies to work together at sea and contribute towards maritime security in the region.(Indian Navy, s.a.)

Em 2020,

> SLINEX series of exercise[s] exemplifies the deep engagement between India and Sri Lanka which has strengthened mutual cooperation in the maritime domain. (...) Synergy developed during SLINEX exercises resulted in seamless coordination of joint SLN – IN efforts in September 2020 to render assistance to MT New Diamond, a Very Large Crude Carrier (VLCC), which had caught fire off the East Coast of Sri Lanka. (Indian Navy, s.a.)

O entendimento dos exercícios indianos como exemplos de sucesso revelam um entendimento próprio acerca da credibilidade indiana como um provedor de segurança ao invés de um *hegemon*, porquanto não age sozinho na garantia de um ambiente estável.

Os exercícios que ocorrem conjuntamente com a marinha emiradense são menos comuns. Ocorridos em 3 instâncias distintas — em 2018, 2021 e 2023 — no Golfo Pérsico, tiveram os mesmos objetivos das demais, enquanto esse período foi marcado por um nível baixo, mas crescente, de institucionalização, menos informações se encontram disponíveis acerca desses exercícios. Menções relevantes se dão especialmente na importância do combate ao terrorismo marítimo, uma pauta compartilhada por Índia e EAU e que deixa de figurar nas demais.

Dentre os casos analisados, são observáveis diferentes estágios de proximidade: exercícios institucionalizados nos casos de Singapura e Sri Lanka, estão em seus estágios iniciais no caso dos EAU. Isto não pode ser desvinculado de um engajamento tardio com o Oriente Médio de modo geral, tendo em vista as tensões da Guerra Fria (Siyech, 2017). No entanto, é de considerável importância que a cooperação entre os dois países não se resumem a investimentos e a garantia de petróleo emiradense para a Índia, também considerando a dimensão da segurança marítima e da proteção das LMC.

Sendo assim, observa-se que o envolvimento indiano em exercícios marítimos conjuntos se presta a um entendimento multidimensional das ameaças à segurança do Indo-Pacífico. A participação no SIMBEX reconhece a existência de ameaças tradicionais à segurança de ambos: embora não seja denominada explicitamente até então, entra em questão a consideração, já mencionada no capítulo anterior, do uso da Índia enquanto contrapeso para a China no equilíbrio de poder asiático. A consideração da China enquanto a maior rivalidade indiana, e o perigo entendido em círculos estratégicos indianos acerca da possibilidade de um estrangulamento marítimo pela influência chinesa tornam esta a principal ameaça tradicional contra a qual se direcionam estes exercícios. Por outro lado, os demais exercícios analisados tem como foco principal o combate a ameaças não-tradicionais — ou seja, não-estatais — como o terrorismo marítimo e os demais crimes azuis, como a pirataria e a pesca ilegal. A partir destes, a Índia acaba por legitimar práticas de cunho policial, como patrulhas ao longo da ROI e o estabelecimento de *maritime domain awareness*.

Ao mesmo tempo, engajar-se em exercícios bilaterais revela uma ideia que foi mobilizada já nos discursos de Modi, a de uma ‘responsabilidade compartilhada’ na manutenção de segurança da região. A incapacidade material da marinha indiana de cobrir todo o espaço marítimo da ROI torna a segurança da região um empreendimento cooperativo, um fator considerado desde Panikkar (1945), no qual o diplomata e historiador frisou a importância da presença de países aliados em pontos estratégicos do Oceano Índico. A cooperação para a segurança pode ser entendida como a fruição deste objetivo a partir de um entendimento de manutenção da segurança regional.

6.3.3.
Relacionamentos e Práticas no Indo-Pacífico

A partir das dinâmicas analisadas, é possível estabelecer um posicionamento indiano no Indo-Pacífico em sua narrativa biográfica. Têm-se que as dimensões de conectividade e segurança são eminentemente interligadas. É isto que permite à Índia envolver-se em múltiplos teatros de ação, e consequentemente entender estes teatros enquanto conectados a partir de uma lógica regional: a própria segurança é interligada à segurança da ROI. Para justificar este movimento, têm-se que ambas estas dimensões são tidas como pré-condições para um estado que se pretende atingir: a prosperidade. Embora não seja claro se esta representa um acréscimo à riqueza ou o desenvolvimento econômico de modo geral, os discursos indianos aludem à prosperidade generalizada enquanto consequência de um ambiente interconectado e seguro, estável. O caso mais emblemático desta dimensão está nos discursos voltados à Singapura, que é tida como uma 'inspiração' (4 menções). Nos discursos do primeiro-ministro indiano, a Índia se inspira no exemplo singapurense de crescimento e desenvolvimento econômico apesar de se tratar de uma ilha pequena e com poucos recursos naturais. Além disso, se tornam um exemplo emblemático da visão indiana para o mundo que desejam criar. Nas palavras do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi,

> This great nation shows us that when the oceans are open, the seas are secure, countries are connected, the rule of law prevails and the region is stable, nations, small and large, prosper as sovereign countries. Free and fearless in their choices. Singapore also shows that when nations stand on the side of principles, not behind one power or the other, they earn the respect of the world and a voice in international affairs. (Modi, 2018b)

Esta caracterização de Singapura traz dois preceitos importantes: em primeiro lugar, que estão dadas as condições para que nações soberanas prosperem: oceanos abertos, mares seguros, países conectados, a prevalência da lei internacional e uma região estável. Estas características, ao serem

implicitamente entendidas como objetivos a serem alcançados por toda a região, revelam um entendimento desta como tumultuosa, fechada e instável. Em segundo lugar, que a garantia de prevalência no cenário internacional se dá a partir da preferência de "princípios à um poder ou outro". 'Estar do lado dos princípios', entendendo estes como as noções de conectividade e estabilidade previamente mencionadas, é contraposta à imposição da própria vontade a partir da ameaça do uso do poder em termos clássicos, como supremacia bélica ou pujância econômica. Neste cenário de inspiração no exemplo singapurense, uma aspiração remete não somente à forma como o agenciamento atuará na região, mas fruto do entendimento de que essa atuação é capaz de moldar a realidade vigente: 'abrir' e 'estabilizar' os oceanos, 'conectar' suas populações, e assim 'prosperar'. Em um outro momento, o ministro de assuntos exteriores indiano demonstra o caráter geral ao qual esta lógica se aplica: "India will also seek to ensure neighbours also benefit from growth and prosperity" (Jaishankar, 2017).

Esta construção também revela uma dimensão expressa em todas as práticas analisadas. De acordo com Manuel DeLanda (2016, p. 2), as interações entre duas entidades as ligam ao produzir relações entre elas, o que é verdade não somente dentro de um agenciamento quanto entre agenciamentos. Como tal, afirmar que a Índia vai "assegurar-se de que outros se beneficiem do crescimento e prosperidade" é afirmar que a Índia se encontra em uma posição na qual isso é possível. Essa afirmação, tendo em vista as demais, a quantidade de visitas e os exercícios conjuntos em diferentes arenas, adquire um caráter de 'responsabilidade compartilhada', mas assumida pela Índia enquanto uma parte maior do que a legada aos outros países da região.

Essa relação um tanto assimétrica entre a Índia e os demais é claramente observável nos discursos relacionados ao Sri Lanka. É observável o entendimento da Índia como uma 'auxiliadora'. A partir de sua economia pujante, a Índia pôs-se como um 'parceiro de desenvolvimento' do Sri Lanka (3 menções), um auxiliador durante a severa crise de 2022 e um interessado na segurança, estabilidade e prosperidade do Sri Lanka. Ao ligar estas construções com as políticas de Neighbourhood first e SAGAR, este é um caso de clara ligação da segurança do país com a própria. Nestes discursos, também é observável a delimitação da Índia como uma "catalisadora para o progresso dos vizinhos" (Modi, 2015b),

"socorrista em situações de emergência" (2 menções) e "ativa em assegurar segurança e proteção marítimas, e também resposta a desastres" (3 menções).

No caso das visitas portuárias, essa assimetria é identificada a partir da demonstração da tecnologia militar indiana para as populações e marinhas locais. O favorecimento de embarcações produzidas pela Índia é uma demarcação simultânea de poderio militar indiano e uma expressão da política de *Atmanirbhar Bharat* (Índia Autossuficiente), proferida por Modi em 2014 (PTI, 2014). A presença em portos estrangeiros não é apenas dissuasória para possíveis ameaças externas ou criminosos, mas também demonstra as próprias capacidades para o público e a marinha de países aliados, o que pode ser identificado enquanto assimétrico se visto em consonância com o quadro mais geral de entendimento enquanto uma potência com ação regional. Nota-se, a partir dessa questão, que não se encontram reportagens nos *websites* das respectivas marinhas sobre visitas de suas embarcações a portos indianos. A falta de reportagens, mesmo que não comprovem que tais visitas não estejam ocorrendo, são indicativo de relações assimétricas nesse sentido. Estes esforços não podem ser dissociados do entendimento, por vezes expresso nessas relações bilaterais pela Índia, de que estão em vias de um empreendimento em escala regional para a garantia de segurança. Como tal, o caso cingalês é notório pela participação indiana no fomento de sua marinha, a partir do comissionamento de navios construídos na Índia[14].

Um último fator é relevante para esta construção: a construção enquanto 'socorrista' na ROI, a partir de um foco na preparação durante estes exercícios e a efetiva conclusão de uma missão de HADR são outras demonstrações de que a Índia busca se posicionar enquanto provedora das condições de possibilidade para a prosperidade da região: estabilidade e segurança. A partir destas, a Índia se coloca enquanto aquela que dispõe da capacidade e da vontade de estar preparada para a resposta a desastres, angariando apoio internacional e, somando-se ao papel policial que demonstra buscar, justificando uma presença e capacidade de *maritime domain awareness* muito mais rebuscada. A Índia constrói a si mesma

[14] No período analisado, a Índia construiu duas embarcações de patrulha offshore para a Marinha Cingalesa, comissionados em 2017 e 2018, e configurando os navios mais avançados da frota do país (Indian Navy, s.a.; Indian Navy, s.a.).

enquanto um *primus inter pares*, um mobilizador de cooperação regional em prol de um ambiente conectado, seguro e, por conseguinte, próspero.

6.3.4.
A Segurança Ontológica Indiana

Os fatores demonstrados por estas práticas incidem em uma narrativa que se sustentava em um entendimento de uma presença indiana milenar no Índico, da indissociabilidade de sua segurança e o controle de pontos estratégicos se não por si, por países aliados, e o entendimento da região enquanto área de influência 'natural': o Oceano Índico enquanto Oceano da Índia. A partir das práticas analisadas, é possível observar um movimento de manutenção da narrativa biográfica indiana, ou contra-atualização desta, estabelecendo o país enquanto um vetor de conexão e segurança para a ROI.

O entendimento das entidades analisadas enquanto agenciamentos indica consequências destas não somente para cada um destes, mas para o agenciamento no qual eles se inserem: relações entre os agenciamentos Índia e Sri Lanka, por exemplo, são relevantes para o agenciamento ROI. As práticas indianas, portanto, em se tratando das diferentes arenas do Indo-Pacífico e preocupando-se com a manutenção de segurança em cada uma delas, a territorializam enquanto uma liderança na Região do Oceano Índico. Retomando a analogia exposta na introdução, a Índia é ontologicamente assegurada enquanto Kurma, que sustenta a possibilidade de que todos no Indo-Pacífico tenham acesso à *amrita*. Assim, estas ações contribuem para a manutenção da segurança ontológica deste agenciamento, porquanto podem ser identificadas enquanto movimentos de poda: são motivadas e referentes à narrativa biográfica indiana, e acabam por restringir os relacionamentos entre os agenciamentos de determinadas formas. Neste caso, o posicionamento da Índia é de uma liderança que reconhece um entendimento de objetivos comuns e não de imposição dos próprios interesses: a partir destas ações, constitui a si mesma enquanto *primus inter pares*, a partir de suas ações em

múltiplas arenas, escopo regional e responsabilização própria enquanto garantidor da prosperidade geral.

A ligação entre as próprias ambições e prioridades, os de suas relações bilaterais e a ROI de modo geral tem por consequência o aumento da estratificação da região. A linha entre sistema rizomático e arbóreo torna-se mais embaçada, tendo em vista que as práticas indianas acabam por solidificar relacionamentos desiguais e estabelecer agendas comuns de segurança e conexão pautadas em entendimentos comuns relativos à ameaças e às formas de resposta, enquanto a presença militar indiana no Indo-Pacífico é normalizada a partir da busca geral por prosperidade. Além disso, a securitização da ROI tem por consequência a delimitação do que ela 'é', ou seja, de quais são seus participantes legítimos. Para além da ilegitimidade de ameaças não tradicionais como o terrorismo marítimo e os crimes azuis, a Índia se presta a não entender como legítima a presença de países que pode entender como ameaças tradicionais, como a China.

Este movimento é importante ao indicar uma indissociabilidade em nível ontológico das ameaças — tanto tradicionais quanto não tradicionais — que ocorram em alguma parte da ROI com a segurança indiana, necessitando assim respostas indianas para a manutenção desta narrativa. Essas práticas, entendidas a partir da dupla expressão de poderio e responsabilidade indiana por um lado e de trabalho em prol da segurança regional por outro, são parte de um empreendimento inacabado acerca do espaço no qual a Índia se insere. Territorializar-se enquanto *primus inter pares* reterritorializa o agenciamento indiano, estendendo sua presença por todo o Indo-Pacífico, de modo a ressignificar esta presença enquanto benéfica para toda região através da provisão das condições para que todos sejam prósperos.

Como tal, observa-se dessa forma que fomentar esta posição é em última análise predicado no entendimento de que a ROI é um ambiente instável, inseguro e desconexo. Assim, a ressignificação da Índia enquanto um agente ordenador é tida como benéfica e necessária, suas embarcações, para além de "pequenos pedaços de soberania móvel" (Martin, 1967), representam um benefício mútuo e reiteram a posição que a Índia constrói para si.

6.4.
Conclusão

Os discursos, visitas e exercícios militares empreendidos por partes indianas vão além dos objetivos enunciados de promoção da boa vontade ou aumento de interoperabilidade. Em um nível ontológico, são atos que contribuem para a manutenção da segurança ontológica indiana, pautada em uma narrativa de conexão regional prévia e manutenção de segurança marítima enquanto incutem na narrativa biográfica indiana o entendimento do país enquanto primeiro entre iguais, não em um sentido legal, mas pelo reconhecimento de um papel assumido de fornecimento de condições para a segurança da ROI, desde patrulhas e exercícios conjuntos ao fomento de marinhas estrangeiras, e o fator conector de engajar ativamente com as diferentes regiões do Indo-Pacífico, gerando assim prosperidade geral.

Este estudo busca trazer uma perspectiva acerca da interação entre as práticas de busca por segurança física e a segurança ontológica. O senso de ontologia é uma prerrogativa para a segurança física, como pontuou Mitzen (2006, p. 351), mas também é observável um movimento de co-constituição: a formulação e execução de práticas de segurança são predicadas na existência de uma narrativa biográfica que possibilite estas ações e delimite as ambições a serem buscadas. Ao mesmo tempo, têm-se que essas práticas possuem consequências para a própria narrativa, enquanto dotadas de conteúdo e expressão em nível virtual. Neste caso, não é possível afirmar que a reterritorialização indiana é uma consequência consciente da fruição da estratégia indiana: primeiramente, porque não é possível comprovar esta consciência nos indivíduos que participaram da sua formulação, e em segundo lugar, porque a formulação estratégica delimita os meios possíveis, mas não é capaz de considerar as idiossincrasias de cada missão, os aspectos contextuais que a cercam e o envolvimento de aspectos materiais ou do nível de competência humana.

Esta pesquisa é incapaz de pormenorizar os efeitos que cada uma destas ações surtiu sobre a narrativa biográfica indiana. No entanto, ela oferece oportunidades acerca da percepção de como práticas podem trazer impactos sobre a segurança ontológica de um agenciamento. No caso indiano, é possível demonstrar como suas ações no Indo-Pacífico são indicativas não somente de uma

manutenção, mas de como esta narrativa tem se desenvolvido com o tempo e o agir destes.

7
Conclusão

Buscando contribuir para os estudos de segurança ontológica e para os estudos brasileiros sobre a Índia, esta pesquisa teve por objetivo entender como as práticas indianas no Indo-Pacífico interagem com sua segurança ontológica. Para tanto, foram estabelecidos os movimentos iniciais da segurança ontológica deleuziana, que por sua vez estabelece uma perspectiva que permite a consideração do caráter contingente da formação deste agenciamento e da importância das práticas para a sua segurança ontológica.

Com este intuito, tornava-se necessário o estabelecimento de um ponto de partida, um momento a partir do qual o mapeamento do agenciamento se torna possível. Sendo este um processo sempre em curso, a estratégia indiana, *Ensuring Secure Seas*, é tida como tal, ao representar a cristalização de uma determinada territorialização e narrativa biográfica indiana. Seu estabelecimento dos meios a partir dos quais serão cumpridos os objetivos de segurança do Estado indiano é perpassado por um entendimento do que ele 'é', assim como o meio no qual se encontra, suas capacidades materiais e principais ameaças. Ademais, a estratégia se forma não por cálculos objetivos, sendo invariavelmente tangenciada pela cultura estratégica que entrelaça a seus autores.

The strategy brought out the various ways in which the Indian Navy could serve as a catalyst for peace, security and stability in the Indian Ocean Region (IOR). (Indian Navy, 2015, p. 2)

A partir da apresentação de alguns aspectos importantes da estratégia indiana, foi delimitado o recorte teórico desta pesquisa. A segurança ontológica deleuziana é a forma encontrada para lidar com algumas das idiossincrasias do caso indiano, dentre as quais pode-se elencar um propensão à ambiguidade e a pequena quantidade de fontes documentais, observando-se uma preferência por declarações orais que estabelecem as prioridades e objetivos políticos da marinha

indiana. Sendo assim, o olhar deleuziano para esta questão permite a integração do estudo de ações não-discursivas, além das discursivas, para o alcance de conclusões acerca dos efeitos das práticas indianas para sua segurança ontológica. Ir além de aspectos discursivos, mas como suas ações efetivamente constroem a narrativa biográfica indiana sem um movimento consciente de autorreflexão permitem também o entendimento da participação de objetos nessa empreitada: os navios indianos, mais do que meras ferramentas, produzem uma reterritorialização específica em sua participação em visitas portuárias ou exercícios militares conjuntos, enquanto símbolos de soberania nacional e da pujança militar e tecnológica indiana. Esta é uma questão que foge à discussão desta pesquisa, mas oferece um campo de pesquisa oportuno para o estudo de segurança ontológica indiana.

De modo a oferecer uma imagem mais detalhada sobre as questões metodológicas, é estabelecido o entendimento de que as práticas — tanto discursivas quanto não-discursivas — são produtoras de significados que afetam a narrativa biográfica indiana. Como tal, a pesquisa se dá a partir da interpretação, de cunho pós-estruturalista, de como estas ações estabelecem predicados, se dão a partir de pressupostos implícitos, e, como afirma DeLanda (2008), estabelecem relações, posicionando os sujeitos concernentes. Tendo a estratégia como ponto de partida, têm-se a oportunidade de entender cada ação analisada como relevante em alguma medida para a manutenção da segurança ontológica indiana: a partir destes, se dá a 'poda' do agenciamento, sendo essas ações pautadas por um entendimento prévio do que ele representa.

Sendo assim, o capítulo seguinte buscou elucidar alguns pontos importantes acerca da narrativa biográfica indiana. Somando-se à estratégia previamente mencionada, foram apresentados o contexto histórico e ações passadas relativas aos países analisados, de modo a depreender quais são algumas das ideias principais relativas à narrativa indiana. Foi possível, a partir disso, discorrer acerca do entendimento da Índia enquanto provedora de segurança na Região do Oceano Índico (ROI) e, tendo em vista um passado milenar no qual isso ocorreu, como um vetor de conexão entre as diversas regiões do oceano.

O capítulo 6, por sua vez, versou sobre como as ações discursivas e não-discursivas da Índia a partir do estabelecimento da *ESS* interagem com sua dimensão ontológica. Remontando ao capítulo anterior, entende-se que estas são

parte de um movimento de manutenção da narrativa biográfica indiana, ao fomentar o entendimento da Índia enquanto conectada em diferentes cenários e preocupada com a segurança geral, em um discurso que liga esses fatores com a possibilidade de que todos os países da região sejam prósperos. Essa construção tem o efeito de posicionar o agenciamento indiano enquanto o responsável por garantir tanto um ambiente seguro quanto conectado. Dizer que esta é uma responsabilidade o posiciona enquanto um *primus inter pares*, uma posição de liderança na ROI que não toma para si o controle militar desta região.

Seria possível considerar esta como uma versão indiana da doutrina Monroe para a região? Fazê-lo seria afirmar que a Índia entende essa como sua própria área de influência, rechaçando influências externas. Enquanto não sejam parte dos casos analisados, isso não poderia ser mais longe da verdade, porquanto a presença de potências estrangeiras favoráveis é aceita, como no caso dos Estados Unidos, com os quais a Índia possui boas relações e trocas no âmbito da segurança marítima, participando de exercícios conjuntos como MILAN e MALABAR. O caso chinês pode ser considerado como uma exceção, e não como regra, uma vez que se institui a partir de noções prévias de aproximação em sua área de influência de forma antagônica à Índia e seu projeto para o Indo-Pacífico. Por outro lado, é possível argumentar que as interações com potências estrangeiras, como Estados Unidos ou França, se dão justamente para torná-los contrapesos com relação à China e sua crescente presença e influência na ROI.

É também importante uma reflexão acerca da interpretação das práticas analisadas. Entender um Estado enquanto agenciamento não significa entendê-lo necessariamente como um rizoma: existe nele um alto nível de ordenamento interno, e é difícil imaginar que este possa ser quebrado a partir de uma única missão. No entanto, é possível conjecturar, por exemplo, quais seriam as consequências ontológicas de uma missão mal-sucedida. Seria possível continuar a promover uma narrativa de provisão de segurança e conexão se o país for incapaz de corroborar estas afirmações? É possível especular que este seria um movimento de desterritorialização, uma ocasião de insegurança ontológica para a Índia.

Os desafios para esta pesquisa foram mencionados anteriormente, mas devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, o distanciamento espaço-temporal significou que esta análise se encontrou vítima de uma falta de material

relacionado aos pormenores de cada prática, necessitando fazer certas generalizações, contando com as características expressivas das ações bem como por descrições fornecidas pela marinha indiana e o ministério de assuntos exteriores para estabelecer suas conclusões. Este foi um processo mais trabalhoso do que o esperado, tendo em vista a falta de clareza e transparência no *website* da Marinha Indiana, que na maioria de seus *posts* não insere uma data de publicação sequer, deixando o leitor ironicamente à deriva. Ademais, a constrição de tempo reduziu consideravelmente a quantidade e os tipos de práticas analisadas.

Em última análise, não parece possível estabelecer completamente todos os aspectos que envolvem a narrativa biográfica indiana. Desenhar um mapa, afinal de contas, não é nunca uma representação completa; mesmo os mapas mais detalhados oferecem uma única perspectiva, e não conseguem considerar os detalhes morfológicos do solo, toda a flora e fauna, as correntes marítimas ou a topografia. Em outras palavras, uma fotografia nunca conseguirá representar completamente toda a realidade, e sempre é atravessada pelos vieses do fotógrafo. Reconhecendo esta falta constitutiva, esta dissertação se limita a entender os aspectos analisados como um mapeamento, não a realidade completa.

O caráter incipiente dessa pesquisa deixa espaço para o prosseguimento de diversas pesquisas. Uma dimensão que o autor busca pesquisar no futuro é o funcionamento desta dinâmica em fóruns multilaterais, mas também se presta para o entendimento de como alguns aspectos mais específicos do agenciamento indiano — sejam embarcações, sessões de treinamento, intercâmbios de oficiais com outras marinhas — se prestam à manutenção ou disrupção da segurança ontológica indiana.

No *Mahabharata*, a figura de Kurma não é associada a Vishnu. É no *Agni Purana*, um texto enciclopédico supostamente ditado pela divindade do fogo, Agni, no qual Kurma é citado enquanto uma manifestação de Vishnu. Da mesma forma, é por outra manifestação de Vishnu, Rama, que os *asuras* são enganados e, os *devas* conseguem a *amrita*. Lakshmi, a deusa da prosperidade, enquanto surge no *samudra manthan*, posteriormente escolhe seu esposo dentre tantos outros pretendentes no *Bhagavata Purana*; não Kurma, a tartaruga, mas Vishnu. A aparição do deus em diversos momentos da narrativa, no cumprimento de diversos papéis, possibilita uma pequena reflexão: assim como Vishnu possui diversas manifestações, o caráter sempre em formação do agenciamento indiano é tal que

este, que se manifesta enquanto Kurma, não será o mesmo quando Lakshmi surgir dos mares, e não será quem será escolhido por ela como esposo.

8
Referências

ADISÖNMEZ, U. C.; ONURSAL R.; ÖZTIĞ, L. İ. Quest for Regional Hegemony: The Politics of Ontological Insecurity in the Saudi–Iran Rivalry. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 48 n. 1, p. 91-107, 2023.

ADLER-NISSEN, R.; POULIOT, V. Power in practice: Negotiating the international intervention in Libya. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 4, p. 889-911, 2014.

AGARWAL, R. IMEC: A Promise of an Interconnected World Amid Global Tumult. **Diplomatist**, 20 set. 2025. Disponível em: <https://diplomatist.com/2025/09/20/imec-a-promise-of-an-interconnected-world-amid-global-tumult/>. Acesso em: 28 out. 2025.

AGNI PURANA. **Agni Purana**. Nova Delhi: Motilal Banarsidass Publications, 1954.

ALPERS, E. A. **The Indian Ocean in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BAKER, T.; MCGUIRK, P. M. Assemblage thinking as methodology: commitments and practices for critical policy research. **Territory, Politics, Governance**, v. 5 n. 4, p. 425-442, 2017.

BANERJEE, A. The Mandala Theory Revisited: Kautilya's diplomacy in Contemporary Geopolitical Landscape. **SSRN**, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=5054075>. Acesso em: 26 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BASU, P. Maritime India: The Quest for a Steadfast Identity. **Observer Research Foundation**, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/maritime-india-the-quest-for-a-steadfast-identity>. Acesso em: 17 out. 2025.

BATEMAN, S. Maritime security governance in the Indian Ocean region. **Journal of the Indian Ocean Region**, v. 12, n. 1, p. 5-23, 2016.

BEDFORD, A. E. F. The Royal Indian Navy. **Journal of The Royal Central Asian Society**, vol. 25, ed. 2, p. 237-247, 1938.

BHAGAVATA PURANA. **Bhagavata Purana.** Uttar Pradesh: Gita Press, 2020.

BHARDWAJ, V. Echoes of Ahimsa: The Historical Roots of Indian Philosophy of Peace and Its Relevance in Present Times. **European Scientific Journal**, v. 22 n. 37, p. 23-33, 2026.

BHASKAR, C. U. The Navy as an Instrument of Foreign Policy: The Indian Experience. *In*: PANT, Harsh V. (Ed.). **The Rise of the Indian Navy:** Internal Vulnerabilities, External Challenges. Londres: Routledge, 2016.

BHATTACHARYA, S. Kautilya's Ideas for Diplomacy and its reflection in India's Foreign Policy. **Electronic Journal of Social and Strategic Studies**, v. 5, ed. especial V, 30 jun. 2024.

BILGIC, A.; PILCHER, J. Desires, Fantasies and Hierarchies: Postcolonial Status Anxiety through Ontological Security. **Alternatives: Global, Local, Political.** v. 48, n. 1, p. 3-19, 2023.

BLACHFORD, . Revisiting the expansion thesis: international society and the role of the Dutch East India company as a merchant empire. **European Journal of International Relations**, v. 26, ed. 4. p. 1230-1248, 2020.

BLEIKER. R. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BORGES, B. G. A Filosofia do Discurso em Deleuze e Guattari: Possibilidades para a Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 24, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/YrZ3BWWvsSRRYbLKDshHxDS/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BREWSTER, D. An Indian Sphere of Influence in the Indian Ocean? **Security Challenges**, v. 6, n. 3, p. 1-20, 2010.

_____. India's Defense Strategy and the India-ASEAN Relationship. **India Review**, v. 12, n.. 3, p. 151-164, 2013.

_____. India's security partnership with Singapore. **The Pacific Review**, v. 22, n. 5, 2009.

BUEGER, C. Territory, Authority, Expertise: Global Governance and the Counter-Piracy Assemblage. **European Journal of International Relations.** v. 24, n. 3, p. 614-637, 2017.

_____. Thinking Assemblages Methodological: Some rules of thumb, in Re-Assembling International Theory. *In*: ACUTO, Michele; CURTIS, Simon. (Ed.) **Assemblage Thinking and International Relations**. Palgrave MacMillan, p. 60-68, 2014.

_____. What is maritime security? **Marine Policy**, v. 53, p. 159-164, 2015.

_____; EDMUNDS, T. Pragmatic ordering: Informality, experimentation, and the maritime security agenda. R**eview of International Studies**, v. 47, p. 2, p. 171-191, 2021.

_____; _____. **Understanding Maritime Security**, Oxford: Oxford University Press, 2024.

_____; GADINGER, F. **International Practice Theory**. ed. 2. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

_____; _____. The Play of International Practice. **International Studies Quarterly**, v. 59, 2015.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; de WILDE, J. **Security**: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1997.

_____; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. **Territorial Disputes in the South China Sea.** Council of Foreign Relations, 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>. Acesso em: 3 out. 2025.

CHAKRABARTI, D. K. Who Owns the Indian Past? The Case of the Indus Civilization. **Occasional Publication 11**. India International Centre, Nova Delhi, 21 jul. 2009.

CHAUDHURY, D. R. India-Sri Lanka Defence MoU to bring all def coop under one umbrella pact. **The Economic Times**, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/india-sri-lanka-defence-mou-to-bring-all-defence-coop-under-one-umbrella-pact/articleshow/119946599.cms?from=mdr#google_vignette>. Acesso em: 29 out. 2025.

COLEMAN, R.; RINGROSE, J. Introduction: Deleuze and Research Methodologies. *In*: COLEMAN, R.; RINGROSE, J. (Ed.) **Deleuze and Research Methodologies.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

CURTIS, H. Constructing Cooperation: Chinese Ontological Security Seeking in the South China Sea Dispute. **Journal of Borderlands Study**, v. 31, n.4, p. 537-549, 2016.

DAS, H. Maritime Domain Awareness in India: Shifting paradigms. **National Maritime Foundation**, 30 set. 2021. Disponível em : <https://maritimeindia.org/maritime-domain-awareness-in-india-shifting-paradigms/>. Acesso em: 4 out. 2025.

DAS, S.; BHATTACHARYA, S. India and Singapore: Fifty Years of Diplomatic Relations. **Indian Foreign Affairs Journal**, January-March, v. 15, n. 1, p. 16-32, 2020.

DASGUPTA, C. A Brief History of *Panchsheel*. **Economic & Political Weekly**, v. 51 n. 1, p. 26-31, 2016.

DAILY EXCELSIOR. Yoga is India's gift to the world: PM Modi. **Daily Excelsior.** Buenos Aires, 1 dez. 2018. Disponível em: <https://www.dailyexcelsior.com/yoga-is-indias-gift-to-the-world-pm-modi/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

DAVAR, P. The liberation of Goa: How Nehru defied the U.S. and used force against the Portuguese. **The Hindu**, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://www.thehindu.com/opinion/op-ed/the-liberation-of-goa/article22339624.ece>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DAVIES, A. Assemblage and social movements: Tibet Support Groups and the spatialities of political organisation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 2, p. 273-286, abr. 2012.

_____. Identity and the assemblages of protest: The spatial politics of the Royal Indian Navy Mutiny, 1946. **Geoforum**, 3 mai. 2013.

DELANDA, M. **A New Philosophy of Society**: Assemblage Theory and Social Complexity. Nova York: Continuum, 2016.

_____. Deleuze, Materialism and Politics. *In*: BUCHANAN, Ian; THOBURN, Nicholas. **Deleuze and Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. ed. 2. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____; GUATTARI, F. **Mil Platôs.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2021.

DITTMER, J. Assemblage and the changing geographies of the state. *In:* MOISIO, S. *et al*. **Handbook on the Changing Geographies of the State**: New Spaces of Geopolitics. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2020.

DOTY, R. L. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines, **International Studies Quarterly**, v. 37, n.3, 1993.

DUBEY, Y. Retrospecting India's Look East Policy to Act East Policy. **RESEARCH REVIEW International Journal of Multidisciplinary**, vol. 10, n. 3, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.rrjournals.com/index.php/rrijm/article/view/1855>. Acesso em: 28 out. 2025.

EMBASSY OF INDIA. **Brief on India-UAE Commercial Relations**. Abu Dhabi: Embassy of India, jul. 2025. Disponível em: <https://www.indembassyuae.gov.in/bilateral-eco-com-relation.php>. Acesso em: 30 out. 2025.

_____. Indian Community in UAE. Abu Dhabi: Embassy of India, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.indembassyuae.gov.in/indian-com-in-uae.php>. Acesso em: 30 out. 2025.

EBERLE, J. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. **Journal of International Relations and Development**, v. 22, p. 243-268, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. Londres e Nova York: Longman, 1995.

FIGUEIREDO, M. Q. A Contribuição do Arthashastra de Kautilya para as Guerras Híbridas. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 15, n. 29, 2023.

GAUTAM, P. K. **Understanding Kautilya's Arthashastra**: in Praise of Rote. World Affairs: The Journal of International Issues, v. 17, n. 1, 2013.

GHOSH, B. Kautilya's Mandala Theory. **SSRN**, 17 out. 2022. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4223665>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GRAY, C. S. National Style in Strategy: The American Example. **International Security**, v. 6, n. 2, p. 21-47, 1981.

_____. Strategic culture as context: the first generation of theory strikes back. **Review of International Studies**, v. 25, p. 49-69, 1999.

GUATTARI, F. **Caosmose**: Um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

HAGSTRÖM, L. Great Power Narcissism and Ontological (In)Security: The Narrative Mediation of Greatness and Weakness in International Politics. **International Studies Quarterly** v. 65, p. 331–342, 2021.

HAJER, M. A.; WAGENAAR, H. Introduction. *In*: HAJER, Maarten A.; WAGENAAR, H. (Ed.) **Understanding Governance in the Network Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HALDAR, S. Advancing India's Maritime Interests Through Naval Diplomacy. **Observer Research Foundation**, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/advancing-india-s-maritime-interests-through-naval-diplomacy#_ednref19>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HANCOCK, L. E. The Indo‐Sri Lankan accord: An analysis of conflict termination. **Civil Wars**, v. 2 n. 4, p. 83-105, 1999.

HAOKIP, T. India's Look East Policy: Its Evolution and Approach. **South Asian Survey**, v. 18, n. 2, p. 239-257, 2011.

HATTENDORF, J. B. What is a Maritime Strategy? Sea Power Centre – Australia. Soundings, October 2013, n. 1, p. 1-10, 2013

HAYDEN, Patrick. From relations to practice in the empiricism of Gilles Deleuze. **Man and World**, v. 28, p. 283-302, 1995.

HEUSER, B.; SIMPSON, H. The Missing Political Dimension of Military Exercises, **The RUSI Journal**, v. 162, n.3, p. 20-28, 2017.

HOLMES, J. R.; WINNER, A. C.; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. Londres e Nova York: Routledge, 2009.

HU, R. Assembling China's Belt and Road Initiative: Discourse, Institution, and Materials. **International Political Sociology**, v. 18, n. 1, 2024.

HUSSAIN, A.; SHAFER, N. The India-Middle East-Europe Economic Corridor: Connectivity in an era of geopolitical uncertainty. **Atlantic Council**, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/the-india-middle-east-europe-economic-corridor-connectivity-in-an-era-of-geopolitical-uncertainty/>. Acesso em: 28 out. 2025.

INDIA. **Joint Press Statement on Colombo Security Conclave.** Nova Déli: Ministry of External Affairs, 30 ago. 2024. Disponível em: https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/38242/Joint+Press+Statement+on+Colombo+Security+Conclave>. Acesso em: 29 out. 2025.

_____. **PANCHSHEEL**. Ministry of External Affairs, jun. 2004. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/uploads/publicationdocs/191_panchsheel.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

INDIPLOMACY. Singapore, India, and Thailand Conclude 4th Trilateral Maritime Exercise SITMEX 2024. **InDiplomacy**, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://indiplomacy.com/2024/11/13/singapore-india-and-thailand-conclude-4th-trilateral-maritime-exercise-sitmex-2024/>. Acesso em: 30 out. 2025.

ÍNDIA; EMIRADOS ÁRABES UNIDOS. **India-UAE Joint Statement during the visit of Prime Minister, Shri Narendra Modi to UAE**. Ministry of External Affairs, 15 jul. 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/36813/IndiaUAE_Joint_Statement_during_the_visit_of_Prime_Minister_Shri_Narendra_Modi_to_UAE>. Acesso em: 29 dez. 2025.

_____; _____. **Joint India-UAE Vision Statement - Advancing the India-UAE Comprehensive Strategic Partnership**: New Frontiers, New milestones. Ministry of External Affairs, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/34877/Joint_IndiaUAE_Vision_Statement__Advancing_the_IndiaUAE_Comprehensive_Strategic_Partnership_New_Frontiers_New_milestones>. Acesso em: 29 dez. 2025.

_____; _____. **Joint Statement: Visit of PM to the United Arab Emirates (February 13-14, 2024)**. Ministry of External Affairs, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/joint-statement-visit-of-pm-to-the-united-arab-emirates-february-13-14-2024/?comment=disable>. Acesso em 29 dez. 2025.

_____; SRI LANKA. **India - Sri Lanka Joint Statement: Fostering Partnerships for a Shared Future. Ministry of External Affairs**, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/38797/India__Sri_Lanka_Joint_S

tatement__Fostering_Partnerships_for_a_Shared_Future>. Acesso em: 27 dez. 2025

_____; _____. **India-Sri Lanka Joint Statement on Virtual Bilateral Summit**. Ministry of External Affairs, 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/33063/IndiaSri_Lanka_Joint_Statement_on_Virtual_Bilateral_Summit>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____; _____. **Promoting Connectivity, Catalysing Prosperity: India-Sri Lanka Economic Partnership Vision**. Ministry of External Affairs, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/36864/Promoting_Connectivity_Catalysing_Prosperity_IndiaSri_Lanka_Economic_Partnership_Vision>. Acesso em: 27 dez. 2025.

INDIAN NAVY. **Admiral Dinesh K Tripathi CNS Hosted a Deck Reception Onboard INS Vishakhapatnam at Dubai on 23 October 2024**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/admiral-dinesh-k-tripathi-cns-hosted-deck-reception-onboard-ins-vishakhapatnam-dubai-23>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Commissioning of SLNS Sindurala**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/18522>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Eastern Fleet OSD for ASEAN and INDRA 17**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/17611>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Eastern Fleet Ships on Overseas Deployment to Singapore**. Indian Navy, 8 mai. 2018. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/18659>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Ensuring Secure Seas**: Indian Maritime Security Strategy. Indian Navy, 2015.

_____. **Exercise SIMBEX**. Indian Navy. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/exercise-simbex>.Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **IN Ships Satpura and Kadmatt at Singapore**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/17322>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **India – Srilanka Annual Bilateral Maritime Exercise (SLINEX-23)**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/35889>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Naval Ships on visit to Singapore**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/indian-naval-ships-visit-singapore>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Naval Ships, Submarine and LRMP Aircraft reach Singapore to participate in SIMBEX 23**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/37191>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Navy - Ocean Ring of Yoga International Day of Yoga (IDY 23)**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/36361>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Navy - United Arab Emirates Bilateral Exercise**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/indian-navy-united-arab-emirates-bilateral-exercise>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Navy – Sri Lanka Navy Maritime Exercise SLINEX-20 off Trincomalee**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/26993>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Navy participates in Bilateral Naval Maritime Partnership Exercise with UAE Navy**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/36798>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Navy to Host Exercise SIMBEX-20 in Andaman Sea**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/27158>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Indian Warships visit Dubai(UAE)**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/14529>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Batti Malv, a fast attack craft of Indian Navy entered Trincomalee Port, Sri Lanka**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/36131>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Delhi Visits Trincomalee, Sri Lanka**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/35389>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Kabra arrives at Colombo, Sri Lanka**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/38279>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Nireekshak departs Trincomalee**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/37217>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Pralaya Arrives in Abu Dhabi, UAE to Participate in NAVDEX 21 and IDEX 21**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/ins-pralaya-arrives-abu-dhabi-uae-participate-navdex-21-and-idex-21-1>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Sudarshini Deployment to Gulf Region - SAMBANDH. Indian Navy**, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/ins-sudarshini-deployment-gulf-region-sambandh>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Sukanya visited Colombo, Sri Lanka**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/35695>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Sumedha Visits Abu Dhabi to Participate in Idex and Navdex 23**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/35566>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **INS Visakhapatnam and INS Trikand arrived at Port Rashid, Dubai**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/36814>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Jun 2015 - Indian Navy Ships on Overseas Deployment**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/36814>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Launch Ceremony of Sri Lankan AOPV at GSL, GOA 10 Jun 16**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/14735>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **SIMBEX 15 - Indian-Singapore Navy Bilateral Exercise.** Indian Navy, s.a. Disponível em:

<https://indiannavy.gov.in/content/simbex-15-indian-singapore-navy-bilateral-exercise>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **SIMBEX 17 Sea Phase.** Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/simbex-17-sea-phase>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **SIMBEX-18**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/21292>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **SIMBEX-2019**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/node/22781>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Singapore India Maritime Bilateral Exercise (SIMBEX) 2024**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/singapore-india-maritime-bilateral-exercise-simbex-2024-23-29-oct-24>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Sri Lanka - India Exercise – 2024 (SLINEX 24)**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/sri-lanka-india-exercise-2024-slinex-24-0>. Acesso em: 21 dez. 2025.

_____. **Visit of INS Shalki to Colombo**. Indian Navy, s.a. Disponível em: <https://indiannavy.gov.in/content/visit-ins-shalki-colombo>. Acesso em: 21 dez. 2025.

JAISHANKAR, S. **External Affairs Minister's Statement at the 11th India-UAE Joint Commission Meeting in New Delhi (September 3, 2015)**. Ministry of External Affairs, 3 set. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/25785/External_Affairs_Ministers_Statement_at_the_11th_IndiaUAE_Joint_Commission_Meeting_in_New_Delhi__September_3_2015>. Acesso em: 29 dez. 2025.

_____. **Opening Remarks by External Affairs Minister at the Joint Press Conference with Foreign Minister of Sri Lanka**. Ministry of External Affairs, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/33368/Opening_Remarks_by_External_Affairs_Minister_at_the_Joint_Press_Conference_with_Foreign_Minister_of_Sri_Lanka>. Acesso em 28 dez. 2025.

_____. **Remarks by EAM Dr. S. Jaishankar at the inauguration of the ferry service between Nagapattinam in Tamil Nadu and Kankesanthurai**

in Sri Lanka. Ministry of External Affairs, 14 out. 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/37189/Remarks_by_EAM_Dr_S_Jaishankar_at_the_inauguration_of_the_ferry_service_between_Nagapattinam_in_Tamil_Nadu_and_Kankesanthurai_in_Sri_Lanka>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **Speech by Dr. S. Jaishankar, Foreign Secretary to mark 25 years of India-Singapore Partnership at Shangri La Hotel, Singapore (July 11, 2017)**. Ministry of External Affairs, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/28609/Speech_by_Dr_S_Jaishankar_Foreign_Secretary_to_mark_25_years_of_IndiaSingapore_Partnership_at_Shangri_La_Hotel_Singapore_July_11_2017>. Acesso em: 28 dez. 2025.

JHA, N. N. India-Sri Lanka Relations. **India Quarterly: A Journal of International Affairs**, v. 50, n. 1-2, p. 53-62, 1994.

KARL, D. J. Sri Lanka, the Maritime Silk Road, and Sino-Indian Relations. In: BLANCHARD, Jean-Marc F. (Ed.) **China's Maritime Silk Road Initiative and South Asia**: A Political Economic Analysis of its Purposes, Perils, and Promise. Singapore: Palgrave McMillan Singapore, 10 nov. 2017.

KATHJU, J. India's new submarine base targets China's growing sea power. **South China Morning Post**, 13 abr. 2025. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3306217/indias-new-submarine-base-targets-chinas-growing-sea-power>. Acesso em: 21 ago. 2025.

KHURANA, G. S. India's Maritime Strategy: Context and Subtext. **Maritime Affairs**: Journal of the National Maritime Foundation of India, 2017.

KINNVALL, C. **Globalization and Religious Nationalism in India**: The search for ontological security. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

_____. Ontological Insecurities and Postcolonial Imaginaries: The Emotional Appeal of Populism. SAGE Journals: **Humanity & Society**, p. 1-21, 2018.

_____; MITZEN, J. Introduction to the special issue: Ontological securities in world politics". **Cooperation and Conflict.** v. 52, n. 1, p. 3-11, 2017.

KRICKEL-CHOI, N. The Concept of Anxiety in Ontological Security Studies. **International Studies Review**, v. 24, n. 3, p. 1-21, 2022.

_____.The embodied state: why and how physical security matters for ontological security. **Journal of International Relations and Development**, v. 25, n. 1, p. 159-181, 2022.

_____. State personhood and ontological security as a framework of existence: moving beyond identity, discovering sovereignty. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 37, n. 1, p. 3-21, 2024.

KUMARI, N. Diaspora diplomacy in India-UAE relations: The strategic role of Indian expatriates in shaping bilateral ties. **International Journal of Sociology and Political Science**, v. 7, n. 2, p. 39-44, 2025.

KURTZ, L. R. The Indian Independence Struggle (1930 – 1931). **International Center on Nonviolent Conflict**, Jun 2009. Disponível em: <https://www.nonviolent-conflict.org/wp-content/uploads/2016/04/kurtz_india.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

L'ABÉCÉDAIRE de Gilles Deleuze. Direção: Pierre-André Boutang. França, 1996.

LAHIRI, S. The Power of Three at Sea: India's Trilateral Partnerships in Action. **National Maritime Foundation**, 4 ago. 2025. Disponível em: <https://maritimeindia.org/the-power-of-three-at-sea-indias-trilateral-partnerships-in-action/#_ftnref1>. Acesso em: 27 out. 2025.

LAL, B. B. **The Sarasvati Flows On**: the Continuity of Indian Culture. Nova Délhi: Aryan Books International, 2002.

LEBOW, R. N. National **Identities and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LENCO, P. (Re-)Introducing Deleuze: New Readings of Deleuze in International Studies. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 43 n.1, p. 124-144, 2014.

LIEBIG, M. Kauṭilya's Arthaśāstra: A Classic Text of Statecraft and an Untapped Political Science Resource. **Heidelberg Papers in South Asian and Comparative Politics**, n. 74, 2014.

_____. Kautilya's Relevance for India Today. **India Quarterly**, v. 69 n. 2, p. 99-116, 2013.

LISLE, D. Energizing the International. *In*: (eds.) ACUTO, M.; CURTIS, S. **Reassembling International Theory**: Assemblage Thinking and International Relations. Londres: Palgrave Pivot London, 2014.

LOCK, E. Strategic Culture Theory: What, Why, and How. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 26 set. 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/display/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-320?d=%2F10.1093%2Facrefore%2F9780190228637.001.0001%2Facrefore-9780190228637-e-320&p=emailAuhmf8HgXEw1M>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MANJUNATH, N. K. The Transformative Impact of the International Day of Yoga. **International Journal of Yoga,** vol. 16, n. 1, p. 1-4, 2023. Disponível em: <https://journals.lww.com/ijoy/fulltext/2023/16010/The_Transformative_Impact_of_the_International_Day.1.aspx>. Acesso em: 3 jan. 2026.

MANOHARAN, N. Brothers, Not Friends: India–Sri Lanka Relations. South Asian Survey, v. 1, n. 2, p. 225-238, 2011.

_____; DESHPANDE, Mi. Fishing in the Troubled Waters: Fishermen Issue in India–Sri Lanka Relations. **India Quarterly**, v. 74, n. 1, p. 73-91, 2018.

MARTIN, L. W. **The Sea in Modern Strategy**. Nova York: Praeger, 1967.

MARTIN, P. Yoga Diplomacy: Narendra Modi's Soft Power Strategy. **Foreign Affairs**, 25 jan. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/india/yoga-diplomacy>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MCMAHON, R. J. U.S. Policy toward South Asia and Tibet during the Early Cold War**. Journal of Cold War Studies** v. 8, n. 3, p. 131-144, 2006.

MCPHERSON, Kenneth. Processes of Cultural Interchange in the Indian Ocean Region: An Historical Perspective. **The Great Circle**, v. 6, n. 2, p. 78-92, 1983.

MILLIKEN, J. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**, v. 5 n. 2, p. 225-254, 1999.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. **Inaugural I2U2 Business Forum convened to accelerate joint investment in key sectors**. Nova Délhi: Media Center, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/36283/Inaugural_I2U2_Business_Forum_convened_to_accelerate_joint_investment_in_key_sectors>. Acesso em: 27 out. 2025.

MINORITY RIGHTS GROUP. The Tamils of Sri Lanka. **Minority Rights Group**, 1 jul. 1979. Disponível em:

<https://minorityrights.org/resources/the-tamils-of-sri-lanka/>. Acesso em: 30 out. 2025.

MISRA, A. *Rajamandala* Theory and India's International Relations. **Nação e Defesa**, n. 142, p. 10-27, 2016.

MITZEN, J. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 341-370, 2006.

_____; LARSON, K. Ontological Security and Foreign Policy. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2017.

MODI, N. **37th Singapore Lecture 'India's Singapore Story' by Prime Minister during his visit to Singapore (November 23, 2015)**. Ministry of External Affairs, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/26058/37th_Singapore_Lecture_Indias_Singapore_Story_by_Prime_Minister_during_his_visit_to_Singapore_November_23_2015>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **English Translation of Press Statement by Prime Minister at the Joint Press Conference with the President of Sri Lanka.** Ministry of External Affairs, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/38796/English_Translation_of_Press_Statement_by_Prime_Minister_at_the_Joint_Press_Conference_with_the_President_of_Sri_Lanka>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **English Translation of Press Statement by Prime Minister during visit to Singapore**. Ministry of External Affairs, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/29941/English+Translation+of+Press+Statement+by+Prime+Minister+during+visit+to+Singapore>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **English translation of Remarks by Prime Minister Shri Narendra Modi during his meeting with Prime Minister of Singapore**. Ministry of External Affairs, 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/outoging-visit-detail.htm?38257/English+translation+of+Remarks+by+Prime+Minister+Shri+Narendra+Modi+during+his+meeting+with+Prime+Minister+of+Singapore>. Acesso em: 29 dez. 2025.

_____. **English translation of Press Statement by Prime Minister Shri Narendra Modi during the visit of the President of Sri Lanka to India**.

Ministry of External Affairs, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/36862/English_translation_of_Press_Statement_by_Prime_Minister_Shri_Narendra_Modi_during_the_visit_of_the_President_of_Sri_Lanka_to_India>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **PM's address at launch of various development works in Nagpur, Maharashtra**. PM India, 11 dez. 2022. Disponível em: <https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/pms-address-at-launch-of-various-development-works-in-nagpur-maharashtra/?comment=disable>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **Press Statement by Prime Minister of India during the visit of Prime Minister of Singapore to India (October 04, 2016)**. Ministry of External Affairs, 4 out. 2016. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/27456/Press_Statement_by_Prime_Minister_of_India_during_the_visit_of_Prime_Minister_of_Singapore_to_India_October_04_2016>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **Prime Minister's address to Parliament of Sri Lanka (March 13, 2015)**. Ministry of External Affairs, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24938/Prime_Ministers_address_to_Parliament_of_Sri_Lanka_March_13_2015>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **Prime Minister's Keynote Address at Shangri La Dialogue (June 01, 2018)**. Ministry of External Affairs, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/29943/Prime+Ministers+Keynote+Address+at+Shangri+La+Dialogue+June+01+2018>. Acesso em: 29 dez. 2025.

_____. **Prime Minister's Media Statement during visit to Sri Lanka. Ministry of External Affairs**, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24936/Prime_Ministers_Media_Statement_during_visit_to_Sri_Lanka>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **Prime Minister's remarks at the Banquet hosted by the President of Sri Lanka (March 13, 2015)**. Ministry of External Affairs, 13 mar. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24940/Prime_Ministers_r

emarks_at_the_Banquet_hosted_by_the_President_of_Sri_Lanka_March_13_2015>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **Prime Minister's Remarks at the Commissioning of Offshore Patrol Vessel (OPV) Barracuda in Mauritius (March 12, 2015)**. Ministry of External Affairs, 12 mar. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24912/prime+ministers+remarks+at+the+commissioning+of+offshore+patrol+vessel+opv+barracuda+in+mauritius+march+12+2015>. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. **Prime Minister's Speech at the Business-cum-Community Event, Singapore (May 31, 2018)**. Ministry of External Affairs, 31 mai. 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/29936/Prime_Ministers_Speech_at_the_BusinesscumCommunity_Event_Singapore_May_31_2018>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **Remarks by Prime Minister at the Banquet hosted by Prime Minister of Singapore (November 24, 2015)**. Ministry of External Affairs, 24 nov. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/26062/Remarks_by_Prime_Minister_at_the_Banquet_hosted_by_Prime_Minister_of_Singapore_November_24_2015>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **Speech by Prime Minister at India-Singapore Economic Convention (November 24, 2015)**. Ministry of External Affairs, 24 nov. 2015. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/26063/Speech_by_Prime_Minister_at_IndiaSingapore_Economic_Convention_November_24_2015>. Acesso em: 28 dez. 2025.

_____. **Translation of Press Statement by Prime Minister during State Visit of President of Sri Lanka to India**. Ministry of External Affairs, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/32126/Translation_of_Press_Statement_by_Prime_Minister_during_State_Visit_of_President_of_Sri_Lanka_to_India>. Acesso em: 27 dez. 2025.

_____. **Translation of Press Statement by Prime Minister during the State Visit of Prime Minister of Sri Lanka to India**. Ministry of External

Affairs, 8 fev. 2020. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/32382/Translation_of_Press_Statement_by_Prime_Minister_during_the_State_Visit_of_Prime_Minister_of_Sri_Lanka_to_India>. Acesso em: 27 dez. 2025.

MOGUL, R. India's Modi inaugurates Abu Dhabi's first Hindu temple. **CNN**, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/02/14/india/india-modi-uae-hindu-temple-intl-hnk>. Acesso em: 28 out. 2025.

MOHAN, C. R. **Crossing the Rubicon**: The Shaping of India's New Foreign Policy. Nova Délhi: Viking, 2003.

_____. India and The Middle East: The Great Inversion. **India's World**, 14 mai. 2025. Disponível em: <https://indiasworld.in/india-and-the-middle-east-the-great-inversion/>. Acesso em 30 out. 2025.

_____. **Samudra Manthan**: Sino-Indian rivalry in the Indo-Pacific. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

MÜLLER, S. M. Becoming the Phenomenon? An Alternative Approach to Reflexivity in Ethnography. **Qualitative Inquiry**, v. 22, n. 9, p. 705-717, 2016.

MUNRO, I.; THANEM, T. Deleuze and the deterritorialization of strategy. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 53, jun. 2018.

NEHRU, J. Note to K.N. Katju, 22 September 1955," SWJN-SS 30, p. 346–48, 2001.

NEWS AGENCIES. India's Narendra Modi gets top UAE honour amid Kashmir crisis. **Al Jazeera**, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/8/24/indias-narendra-modi-gets-top-uae-honour-amid-kashmir-crisis>. Acesso em: 27 out. 2025.

NEWS ON AIR. Indian and UAE Navies Begin Bilateral Maritime Partnership Exercise. **News On AIR**, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.newsonair.gov.in/indian-and-uae-navies-begin-bilateral-maritime-partnership-exercise/>. Acesso em: 27 out. 2025.

NEUMANN, I. B. **At Home with the Diplomats**: Inside a European Foreign Ministry. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

_____. Returning Practice to the Linguistic Turn: The Case of Diplomacy. **Millennium: Journal of International Studies,** v. 31, n. 3, p. 627-651, 2002

PANDIT, R. India, Singapore conduct major naval exercise near South China Sea. Nova Délhi: **Times of India**, 4 set. 2021. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-singapore-conduct-major-naval-exercise-near-south-china-sea/articleshow/85926272.cms>. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. India suspicious as Chinese submarine docks in Sri Lanka. Nova Délhi: **Times of India**, 8 nov. 2014. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-suspicious-as-chinese-submarine-docks-in-sri-lanka/articleshow/43672064.cms>. Acesso em 29 out. 2025.

PANIKKAR, K. M. **India and the Indian Ocean**: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History. 1945.

PEARSON, M. **The Indian Ocean**. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

PERI, D. India second-largest arms importer after Ukraine. Nova Délhi: **The Hindu**, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/india-second-largest-arms-importer-after-ukraine/article69313894.ece>. Acesso em: 28 jul. 2025.

_____. Military Lessons from Operation Sindoor. **Carnegie Endowment for International Peace**, 6 out. 2025. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2025/10/military-lessons-from-operation-sindoor?lang=en>. Acesso em: 30 out. 2025.

PERKOVICH, G. **India's Nuclear Bomb:** The Impact on Global Proliferation. Berkeley: University of California Press, 1999.

PERLANGELI, S. The Offshore Hindu Nation: The Indian Ocean in the Hindu Nationalist Imagination, 1990–2019. *In*: OGDEN, C. **Global India:** The Pursuit of Influence and Status. Nova York: Routledge, 2023.

PERSIAN HORIZON, UAE's New Free Trade Agreement with India Opens Doors for Businesses. **Persian Horizon**, 26 out. 2025. Disponível em: <https://persianhorizon.com/news/uaes-new-free-trade-agreement-with-india-opens-doors-for-businesses/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PIB DELHI. **India & UAE Commit to Deepening Defence Partnership at 13th Joint Defence Cooperation Committee Meeting.** Press Information Bureau, 30

jul. 2025. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2150322>. Acesso em: 27 out. 2025.

_____. **India has emerged as first responder in Humanitarian Assistance and Disaster Relief (HADR) at global level**: CDS Gen. Anil Chauhan. Press Information Bureau, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleaseIframePage.aspx?PRID=1906761>. Acesso em: 29 out. 2025.

_____. **Indian Naval Ships in Sri Lanka for SLINEX-25.** Press Information Bureau, 15 ago. 2025. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2156920>. Acesso em: 29 out. 2025.

_____. **Indian Navy Ship Pralaya Arrives in Abu Dhabi, UAE to participate in NAVDEX 21 and IDEX 21**. Press Information Bureau, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1699469>. Acesso em: 27 out. 2025.

_____. **Sailing Towards Self-Reliance**: The Indian Navy's Aatmanirbhar Bharat Journey. Press Information Bureau, 03 dez. 2025. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2198298&reg=3&lang=2>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PTI. Navies of India, Singapore conclude SIMBEX. The Hindu, 4 ago. 2025. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/navies-of-india-singapore-conclude-simbex/article69892950.ece>. Acesso em 30 out. 2025.

PTI. PM Narendra Modi dedicates largest warship INS Vikramaditya to the nation, pitches for self-reliance. **The Indian Express**. Nova Délhi, 14 jun. 2014. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/india-others/prime-minister-narendra-modi-lands-on-indias-biggest-warship-ins-vikramaditya/>. Acesso em: 01 fev. 2026.

RAJAGOPALAN, R. P. A Proactive Indian Navy: Upcoming Naval Exercises. **Observer Research Foundation**, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/a-proactive-indian-navy-upcoming-naval-exercises>. Acesso em: 27 out. 2025.

RAY, H. P.; MISHRA, S. Indian Leaders in Singapore. **ASEAN-India Centre at RIS**, Working Paper VIII, 2021.

RAY, K. Third Indian N-powered ballistic missile submarine to be inducted this year. **Deccan Herald**, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.deccanherald.com/india/third-indian-n-powered-ballistic-missile-submarine-to-be-inducted-this-year-3387338>. Acesso em: 4 out. 2025.

RESENDE, E.; SANDRIN, P.; SOLOMON, T. Forum: Foreign Policy, Emotions and Ontological Security. **CONTEXTO INTERNACIONAL** v. 45, p. 1, 2023.

RINGMAR, E. **History of International Relations**: A Non-European Perspective. Open Book Publishers, 2019.

ROY-CHAUDHURY, R. From 'net security provider' to 'preferred security partnerships': the rhetoric, reality and result of India's maritime security cooperation. **Journal of the Indian Ocean Region**, v. 18, n. 2, p. 87-98, 2022.

_____. India and the Gulf Region: Building Strategic Partnerships. International Institute for Strategic Studies, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis//2018/08/india-gulf-strategic-partnerships>. Acesso em: 26 out. 2025.

RUMELILI, B. Identity and desecuritisation: the pitfalls of conflating ontological and physical security. **Journal of International Relations and Development**, v. 18, p. 52-74, 2015.

SAMAL, J. The International Yoga Day, political discourse, and soft power game in India. **International Journal of Yoga.** BLDE University Journal of Health Sciences, v. 5, n. 2, p 102-105, 2020. Disponível em: <https://journals.lww.com/blde/fulltext/2020/05020/the_international_yoga_day,_political_discourse,.2.aspx>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SCHÖTTLI, J. "Security and growth for all in the Indian Ocean"– maritime governance and India's foreign policy. **India Review**, vol. 18, ed. 5, p. 568-581, 2019.

SCOTT, D. India's "Grand Strategy" for the Indian Ocean: Mahanian Visions. **Asia-Pacific Review**, v. 13, n. 2, p. 97-129, 2006.

SENGUPTA, J. Sea: Mythological/ Mythical Dimensions in Indian Imagination. *In*: GANAPATHY-DORÉ, G.; VOLNÁ, L. (Dir.). S**ARI WORKING PAPERS**

SERIES 1 – Proceedings of the SARI 2017 Conference on Reinventing the Sea. Paris: Université Paris, 29-30 jul. 2017.

SHAHNAWAZ, M.; MIR, R. Y. Strategic Convergence in the Arabian Gulf: Evaluating India-UAE Partnership Post 2014. **Indian Journal of Social Science and Literature**, v. 4, n. 4, p. 19-24, 2025.

SHARMA, K. Reimagining India's Blue Water Navy: Toward a Comprehensive Maritime Doctrine for the Indian Ocean. **The Diplomat**, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://thediplomat.com/2025/04/reimagining-indias-blue-water-navy-toward-a-comprehensive-maritime-doctrine-for-the-indian-ocean/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SHIM, D. 2017. Sketching Geopolitics: Comics and the Case of the Cheonan Sinking. International Political Sociology, v. 11, n. 4, p. 398-417, 2017.

SHIVAMURTHY, A. G. A Decade of 'Neighbourhood First': Perspectives from South Asia. **Observer Research Foundation Special Report** n. 248, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/a-decade-of-neighbourhood-first-perspectives-from-south-asia>. Acesso em: 30 out. 2025.

SINGH, A. India's 'Look West' Maritime Diplomacy. **The Diplomat**, 4 out. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/10/indias-look-west-maritime-diplomacy/>. Acesso em: 26 out. 2025.

SINGH, A. J. India's maritime economy: driving India's growth. **India Foundation**, 27 fev. 2021. Disponível em: <https://indiafoundation.in/articles-and-commentaries/indias-maritime-economy-driving-indias-growth/>. Acesso em: 3 out. 2025.

SINGH, S. Singapore-India Relations: An Enduring Convergence of Interests. *In:* GHOSH, L.; CHAUDHURY, A. B. R. (Ed.) I**ndia's Relations with Neighboring South and South East Asian Countries**: Perspectives on Look East to Act East Policy. Singapura: Springer Verlag, 2023.

_____; RAHMAN, S. S. India-Singapore Relations: Constructing a "New" Bilateral Relationship. **Contemporary Southeast Asia**, v. 32, n. 1, p. 70-97 2010.

SINGH, V. K. **Remarks by Gen (Dr.) VK Singh (Retd.), Minister of State at the 8th East Asia Summit Foreign Ministers' Meeting in Singapore**. Ministry

of External Affairs, 4 ago. 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/30239/remarks+by+gen+dr+vk+singh+retd+minister+of+state+at+the+8th+east+asia+summit+foreign+ministers+meeting+in+singapore>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SIKARWAR, R. L. S. Oceans in Hindu Mythology. **Tata Foundation for Reseach in Ayurveda & Yoga Sciences**, 22 mai. 2012. Disponível em: <https://www.upsbdb.org/pdf/Souvenir2012/ch-21.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SIYECH, M. S. The India-U.A.E. Strategic Partnership in Regional Context: A Zero-Sum Game? **Middle East Institute**, 16 mai. 2017. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/india-uae-strategic-partnership-regional-context-zero-sum-game#_ftn9>. Acesso em: 27 out. 2025.

SMITH, D. W. Deleuze's Theory of Sensation: Overcoming the Kantian Duality. *In*: PATTON, P. (Ed.) **Deleuze**: A Critical Reader. Oxford: Blackwell, 1996.

STEELE, B. J. **Ontological Security in International Relations**: Self-identity and the IR state. Londres e Nova York: Routledge, 2008.

SUBRAMANIAN, N. Explained: Why India's pact with Sri Lanka on a maritime rescue centre is significant. **The Indian Express**, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/explained/india-sri-lanka-maritime-rescue-co-ordination-centre-explained-7845535/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SURI, N. SETHI, H. The I2U2: Where Geography and Economics Meet. **Observer Research Foundation**, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.orfonline.org/research/the-i2u2-where-geography-and-economics-meet>. Acesso em: 27 out. 2025.

TAMIL GUARDIAN. Explained: The new India–Sri Lanka Defence Agreement. **Tamil Guardian**, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://www.tamilguardian.com/content/explained-new-india-sri-lanka-defence-agreement>. Acesso em: 29 out. 2025.

TAN, Y. Chinese 'spy ship' Yuan Wang 5 docks in Sri Lanka despite Indian concern. **BBC News**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-62558767>. Acesso em: 12 jan. 2026.

TEMESGEN, S. A.; AHMED, I. The Application of Indian Tradition of Ahimsa in Modern Politics: Conceptual Analysis on the Foundations of Hard Power and

Immorality in National and International Politics. **Review of European Studies**; v. 9, n. 2, p. 158-169, 2017.

THALPAWILA, O. N. India- Sri Lanka Relations: In Post Civil War Era in Sri Lanka**. Research Forum: International Journal of Social Sciences**, v. 2, n. 1, p. 9-14, 2014.

THEVA, Y. S. O.; MUKHERJI, R. India-Singapore Bilateral Relations (1965–2012): The Role of Geo-Politics, Ideas, Interests, and Political Will. **India Review**, v. 14, n. 4, p. 419-439, 2015.

VAHA, M. Responsibility and anxiety in the 'Pacific family': AUKUS as a source of ontological insecurity, **Australian Journal of International Affairs**, v. 79, n. 3, p. 406-422, 2025.

VYASA, Krishna-Dwaipayana. **Mahabharata**: livro 1, 2023.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WIDEN, J. J. Naval Diplomacy—A Theoretical Approach. **Diplomacy & Statecraft**, 22, p. 715-733, 2011.

WIERTZ, T. Biopolitics of migration: An assemblage approach. **EPC: Politics and Space**, v. 39, n. 7, p. 1375-1388, 2021.

ZAMAN, R. U. Kautilya: The Indian Strategic Thinker and Indian Strategic Culture. **Comparative Strategy**, v. 25, n. 3, p. 231-247, 2006.

ZARAKOL, A. States and ontological security: A historical rethinking. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n.1, p. 48–68, 2017.